



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DE
SÃO PAULO: A HETEROGENEIDADE SOCIAL DA
POPULAÇÃO ATENDIDA PELA CDHU**

CAMPINAS

2017

CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DE
SÃO PAULO: A HETEROGENEIDADE SOCIAL DA
POPULAÇÃO ATENDIDA PELA CDHU**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO CIMAR ALEJANDRO PRIETO
APARICIO E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. ELISABETE DÓRIA BILAC.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Ap12h Aparicio, Cimar Alejandro Prieto, 1978-
Habitação de interesse social no Estado de São Paulo : a heterogeneidade social da população atendida pela CDHU / Cimar Alejandro Prieto Aparicio. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Elisabete Dória Bilac.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (SP). 2. Família. 3. Política habitacional. I. Bilac, Elisabete Dória. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Housing policy in the State of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Family

Housing policy

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Elisabete Dória Bilac [Orientador]

Gláucia dos Santos Marcondes

José Marcos Pinto da Cunha

Sonia Nahas de Carvalho

Maria Encarnación Moya Recio

Data de defesa: 29-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29/03/2017, considerou o candidato Cimar Alejandro Prieto Aparicio aprovado.

Prof. Dra. Elisabete Dória Bilac [Orientadora]

Prof. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Prof. Dra. Maria Encarnación Moya Recio

Prof. Dra. Sonia Nahas de Carvalho

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui toda a minha gratidão e dívida com as pessoas e as instituições que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos professores da Pós-Graduação em Demografia, especialmente a Maria Coleta, José Marcos, Joice Melo Vieira e Glaucia. Agradeço muito aos membros da banca da tese de doutorado: Sonia Nahas, Maria Encarnación, José Marcos, Glaucia. Também expresso minha gratidão particular a Lilia Montali e a José Marcos pelas sugestões no exame de qualificação.

Um agradecimento muito especial à minha queridíssima orientadora Elisabete Dória Bilac, com o seu caráter firme e vibrante. Foi um verdadeiro apoio nos momentos mais difíceis desta jornada, muito obrigado!

Agradeço todo o apoio técnico dado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em especial à dra. Maria Claudia Pereira de Souza que autorizou a análise do banco de dados da Pesquisa Habitacional. Também devo agradecer a Mariana Rudge, Rubens Ferreira e Miriam Hiroto da Gerência de Pesquisa Habitacional.

Agradeço muito a todos os amigos e colegas da Fundação Seade, que souberam abrir horizontes e apresentar para mim o mundo dos estudos populacionais. Foram muito importantes as conversas com Vagner Bessa, Sonia Nahas e Paulo Jannuzzi, que me incentivaram a ir a um encontro da ABEP em 2008, o que foi fundamental para me decidir a ingressar na Pós-Graduação em Demografia. Agradeço também o enorme apoio de Luiz Omir, Icleia Alves Cury, Paulo Borlina Maia, Lúcia Mayumi Yazaki, Osvaldo Guizzardi Filho e Bernadette Cunha Waldvogel, pelas conversas e debates estimulantes.

Agradeço ao dr. Francisco Balestrin, Carlos Figueiredo e Evelyn Tiburzio, da Associação Nacional de Hospitais Privados, que também me apoiaram e estimularam nesta fase final do doutorado.

Não posso deixar de agradecer a minha mãe e ao meu irmão, e a meu pai (*in memoriam*).

Por fim, principalmente, agradeço a Deus pela sua bondade e por me levar por mares nunca dantes navegados.

RESUMO

As análises quantitativas sobre a questão habitacional urbana têm se dedicado principalmente ao tema da demanda habitacional, dirigindo-se para o diagnóstico das chamadas necessidades habitacionais (*deficit* e *inadequação*). Esta tese volta-se para o entendimento da produção de habitação social, investigando as relações entre o perfil sociodemográfico da população atendida pela política de habitação de interesse social e os objetivos desta política.

Como fonte de dados, foram utilizadas as bases de dados da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU sobre as suas unidades habitacionais ativas (isto é, com financiamento em curso) e os seus moradores, considerando a produção realizada desde a criação da empresa pública até 2012.

Os programas habitacionais de interesse social no Brasil têm sido orientados para as ações de substituição e provisão de moradia para os estratos populacionais de baixa renda com necessidades habitacionais, ao menos no discurso oficial. Com efeito, os critérios oficiais de seleção de mutuários para a obtenção de financiamento com subsídio social tenderiam a produzir uma população com condições de vida relativamente homogêneas.

Esta tese mostra o perfil sociodemográfico da população atendida por uma política estadual de habitação de interesse social. Os resultados de análise do universo da produção habitacional da CDHU no estado de São Paulo mostram que esta população é socialmente heterogênea. Por um lado, as alterações nas regras dos sistemas de financiamento habitacional e de alienação de imóveis alimentaram processos de especulação imobiliária dentro da CDHU. Por outro, a análise do perfil dos arranjos domésticos encontrados nos conjuntos habitacionais mostra uma diversidade de estruturas familiares, revelando articulações entre arranjos domésticos, diferentes momentos do ciclo de vida familiar e formas de aquisição da moradia.

Palavras-chave: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (SP), família, política habitacional

ABSTRACT

This study is connected to the empirical studies about families and public housing policy. The quantitative analyses on the urban housing issue have mainly focused on the matter of housing demand, targeting the diagnosis of the so-called housing needs (*deficit* and inadequacy). This thesis turns to the understanding of the production of public housing in a metropolitan territory, highlighting how the housing supply is related to the different types of household groups that shape the Brazilian population.

As a source of data, the databases of the Company of Housing and Urban Development of the State of São Paulo (CDHU) were used on its active housing units (that is, with ongoing financing) and its residents, considering the production carried out since the creation of the public company until 2012.

Historically, public housing programs in Brazil have been oriented to the actions of replacement and provision of housing for low income population segments with housing needs, giving lower priority to housing recovery actions. In fact, the official criteria for selecting borrowers to obtain socially subsidized financing tend to produce a population with relatively homogeneous living conditions. However, the results of analysis of the housing production of the CDHU in the State of São Paulo show that the population effectively served has a more diversified degree of social structures.

This thesis points out unexpected effects of a public housing policy aimed at a low income population, in a period marked by real estate speculation in peripheral areas and by the changes in the rules of housing financing systems, on the composition of the household groups of CDHU's housing estates. One can confirm that this population is socially heterogeneous.

Keywords: family, housing policy

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – População residente nos conjuntos habitacionais da CDHU (%), Estado de São Paulo 2008/2012	73
Gráfico 4.2 – Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio nos conjuntos habitacionais da CDHU (%), Estado de São Paulo 2008/2012	76
Gráfico 4.3 – Distribuição das unidades habitacionais por faixas de rendimento total mensal, segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (%), Estado de São Paulo 2008/2012	85
Gráfico 4.4 – Massa de rendimento apropriada pelas unidades habitacionais conforme estrato econômico, CDHU 2008/2012	87
Gráfico 5.1 – Distribuição das unidades habitacionais não próprias por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (%), Estado de São Paulo 2008/2012	133
Gráfico 5.2 – Distribuição das unidades habitacionais próprias e regularizadas por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (%), Estado de São Paulo 2008/2012	133
Gráfico 5.3 – Distribuição das unidades habitacionais adquiridas via contrato de gaveta por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (%), Estado de São Paulo 2008/2012	134
Gráfico 5.4 – Distribuição das pessoas de referência dos domicílios por forma de apropriação da moradia segundo faixa etária (%), Estado de São Paulo 2008	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 –	Política de concessão de subsídio social da CDHU	49
Tabela 3.1 –	Estrutura do questionário do “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais”	59
Tabela 3.2 –	Distribuição das unidades habitacionais ativas conforme tipo de entrevista por região, Estado de São Paulo 2008	60
Tabela 4.1 –	Indicadores demográficos, Estado de São Paulo 2008/2012	71
Tabela 4.2 –	Distribuição da população, por condição no domicílio, Estado de São Paulo 2008/2012	75
Tabela 4.3 –	Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio da CDHU, segundo faixa etária e sexo, Estado de São Paulo 2008/2012	76
Tabela 4.4 –	Distribuição dos arranjos domésticos, por responsabilidade domiciliar e tamanho médio do arranjo doméstico, Estado de São Paulo, 2010	77
Tabela 4.5 –	Distribuição dos arranjos domésticos, por número de domicílios e de pessoas e tamanho médio do arranjo doméstico, Estado de São Paulo 2008/2012	79
Tabela 4.6 –	Distribuição dos arranjos domésticos, por faixa etária da pessoa de referência, Estado de São Paulo 2008/2012	82
Tabela 4.7 –	Distribuição dos arranjos domésticos por responsabilidade masculina e feminina, Estado de São Paulo, 2008/2012	83
Tabela 4.8 –	Decis de renda domiciliar <i>per capita</i> das unidades habitacionais da CDHU, Estado de São Paulo, 2008/2012	86
Tabela 4.9 –	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio, segundo tipo de arranjo doméstico e responsabilidade domiciliar, Estado de São Paulo 2008/2012	88
Tabela 4.10 –	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio, por faixa etária da pessoa de referência, Estado de São Paulo 2008/2012	91
Tabela 4.11 –	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio dos 20 arranjos domésticos com maior frequência, Estado de São Paulo 2008	92
Tabela 4.12 –	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio dos 20 arranjos domésticos com maior frequência, Estado de São Paulo 2012	93
Tabela 4.13 –	Distribuição dos domicílios, segundo faixa etária da pessoa de referência, por demanda geral e específica, Estado de São Paulo 2008/2012	94
Tabela 4.14 –	Distribuição dos arranjos domésticos, por demanda geral e específica, Estado de São Paulo 2008/2012	95
Tabela 4.15 –	Distribuição dos arranjos domésticos, segundo massa de rendimento apropriada, Estado de São Paulo 2008/2012	96
Tabela 4.16 –	Taxas de participação e de inatividade segundo condição no domicílio e sexo (em %), Estado de São Paulo 2008/2012	98
Tabela 4.17 –	Condição ocupacional para população de 14 anos ou mais segundo condição no domicílio e sexo, Estado de São Paulo 2008/2012	100
Tabela 4.18 –	Taxas de ocupação e de desemprego segundo condição no domicílio (em %) Estado de São Paulo, 2008/2012	102
Tabela 4.19 –	Distribuição das pessoas ocupadas, por sexo (em %), Estado de São Paulo 2008/2012	104
Tabela 4.20 –	Proporção da população em idade ativa (14 anos ou mais) com ensino médio completo, segundo condição no domicílio e sexo, Estado de São Paulo 2008/2012	105
Tabela 4.21 –	Distribuição das pessoas de referência do domicílio segundo condição ocupacional por responsabilidade e faixa etária, Estado de São Paulo 2008	108
Tabela 4.22 –	Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade da pessoa de referência do arranjo doméstico, por responsabilidade e faixa etária, Estado de São Paulo 2008	109
Tabela 4.23 –	Distribuição das pessoas de referência do domicílio segundo condição ocupacional por responsabilidade e faixa etária, Estado de São Paulo 2012	111

Tabela 4.24 – Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade da pessoa de referência do arranjo doméstico, por responsabilidade e faixa etária, Estado de São Paulo 2012	112
Tabela 4.25 – Distribuição dos domicílios, segundo faixas de renda domiciliar total, por regiões metropolitanas, Estado de São Paulo 2008	115
Tabela 4.26 – Composição da população em idade ativa (14 anos ou mais), taxa de desemprego e de inatividade (em %) por regiões do Estado de São Paulo, Estado de São Paulo 2008	116
Tabela 4.27 – Rendimento domiciliar <i>per capita</i> , segundo tipos de arranjo doméstico por regiões do Estado de São Paulo, Estado de São Paulo 2008	117
Tabela 4.28 – Distribuição dos arranjos domésticos, por forma de demanda da unidade habitacional Região Metropolitana de São Paulo, 2008	118
Tabela 4.29 – Distribuição dos domicílios por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada – Região Metropolitana de São Paulo – Períodos 1985-2003 e 2004-2008	120
Tabela 4.30 – Distribuição dos domicílios, segundo arranjos domésticos, por forma de demanda da unidade habitacional, Região Metropolitana de Campinas, 2008	121
Tabela 4.31 – Distribuição dos domicílios, por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada, Região Metropolitana de Campinas – Períodos 1985-2003 e 2004-2008	122
Tabela 4.32 – Distribuição dos domicílios, segundo arranjos domésticos, por forma de demanda da unidade habitacional, Região Metropolitana da Baixada Santista, 2008	123
Tabela 4.33 – Distribuição dos domicílios, por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada, Região Metropolitana da Baixada Santista – Períodos 1985-2003 e 2004-2008	124
Tabela 5.1 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia (em %), Estado de São Paulo – 2008 e 2012	128
Tabela 5.2 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia, por período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %), Estado de São Paulo 2008/2012	129
Tabela 5.3 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia e renda domiciliar <i>per capita</i> média, por período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável, Estado de São Paulo 2008/2012	131
Tabela 5.4 – Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia (em %), Estado de São Paulo 2008/2012	135
Tabela 5.5 – Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia e período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %) Estado de São Paulo 2008	136
Tabela 5.6 – Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia e período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %) Estado de São Paulo 2012	137
Tabela 5.7 – Distribuição dos domicílios segundo faixa etária da pessoa de referência e forma de apropriação da moradia (em %), Estado de São Paulo 2008/2012	139
Tabela 5.8 – Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade das mulheres responsáveis pelos domicílios, Estado de São Paulo 2012	140
Tabela 5.9 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia por regiões do Estado (em %), Estado de São Paulo 2008	141
Tabela 5.10 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia por regiões do estado (em %), Estado de São Paulo 2012	142
Tabela 5.11 – Distribuição dos domicílios da CDHU por faixas de rendimento total mensal por regiões, Estado de São Paulo 2008/2012	143

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – Política habitacional e homogeneidade social de aglomerados urbanos	19
Capítulo 2 – Política habitacional do governo do Estado de São Paulo no período da Nova República: a origem e o desenvolvimento da CDHU	36
2.1 O processo de urbanização e a questão habitacional no século XX no Brasil	36
2.2 Estrutura social urbana no período 1980-2010	38
2.3 Habitação social urbana no período 1980-2010	39
2.4 As empresas públicas de habitação social do Governo do Estado de São Paulo	42
2.4.1 Novos rumos da política habitacional no governo Franco Montoro: a CDH e o apoio aos programas habitacionais de mutirão	43
2.4.2 A habitação de interesse social no governo Orestes Quéricia: a criação da CDHU e a consolidação de um sistema estadual de habitação social	44
2.5 A produção habitacional da CDHU	46
2.5.1 A Lei Estadual nº 12.801/2008 e a adesão do estado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	51
2.5.2 A legislação habitacional e a especulação imobiliária na CDHU	53
Capítulo 3 – Metodologia	56
3.1 A Pesquisa Habitacional CDHU como material de estudo	56
3.1.1 Inventário Físico dos Conjuntos Habitacionais e do seu Entorno	58
3.1.2 Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais	59
3.2 Procedimentos analíticos	62
3.2.1 Dimensão demográfica	64
3.2.2 Dimensão econômica	66
3.2.3 Dimensão habitacional	69
Capítulo 4 – Composição dos arranjos domésticos dos conjuntos habitacionais da cdhu	71
4.1 A dimensão demográfica	71
4.2 A dimensão econômica	84
4.2.1 Arranjos domésticos e pobreza absoluta	87
4.2.2 Inserção no mercado de trabalho e estrutura ocupacional da população dos conjuntos habitacionais da CDHU	97
4.3 Arranjos domésticos e pobreza nas Regiões Metropolitanas	114

Capítulo 5 – Dimensão habitacional: arranjos domésticos e mudanças nas formas de posse e apropriação da moradia	126
5.1 Introdução	126
5.2 Os arranjos domésticos e as formas de posse e apropriação de moradia na CDHU	128
Considerações finais	146
Referências bibliográficas	150
Anexo 1 – Inventário físico do empreendimento – Conjunto Habitacional	158
Anexo 2 – Inventário dos ocupantes e dos instrumentos de ocupação das Unidades Habitacionais – Pesquisa Censitária e Pesquisa Amostral	161
Apêndice	165

INTRODUÇÃO

A ideia de que a política habitacional está associada à resolução do *deficit* habitacional das famílias mais pobres está muito arraigada na opinião pública brasileira. Em 2015, um editorial da Folha de São Paulo dizia que:

“A cada eleição, candidatos a cargos no Poder Executivo prometem amenizar o *deficit* de moradias no país: erguerão conjuntos habitacionais, subsidiarão a aquisição de imóveis, promoverão a reurbanização de favelas e cortiços.

Poucas palavras, contudo, e um número ainda menor de ações se reservam para lidar com as forças que empurraram populações para habitações irregulares e loteamentos ilegais. Daí a frequência com que beneficiários dessas melhorias retornam à condição original” (REFAVELA, 2015, p. A2).

O nome do editorial é “Refavela” e trata sobre a deterioração dos prédios do Cingapura Barão de Antonina, localizado na marginal Pinheiros em São Paulo, inaugurado em 1995 e que abrigou parte dos moradores da favela Nova Jaguaré. O editorial continua:

“Sem manutenção adequada, os prédios começam a se deteriorar; em 2005, a prefeitura os revitaliza. Dez anos mais e a favela ressurgue – dentro do conjunto habitacional (...).

Alocar uma família carente num edifício pode solucionar um problema imediato de moradia, mas não elimina as demais carências” (FOLHA DE S. PAULO, 2015, p. A2).

As forças que empurraram populações para habitações irregulares e loteamentos ilegais foram e ainda são estudadas na sociologia urbana pelo histórico modelo núcleo-periferia, caracterizado pela distância geográfica e social entre as classes. Conforme sintetiza Nakano (2015), a periferização é uma marca profunda do espaço urbano metropolitano no Brasil, que decorre de padrões desiguais de acesso à terra, promovidos pelas dinâmicas do mercado fundiário e imobiliário, formal e informal.

O estudo clássico do livro “São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza” (CAMARGO et al., 1976) tratou desse processo de periferização em um período de rápido crescimento da economia brasileira, no contexto da produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, o que foi discutido por Maricato (1982).

Esta abordagem do modelo núcleo-periferia voltou à tona a partir das manifestações ocorridas nas principais cidades do país em 2013. Um tema muito debatido pelos manifestantes foi a mobilidade urbana, tanto nas metrópoles brasileiras como em aglomerados urbanos com cidades de porte populacional médio (NAKANO, 2015). A precarização das condições de deslocamento nas cidades prejudica a qualidade de vida da população, que é ainda mais penosa para os trabalhadores de baixa renda que precisam percorrer grandes distâncias entre os locais de trabalho, em áreas centrais, e a moradia, em áreas periféricas (BÓGUS; RIBEIRO, 2014).

Bonduki e Rolnik (1982) e Bonduki (1994) consideram o processo de periferização como um paradigma da linha de pesquisa dos problemas urbanos. Nesse paradigma, a configuração urbana é marcada por um modelo radial-concêntrico ou de anéis, onde existe a tendência de valor decrescente das terras e da atividade econômica e de piores condições de vida quando se caminha do centro à periferia da cidade. Mais recentemente, o estudo de Bógus e Pasternak (2015) para a região metropolitana de São Paulo mostra como, mesmo após um ciclo de forte crescimento econômico nos anos 2000, ainda persistem processos de periferização.

Parte da literatura, porém, entende que a conjuntura social das metrópoles não é adequadamente explicada pelo modelo núcleo-periferia (TORRES *et al.*, 2003; BICHIR, 2006; MOYA, 2010). Uma percepção mais recente da segregação urbana advoga que, nas metrópoles, tendem a se formar espaços urbanos segregados da totalidade da estrutura social, isto é, regiões ou conjuntos de bairros com concentração de situações de precariedade habitacional, violência, desemprego, vulnerabilidade social etc. (TORRES *et al.*, 2003; BICHIR, 2006; MOYA, 2010). Em vez de um centro mais rico e de uma periferia mais pobre e com acesso limitado a serviços públicos, existiriam espaços urbanos segregados em toda a metrópole, em um processo de disseminação da pobreza.

Preteceille e Valadares (2000) questionaram a existência de um universo homogêneo de pobreza nas favelas, em um estudo empírico em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Estes autores defendem a hipótese de uma pobreza de caráter mais heterogêneo do que o observado nos estudos do modelo núcleo-periferia, buscando entender como e porque indivíduos e arranjos familiares pobres chegam a diferenciar-se nos espaços ditos periféricos (PRETECEILLE; VALADARES, 2000).

Considera-se a heterogeneidade da pobreza como a convivência entre grupos sociais que, embora sejam todos denominados “pobres”, apresentam diferenciações em termos de renda, nível de educação, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos (PRETECEILLE; VALADARES, 2000). Esta visão da heterogeneidade entre os pobres se aproxima da literatura que discute a pobreza como um fenômeno multidimensional e dinâmico, que compreende carências materiais e intangíveis, subjetivas e culturais, de caráter social e econômico (SEN, 2000; CEPAL, 2004).

Em suma, a análise da realidade social parece mostrar a existência de espaços urbanos segregados espalhados pela metrópole (TORRES *et al.*, 2003; BICHIR, 2006; MOYA, 2010). Além disso, existiria uma diversidade de estratos sociais em espaços típicos de concentração da pobreza, tais como as favelas (PRETECEILLE; VALADARES, 2000).

Tendo em vista esta discussão, como pode ser caracterizada a política habitacional? Segundo Nahas (2010), o objeto da política habitacional brasileira é a oferta da casa, em geral acabada, e sempre própria. Por um lado, esta alternativa da casa própria encontra-se associada a processos de formação de um novo arranjo doméstico, como diz a máxima popular *quem casa quer casa*. Por outro lado, em uma economia marcada por longos períodos inflacionários, a aquisição da moradia própria é um patrimônio e uma garantia de estabilidade em situações de crise. Estes referenciais parecem ter sido apropriados pelos formuladores da política de habitação de interesse social.

O termo *habitação de interesse social* aparece no Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos da Constituição de 1988 referentes à política urbana (BRASIL, 2008). Este termo se refere ao atendimento da demanda habitacional de toda a sociedade e, portanto, não se refere somente à população de baixa renda. No entanto, a literatura mostra que a população com maiores necessidades habitacionais tende a ser a de baixa renda (FIX, 2009). Assim, uma crítica importante ao modelo de política habitacional do Banco Nacional da Habitação – BNH – do período do regime militar – é o de que os seus padrões de produção e financiamento de unidades habitacionais acabadas alijaram os segmentos populacionais de baixa renda do acesso aos programas habitacionais (NAHAS, 2010).

Os estudos empíricos sobre a medição das necessidades habitacionais apontam que a maior parte da população com carências de moradia localiza-se nas regiões metropolitanas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Nesse sentido, a análise da demanda por moradia social no estado de São Paulo evidencia a concentração de domicílios com necessidades habitacionais nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

Houve um período de intenso crescimento econômico na década de 2000. Em particular, o estoque de empregos cresceu significativamente, o que foi acompanhado pela formalização do mercado de trabalho (DIEESE, 2012). Também houve avanços nos indicadores de desigualdade de renda. Juntamente com a estabilidade de preços, os fatores que mais contribuíram para a melhoria na distribuição de renda foram a valorização real do salário mínimo e o aumento da cobertura da seguridade social (DEDECCA, 2014). Entre 1994 e 2008 o salário mínimo acumulou um aumento em termos reais de quase 110% (AFONSO *et al.*, 2011). Contudo, as estimativas de necessidades habitacionais no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015) e no estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 2010) apontam para a estabilidade nos níveis de *deficit* e inadequação habitacional na década de 2000.

Os principais programas de habitação social no país na década de 2000 – os programas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU e o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida do Ministério das Cidades – buscaram o equacionamento do deficit habitacional por meio de políticas de financiamento de longo prazo com políticas de subsídio social para aquisição da casa própria (ROYER, 2002; NAHAS, 2010).

A CDHU definiu como público-alvo da política de habitação de interesse social o atendimento a famílias com renda total de um a dez salários mínimos por meio de financiamento da moradia acabada. É uma faixa ampla de atendimento habitacional. No entanto, existe prioridade para o atendimento de famílias de baixa renda com renda familiar até três salários mínimos, que são beneficiadas por uma política habitacional redistributiva de subsídio social (CDHU, 2013). A empresa implantou um programa de subsídio cruzado à família, em que as famílias atendidas com maior nível de renda arcariam inicialmente com o subsídio às famílias mais pobres, a partir da suposição de que estas famílias teriam um gradual aumento de renda no decorrer do financiamento (SÃO PAULO (Estado), 1991).

A literatura que estudou a política habitacional da CDHU no período da Nova República mostra evidências da existência de índices não desprezíveis de inadimplência das prestações dos imóveis financiados e de recomercialização de suas unidades habitacionais, especialmente na região metropolitana de São Paulo (ROYER, 2002; DENIZO, 2007; ROSSI, 2012). Nesse sentido, uma pesquisa qualitativa em conjuntos habitacionais da CDHU destinados a famílias de baixa renda de áreas de risco da zona leste do município de São Paulo confirma uma reduzida permanência dos mutuários originais (FURTADO, 2012).

A análise empírica da questão habitacional urbana tem se dedicado principalmente ao tema da demanda habitacional, por meio do diagnóstico das chamadas necessidades habitacionais, isto é, o *deficit* e a inadequação da moradia para as camadas populares. Em outra direção, este trabalho pode ser classificado como uma análise empírica da oferta de habitação de interesse social para uma população muito específica, isto é, os moradores das unidades habitacionais ativas da CDHU (CDHU, 2012). A oportunidade deste trabalho surgiu da possibilidade de analisar, pela primeira vez, os resultados de uma pesquisa quantitativa sobre o perfil social e demográfico da população atendida pela CDHU.

A CDHU promoveu um censo habitacional de seus conjuntos habitacionais e dos moradores das chamadas *unidades habitacionais ativas*, ou seja, aquelas unidades cujo financiamento não tinha sido quitado à época da pesquisa, que permite análises tanto do perfil sociodemográfico e econômico da população atendida pela política habitacional como da distribuição regional da oferta de habitação social realizada pela empresa (CDHU, 2012).

Existem variados aspectos que podem ser investigados a partir da análise destas bases de dados das unidades habitacionais da CDHU, que confirmam a relevância de se empregar os registros administrativos e as fontes de dados produzidas pelos órgãos públicos como forma de se entender melhor os meandros das políticas habitacionais e os seus sentidos social, econômico e demográfico.

Com base na análise deste material, o objetivo geral desta tese é identificar relações entre habitação produzida pelas políticas públicas e características sociodemográficas da população atendida.

Os objetivos específicos desta tese podem ser assim delineados:

1. Conhecer a história da política de habitação de interesse social no estado de São Paulo, em particular a história da CDHU.
2. Conhecer as características sociodemográficas dos moradores das unidades habitacionais da CDHU no estado de São Paulo.
3. Identificar a estratificação econômica da população atendida pela política habitacional executada pela CDHU, destinada supostamente a uma população de baixa renda e com necessidades habitacionais, a fim de verificar padrões de homogeneidade social por meio da análise das condições de vida dos arranjos domésticos dos moradores.
4. Identificar se as mudanças na legislação habitacional e nos trâmites de aquisição do imóvel provocaram alterações nos padrões de homogeneidade social.

O estudo divide-se em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo revisa a literatura sobre pobreza urbana e periferização e o debate sobre a homogeneidade em aglomerados urbanos pobres. O segundo capítulo revisa a literatura sobre a política habitacional urbana no Brasil e no estado de São Paulo, com ênfase sobre a história da produção habitacional da CDHU. O terceiro capítulo apresenta uma metodologia de análise da composição da população residente nos conjuntos habitacionais da CDHU em suas dimensões demográfica, econômica e habitacional. O quarto capítulo apresenta os resultados da análise em suas dimensões demográfica e econômica e o quinto capítulo os resultados para a dimensão habitacional.

Capítulo 1

POLÍTICA HABITACIONAL E HOMOGENEIDADE SOCIAL DE AGLOMERADOS URBANOS

A formação social e econômica do Brasil no século XX foi marcada pela constituição de uma complexa sociedade urbano-industrial, pobre, de consumo, heterogênea e desigual, conforme discute Vilmar Faria ao refletir sobre o processo de urbanização (FARIA, 1991).

Os “trinta anos gloriosos” de crescimento econômico, entre as décadas de 1950 e 1980, foram marcados por políticas industriais que tornaram o país uma das maiores economias do mundo (HIRSCHMAN, 1986). A industrialização da economia brasileira desencadeou um dos mais rápidos processos de urbanização do Ocidente (FARIA, 1991). Enquanto 31,2% da população do país era urbana em 1940, essa proporção alcançou 84,4% em 2010 (IBGE, 2011; MARICATO, 2008). No estado de São Paulo, o grau de urbanização atingiu 95% da população em 2010 (FUNDAÇÃO SEADE, 2012).

Conforme Faria (1991), o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico gerou um volume considerável de empregos na indústria de transformação, nos transportes, na construção civil, no comércio e nos serviços de apoio à produção das empresas, constituindo ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana. Contudo, este modelo de desenvolvimento econômico promoveu também a expansão da pobreza urbana, ao sustentar a disseminação do emprego informal no pequeno comércio urbano, no trabalho doméstico e na construção civil, ou seja, em modalidades de organização da produção intensiva em trabalho e com baixa produtividade, formando massas urbanas e carentes. Desse modo, a industrialização foi acompanhada pelo crescimento das periferias urbanas, em particular nas metrópoles brasileiras (FARIA, 1991).

A pobreza passou a ser preponderantemente urbana e, principalmente, metropolitana, em particular na segunda metade do século XX, segundo Rocha (2013). A metropolização da pobreza se manteve na década de 2000, quando houve um período mais prolongado de retomada da atividade econômica e aumento sustentado da renda. Isso pode ser observado pela análise dos domicílios em “aglomerados subnormais” dos últimos Censos Demográficos (IBGE, 2011).

Cerca de 80,0% dos domicílios brasileiros em aglomerados subnormais em 2000 se concentravam nas regiões metropolitanas, e esta cifra avançou para 88,6% em 2010.¹ Mais ainda, metade dos domicílios em aglomerados subnormais do país em 2010 localizava-se nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém (IBGE, 2011). Assim, apesar dos avanços sociais observados no país na década de 2000 e da suposta formação de uma “nova classe média brasileira” (SINGER, 2012), a precariedade habitacional ainda persiste nas regiões metropolitanas brasileiras.

A questão da precariedade habitacional foi muito associada ao fenômeno da pobreza e das periferias urbanas. O livro “São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza” (CAMARGO *et al.*, 1976) constitui uma obra de referência no entendimento da mudança da estrutura social urbana e do processo de formação das periferias no Brasil. Este processo é associado ao crescimento econômico do período do regime militar, que produziu pobreza e desigualdade social. Os estudos urbanos nas décadas de 1970 e 1980 destacavam que a formação de uma economia capitalista produziu um processo de periferação, com a expansão de espaços urbanos esquecidos pelas políticas públicas, com uma população com condições sociais homogêneas.

A expansão das periferias urbanas foi o reflexo territorial da desigualdade social, que por sua vez estava associada às desigualdades na participação no mercado de trabalho, geradas pela natureza periférica do capitalismo no país (BONDUKI, 1994). Neste contexto, a habitação das camadas populares urbanas no período da industrialização foi baseada no trinômio: loteamento periférico, casa própria e autoconstrução. Por um lado, a falta de políticas de habitação social e a limitada produção de moradia pelo mercado para a população de baixa renda fez com que a autoconstrução da casa própria fosse a principal alternativa para a solução da “questão habitacional” dessas camadas (MARICATO, 1982; BONDUKI, 1994). Por outro lado, o mutirão ou a autoconstrução em loteamentos periféricos resultou na casa própria do trabalhador, construída de forma bastante precária, o que por sua vez diminuiu o valor da reprodução da mão-de-obra via redução de seus custos. Assim, o processo de periferação associado ao capitalismo brasileiro configura “uma cidade ocupada diferencialmente pelas classes, que se apropriam de parcelas do território de acordo com o nível de renda a que têm acesso. Uma cidade, enfim, segregada” (BONDUKI; ROLNIK, 1982: p. 146).

¹ Um aglomerado subnormal é um conjunto formado por, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Este conceito pretende abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país conforme a metodologia do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011).

Kowarick (1979) discute o processo de periferização segundo a visão da espoliação urbana. A periferia urbana seria caracterizada pela ausência de infraestrutura – isto é, sem acesso aos serviços públicos produzidos pelo Estado – em territórios distantes do centro da cidade. A disseminação das periferias deriva do processo de acumulação de capital que garante a reprodução da classe trabalhadora a baixo custo. A condição de vida precária da população pobre da periferia resultaria da espoliação urbana. Ademais, Kowarick e Ant (1982) refletiram sobre a violação de direitos básicos dos cidadãos, como o direito à moradia digna:

Historicamente, impera um descaso e desrespeito institucional pelo cidadão comum: o pedestre não tem segurança para atravessar as ruas; o locatário sem recursos é facilmente despejado; o morador da periferia compra lotes, geralmente clandestinos, e espera anos para receber infraestrutura básica (...). Em última análise, conseguir algo depende de poder ou prestígio e, no mais das vezes, de dinheiro, e assim a cidadania, nos seus aspectos essenciais, cobra um preço que poucos podem pagar (KOWARICK; ANT 1982, p.36-37).

O esforço interpretativo que procurava entender os movimentos gerais da expansão da economia capitalista, os significados de sua condição de dependência e as contradições urbanas no Brasil voltou-se também “para o âmbito local, o modo de vida ou as estratégias de sobrevivência das camadas populares” (KOWARICK, 2000, p.123). Assim, a espoliação urbana decorre não somente do processo de acumulação do capital, mas também da dinâmica das lutas políticas em relação ao acesso a habitação, equipamentos urbanos e serviços públicos nas cidades.

Os padrões de reprodução urbana poderão piorar ou melhorar em razão do que os moradores consigam obter do poder público em termos de equipamentos e serviços coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infraestrutura. Esses processos variam de acordo com conjunturas políticas e podem ou não estar associados a conquistas conseguidas na esfera das relações de trabalho (movimentos operários e sindicais) (KOWARICK, 2000, p. 23).

Na obra “A sociedade vista da periferia”, Durham (1986) mostra que o termo “periferia” pode ser entendido como o espaço onde a população pobre se concentra e que constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. A formação das periferias urbanas se relaciona com a expansão dos loteamentos em áreas distantes do centro das cidades, em financiamentos de longo prazo com prestações mais baratas do que o aluguel de uma casa ou apartamento. O processo de periferização tende a produzir uma uniformidade social relativa da população pobre, segregada tanto pela distância como pela dificuldade de transporte ao centro da cidade.

Ainda que localizados em bairros mais distantes e menos servidos por transporte e serviços públicos, estes loteamentos eram vistos como uma poupança e um investimento pelas famílias pobres, onde poderiam construir a “casa própria” e melhorar as suas vidas. Para estas famílias, a aquisição do lote fazia parte do planejamento doméstico de uma estratégia de sobrevivência e de ascensão social (DURHAM, 1986).

Segundo esta autora a localização dos habitantes nesse espaço é correlacionada com a sua posição na sociedade e com a perspectiva de mobilidade social, isto é, de melhoria progressiva dessa posição por meio da renda do trabalho, em termos individuais, da participação nos mercados de trabalho e de consumo, em termos sociais, e da ação do Estado, em termos políticos. A inserção no mercado de trabalho propicia uma renda para a unidade familiar, que assim cobre o seu custo de vida no mercado de consumo. O Estado tem o papel de urbanizar os bairros periféricos pelo fornecimento de serviços públicos básicos, tais como distribuição de água e energia elétrica, asfalto, iluminação pública, transporte coletivo, escolas e postos de saúde.

Paulatinamente, os estudos sobre as periferias urbanas no Brasil passaram a incorporar as múltiplas dimensões que compõem a pobreza. De fato, desde a década de 1980 a literatura discute a pobreza como um fenômeno multidimensional e dinâmico, que compreende carências materiais e intangíveis, subjetivas e culturais, de caráter social, econômico e demográfico (RODRIGUEZ, 2000; SEN, 2000; CEPAL, 2004). Algumas dessas definições atentam para a análise da pobreza como geradora de desvantagens sociais, como ocorre no debate sobre a vulnerabilidade social (RODRIGUEZ, 2000). Outras definições articulam os aspectos macroestruturais da pobreza com a agência dos indivíduos, como ocorre com a perspectiva da pobreza como privação de capacidades de Sen (2000).

Na década de 2000, alguns estudos empíricos sobre a pobreza urbana nas regiões metropolitanas brasileiras passaram a defender a hipótese de uma pobreza de caráter mais *heterogêneo* do que o observado nos estudos clássicos sobre as periferias urbanas. Tais estudos buscam entender como e porque indivíduos e arranjos familiares pobres chegam a diferenciar-se nessa situação, frente às adversidades relacionadas a mudanças nas relações entre mercado, Estado e sociedade (PRETECEILLE; VALADARES, 2000; TORRES *et al.*, 2003; BICHIR, 2006; MOYA, 2010).

Situações diferenciadas de pobreza podem ocorrer em diversos territórios urbanos como favelas, cortiços, alagados e conjuntos habitacionais populares (PRETECEILLE; VALADARES, 2000). Cada um destes territórios urbanos pode ser visto como um “espaço social”, segundo o sentido dado por Bourdieu (2006), isto é, um espaço socialmente estruturado no qual os agentes atuam em função da posição que ocupam nesse espaço, seja para mudá-lo, seja para conservar as suas fronteiras e configurações internas. Assim, Preteceille e Valadares (2000) argumentam que é preciso avançar nos estudos que tratam das situações diferenciadas existentes entre os pobres, sobretudo ao se pensar a desigualdade dentro desses “espaços sociais”.

Preteceille e Valadares (2000) problematizam a ideia de que a favela seria um “tipo ideal” da pobreza urbana, o *locus* onde reside a população carente ou um “espaço social” que corresponderia a um universo social homogêneo. A concepção de favela seria marcada preponderantemente pela irregularidade na ocupação do solo e na condição de moradia e pelo limitado acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos. Os autores mostram em um estudo empírico que, embora até meados do século XX as favelas na cidade do Rio de Janeiro tivessem como origem invasões de terreno, com alto nível de precariedade jurídica, atualmente elas não podem mais ser consideradas em seu conjunto como áreas de ocupação ilegal. Desde a década de 1980, houve um avanço das políticas de regularização e de urbanização, que não necessariamente implicaram em ações de “desfavelamento” e remoção de população. Nesse sentido, houve melhorias nos direitos dos posseiros, de modo que se ampliou a presença de moradores com propriedade do terreno e da construção ou pelo menos da construção. Assim, passou a haver uma maior heterogeneidade de situações de pobreza em termos da condição de moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro (PRETECEILLE; VALADARES, 2000).

Um estudo semelhante sobre as necessidades habitacionais no estado de São Paulo, realizado por Fundação Seade (2010), também aponta para a existência de situações sociais diferenciadas entre os pobres. Os resultados desta pesquisa corroboram a ideia de que a precariedade habitacional é um tipo de privação que deve estar presente nas análises da pobreza urbana.

Segundo Fundação Seade (2010), há dois tipos de necessidades habitacionais: (a) *deficit* habitacional, quando os problemas são de tal magnitude que requerem a substituição da unidade habitacional e (b) inadequação habitacional, quando os problemas podem ser solucionados mediante ações alternativas à substituição da unidade habitacional, por meio de reformas, ampliações ou outras melhorias. O estudo mostra que um terço dos domicílios no estado de São Paulo possui algum tipo de necessidade habitacional em 2006. Neste ano, de um total de doze milhões de domicílios, 3,2 milhões são considerados inadequados e 665 mil estão em situação de *deficit* habitacional (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

A maior concentração de precariedade habitacional ocorre em Regiões Metropolitanas do Estado. Segundo Fundação Seade (2010), o *deficit* habitacional na Região Metropolitana da Baixada Santista alcança quase 10,0% do total de domicílios e 7,0% na região metropolitana de Campinas. Já na região metropolitana de São Paulo, a parcela de domicílios em situação de *deficit* é de 5,4%, um nível próximo da média estadual. Contudo, é preciso destacar que a precariedade avaliada pela proporção de domicílios com inadequação habitacional é particularmente elevada na RMSP. Enquanto a média estadual é de 27% dos domicílios, na RMSP atinge 35,9%.

Alguns estudos empíricos sobre a pobreza na região metropolitana de São Paulo voltam-se para a análise dos níveis diferenciados de acesso à infraestrutura urbana e a serviços de educação e saúde promovidos pelos entes governamentais em áreas periféricas (FUNDAÇÃO SEADE 1992; TORRES *et al.*, 2003; BICHIR, 2006; FUNDAÇÃO SEADE 2008). Nessa direção, Bichir (2006) destaca a existência de um tecido social heterogêneo no município de São Paulo. Segundo a autora, o *survey* realizado em 2004 pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) mostra várias facetas da pobreza urbana, a partir de uma amostra da população de baixa renda residente no município. A população pesquisada pertence aos 40% mais pobres, o que correspondeu aos domicílios com renda total de, no máximo, R\$1.100,00 naquele ano. Os arranjos domiciliares pobres pesquisados em campo foram georreferenciados com base em um sistema de informações geográficas (SIG).

Os endereços dos arranjos domiciliares foram associados às áreas de ponderação da amostra do Censo 2000, de modo que foram criados indicadores que permitiram identificar áreas segregadas no município de São Paulo. O acesso dos arranjos domiciliares pobres à infraestrutura urbana foi medido por meio de indicadores referentes a abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, calçamento, iluminação pública, áreas de lazer e condições de transporte público (BICHIR, 2006).

Pela análise dos dados assim obtidos, a segregação residencial em determinadas áreas do Município de São Paulo pode ser identificada pela falta de inserção da população mais pobre na cidade. Por exemplo, os moradores de uma favela localizada na extremidade da zona leste possuíam menor inserção na cidade, tanto pela maior distância do centro e do local de trabalho como pelos precários serviços públicos. Já a favela Paraisópolis, vizinha ao bairro do Morumbi e da região da Berrini, contava, na época do *survey*, com mais infraestrutura urbana que outras favelas e com equipamentos sociais nas suas proximidades, além de estar próxima de áreas com elevada proporção de empresas prestadoras de serviço (BICHIR, 2006).

A reflexão sobre a pobreza urbana e o processo de periferização no Brasil envolve também o debate sobre o papel das políticas públicas como elemento sem o qual não se podem entender as variadas formas de estruturação urbana e de condição de moradia. Os estudos urbanos se voltaram não apenas para a multidimensionalidade da pobreza, mas também para as políticas de habitação social e de urbanismo, levando em consideração as necessidades habitacionais e os diferentes níveis de acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos em diferentes territórios ditos periféricos (BICHIR, 2006).

Para Torres *et al.* (2003), a pobreza no Município de São Paulo se relaciona empiricamente com a desigualdade de distribuição de renda e de acesso a serviços públicos e com a separação espacial dos grupos sociais, assim como esses elementos estão imbricados na produção do espaço urbano. Uma consequência social importante dessa situação urbana é o forte efeito acumulativo dos riscos sociais e ambientais que podem produzir áreas críticas chamadas de “hiperperiferias”. Nessas áreas, o nível dos problemas sociais e ambientais é elevado, sobrepondo os piores indicadores socioeconômicos e de acesso a equipamentos urbanos aos riscos de enchentes e deslizamentos de terra.

Ainda segundo Torres *et al.* (2003), a literatura aponta três causas para esse padrão de urbanização com segregação espacial da população pobre: (a) a estrutura social urbana, marcada por uma multiplicidade de periferias disseminadas no tecido metropolitano, com uma desigual distribuição de renda, (b) a dinâmica do mercado imobiliário e (c) as políticas de habitação de interesse social.

A dinâmica do mercado imobiliário e os seus efeitos sobre a configuração urbana merecem uma discussão mais detalhada. A literatura aponta que esse mercado teria o poder de controlar as melhores localizações, especular com os terrenos desocupados e lucrar com mudanças no uso das propriedades e nos seus arredores (CAMARGO *et al.*, 1976). Ao mesmo tempo, as políticas habitacionais e urbanas muitas vezes se articulam aos novos investimentos imobiliários (TORRES *et al.*, 2003).

Em uma pesquisa sobre a incorporação residencial no município de São Paulo entre 1992 e 2007, Wissenbach (2008) aponta que as mudanças na regulamentação do mercado imobiliário – tais como a abertura de capital das empresas incorporadoras – permitiram a expansão do crédito imobiliário e uma enorme capitalização dessas empresas. As incorporadoras ampliaram seu poder de intervenção urbana com o crescimento do banco de terras, isto é, puderam comprar um volume ainda maior de terrenos ou de áreas já construídas para novos empreendimentos. O aquecimento do mercado – tanto pelo lado da oferta como da demanda de moradia – fez com que fossem criadas novas frentes de expansão em áreas até então pouco valorizadas pelo mercado, tais como as áreas de esvaziamento industrial e áreas na periferia da cidade. Como consequência, houve um intenso crescimento da produção imobiliária residencial na década de 2000.

Segundo Wissenbach (2008), a maior disponibilidade de recursos para as empresas incorporadoras, o aumento no preço dos terrenos e a intensa valorização imobiliária nos anos 2000 dificultaram a produção de unidades de baixo custo no município de São Paulo. Ainda segundo o mesmo autor, a ação do Estado teve implicações diretas sobre a dinâmica do mercado imobiliário e, conseqüentemente, das configurações habitacionais urbanas. A legislação urbanística influenciou sobre a localização dos lançamentos residenciais, bem como existe uma forte associação entre obras públicas e a valorização imobiliária no seu entorno.

A ação do Estado tem efeito sobre a estratificação social, ao promover ou incrementar a segregação residencial por meio da valorização imobiliária de certas áreas da cidade, que recebem investimentos públicos de infraestrutura urbana (expulsando a classe trabalhadora, ou mesmo a baixa classe média, para outras áreas), e pela remoção da população de baixa renda para conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado (WISSENBACH, 2008).

Segundo Pasternak *et al.* (2015), manteve-se o processo de periferização na região metropolitana de São Paulo na década de 2000, constatado pelo aumento na proporção de domicílios e de população residente em aglomerados subnormais. A proporção de domicílios em aglomerados subnormais passou de 8,5% em 2000 para 9,9% em 2010, sendo que a população favelada aumentou de 9,5% para 11,2%. No município de São Paulo, a proporção de domicílios e população residente em aglomerados subnormais passou, respectivamente, de 7,7% e 8,8% em 2000 para 10,0% e 11,5% em 2010.

Os estudos urbanos mostram que os problemas habitacionais da população pobre não se solucionam somente pelas regras de mercado, mas exigem a intervenção do Estado por meio de programas de habitação de interesse social voltados à população de baixa renda, conforme aponta a literatura sobre a “questão habitacional” (MARICATO, 1982; BONDUKI, 1994; NAHAS, 2010).

Segundo Nahas (2010), o equacionamento do *deficit* habitacional no Brasil tem sido realizado, preponderantemente, por meio de financiamento de longo prazo para aquisição da casa própria, com subsídio social. Esta política de habitação de interesse social se baseia na produção em massa de casas ou apartamentos em grandes conjuntos habitacionais. Isto se observou no modelo habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH) e em programas de habitação social mais recentes (NAHAS, 2010).

Conforme Durham (1986), os problemas sociais da periferização decorrentes do financiamento de lotes em áreas distantes e com limitados serviços públicos básicos também foram observados na população pobre que residia nos conjuntos habitacionais do BNH. Assim como os loteamentos, os conjuntos habitacionais também eram construídos em locais distantes dos centros urbanos. Para as famílias pobres, a aquisição da casa própria era realizada com a expectativa de que o progresso chegasse logo ao novo bairro, com a gradual urbanização dos espaços vazios e a oferta de serviços públicos por parte dos governos locais. Em vez de pagar a prestação do lote, a família paga o financiamento da nova casa ou do novo apartamento.

Portanto, de modo semelhante aos loteamentos periféricos, pode-se dizer que a estrutura social da população atendida pela política de habitação social tende a uma uniformidade nas situações de pobreza devido ao público-alvo da política habitacional, voltado para uma população de baixa renda.

Conforme estudos empíricos do Observatório das Metrôpoles (CARDOSO, 2013), a construção dos mais recentes conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no final da década de 2000, teve impactos sobre a estrutura urbana e social das regiões metropolitanas e sobre as condições de reprodução urbana da população de baixa renda atendida.

As análises de Cardoso (2013) destacam que os programas habitacionais do PCMMV não se articulam com as políticas urbanas e contribuem para a formação de novas periferias, o que já ocorrera nos modelos de habitação social promovidos pelo BNH em décadas anteriores (MARICATO, 1982; BONDUKI, 1994). Duas críticas ao PMCMV são destacadas pelo mesmo autor: (a) os novos empreendimentos promovem mudanças nos padrões tradicionais de uso e ocupação do solo nas periferias das regiões metropolitanas, ao introduzir a tipologia de “apartamentos” em territórios onde ela não existia anteriormente; (b) existe um *deficit* de infraestrutura urbana em alguns conjuntos habitacionais, ocorrendo falta de rede de água, de esgoto ou de equipamentos urbanos em empreendimentos localizados em áreas afastadas dos núcleos urbanos.

Ainda segundo Cardoso (2013), tanto a localização dos empreendimentos como as características do público-alvo levam ao surgimento de novos vetores de periferização, com homogeneidade de situações de pobreza entre os seus moradores. Assim, os critérios de seleção de mutuários para participação no PMCMV avaliam o nível de renda familiar total. Existe uma política de subsídio social que dá prioridade a famílias com renda familiar igual ou inferior a três salários mínimos. Estes aspectos da política habitacional afetam as condições de reprodução urbana das populações atendidas e limitam a ascensão social (CARDOSO, 2013).

Segundo Royer (2002) e Denizo (2007), a política de habitação social de maior alcance no estado de São Paulo desde a década de 1980 foi realizada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU. A atuação desta empresa pública como agente produtor de habitação de interesse social ampliou-se fortemente após a falência do BNH em 1986.

Com elevado aporte de recursos financeiros do governo estadual, a CDHU tornou-se uma das maiores empresas estatais de habitação social do país (ROYER, 2002; DENIZO, 2007).

A literatura aponta que o modelo de produção habitacional da CDHU apoia-se na produção de conjuntos habitacionais em larga escala para um público-alvo específico: população de baixa renda (ROYER, 2002; DENIZO, 2007). A finalidade deste modelo de produção habitacional é o enfrentamento do *deficit* habitacional (ROYER, 2002).

O público-alvo, definido pela legislação estadual, estabelece o atendimento a famílias com renda total de um a dez salários mínimos. No entanto, existe prioridade para o atendimento de famílias com renda de um a três salários mínimos, que são beneficiadas por uma política de subsídio social (CDHU, 2013).

Segundo Denizo (2007), a política habitacional da CDHU tende a estar desvinculada de políticas urbanas e sociais. A ausência de políticas mais articuladas faz com que o acesso a uma moradia para a população pobre atendida não necessariamente garanta a superação de sua dependência do poder público no suprimento de condições básicas de sobrevivência (DENIZO, 2007).

Nesse sentido, os estudos mostram como a construção de conjuntos habitacionais da CDHU e do PMCMV em regiões metropolitanas estão, muitas vezes, associadas a políticas de “desfavelamento” e de remoção (FRANÇA, 2009; CARDOSO, 2013). Tais políticas habitacionais, ao transferir famílias de favelas para áreas isoladas ou afastadas do centro da cidade, tendem a produzir novos “enclaves” de pobreza, isto é, territórios urbanos carregados de privações que não existiam no local de origem (PIMENTA, 2005; MUSSET, 2010; BRITES, 2012). Por exemplo, Pimenta (2005) destaca como o distanciamento dos conjuntos habitacionais populares do centro, no Aglomerado Urbano de Florianópolis, aumentou o custo do transporte do trabalhador, inviabilizou o trabalho de uma parcela dos trabalhadores e impediu a melhoria dos níveis de renda.

Para Torres e Dias (2016), a remoção de famílias pode acabar com redes de relações sociais que proporcionavam um conjunto de oportunidades de geração de renda para as famílias mais pobres no local de origem. Além disso, pode haver precariedade habitacional devido à falta de manutenção dos edifícios.

Desse modo, a localização dos conjuntos habitacionais em áreas afastadas dos núcleos urbanos, bem como a falta de articulação das políticas habitacionais com políticas sociais e urbanas, tende a promover uma espécie de institucionalização da precariedade que resulta em novas periferias (PIMENTA, 2005).

Além da questão da existência de diversas formas de privação, o estudo da pobreza e das periferias urbanas pode ser associado ao âmbito da organização das famílias. A composição familiar pode ser vista como um elemento relevante das análises da pobreza. Em termos metodológicos, os arranjos familiares constituem uma unidade de análise para as medições da pobreza, o que pode ser observado no cálculo das linhas de pobreza (JANNUZZI, 2001).

Ainda que as relações familiares não se restrinjam aos limites do domicílio, o estudo das informações de levantamentos quantitativos *domiciliares* pode revelar importantes características da organização familiar (WAJNMAN, 2012). Tais informações permitem identificar, entre outros aspectos, as configurações de parentesco das unidades domiciliares, bem como os perfis etários de coresidência de indivíduos com diferentes tipos de parentes. Isto também permite conhecer as associações entre diferentes tipos de arranjos familiares e condições de vida (BILAC, 1978; MACEDO, 1978; MONTALI, 2006; MONTALI; TAVARES, 2008).

Com o avanço do processo de transição demográfica, a queda da fecundidade no Brasil, determinou uma profunda mudança na estrutura etária da população, cuja maior expressão é o envelhecimento populacional. A transição da fecundidade desencadeou a queda das taxas de crescimento populacional e uma redução do tamanho médio da família desde a década de 1970 (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). Nesse contexto, as mudanças na fecundidade se associam a transformações nas estruturas familiares, como o crescimento de arranjos monoparentais, unipessoais, de casais sem filhos e de famílias reconstituídas (ALVES, CAVENAGHI, 2010).

A literatura aponta a importância da família como grupo estratégico de enfrentamento de situações de pobreza (BILAC, 1978; MACEDO, 1978). As relações de parentesco intra e extradomiciliares podem atuar como instrumentos de proteção para famílias de baixa renda com limitado acesso a serviços privados de atenção a crianças e idosos.

Os arranjos familiares e as redes de parentesco contribuem para a provisão de renda e de bem-estar de seus membros, constituindo um instrumento de proteção social. O acesso a serviços públicos muito restrito em áreas periféricas, pela reduzida oferta de equipamentos sociais, reforça a importância do apoio de redes de parentesco (MEDEIROS, 2000).

Nesse sentido, o estudo da pobreza urbana associado às estruturas familiares pode se apoiar nas teorias do ciclo de vida familiar e do curso de vida de famílias e dos indivíduos (ELDER, 1987). Um aspecto relevante da teoria do ciclo de vida familiar é mostrar a dinâmica da trajetória da vida familiar, isto é, como a família se modifica ao longo do tempo. A abordagem clássica do ciclo de vida pressupõe uma família nuclear estável, em que a trajetória familiar é iniciada pelo casamento, geralmente acompanhada pela formação de uma nova residência, seguida pelo nascimento dos filhos, e encerrada com a morte de um dos esposos. Contudo, o crescente peso dos divórcios e a maior participação da mulher no mercado de trabalho tornaram obsoleta a abordagem do ciclo de vida familiar convencional (ELDER, 1987).

Um avanço na compreensão das transformações nas estruturas familiares se deu pela teoria do curso de vida (ELDER, 1987). Os estudos do curso de vida das famílias e dos indivíduos permite compreender a natureza interdependente das trajetórias individuais dentro da família, a formação e a dissolução dos padrões familiares ao longo do tempo e a relação entre família e mudança social (ELDER, 1995).

Os estágios do ciclo de vida familiar passam a ser entendidos como momentos de vidas individuais interdependentes. Em termos da análise demográfica das famílias, o estudo das informações de composição familiar dos arranjos domiciliares das pesquisas quantitativas pode fornecer características de um determinado momento do ciclo de vida familiar. Assim, “trajectories of work, marriage, and parenthood are interrelated role paths that structure the life course of individuals, couples, and family units” (ELDER, 1987: 184).

A concepção do ciclo de vida familiar como um momento da vida de indivíduos interdependentes pode ser um instrumento para entender as relações entre famílias e pobreza: *The family dynamics of interdependent lives involves the interlocking nature of trajectories and transitions, both within and across the life stages of family members. These dynamics are rooted in kinship ties which make the events that occur to others personal events of significance* (ELDER, 1987: 185).

Assim, certas trajetórias e transições podem tornar um arranjo familiar mais pobre. A literatura mostra que *arranjos domésticos* em fase de expansão quanto ao ciclo de vida, com chefes e/ou cônjuges jovens e filhos menores de 14 anos, teriam mais dificuldades na obtenção de ativos e para garantir o bem-estar de seus membros (MONTALI; TAVARES, 2008).² As situações de pobreza em arranjos familiares com chefes muito jovens podem ser agravadas pela ocorrência da fecundidade e saída precoces da residência dos pais (RODRIGUEZ, 2000).

Montali e Tavares (2008) mostram que o processo de reestruturação produtiva nos anos 1990, na região metropolitana de São Paulo, produziu mudanças no padrão de incorporação dos integrantes do grupo doméstico à força de trabalho. Enquanto mudança do padrão de emprego, a reestruturação produtiva acarretou o aumento da participação no mercado de trabalho de mulheres chefes e cônjuges, em contrapartida ao maior desemprego entre chefes e filhos. Simultaneamente, houve uma articulação de rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho com maior participação de cônjuges e chefes femininos na provisão familiar, em detrimento da participação de chefes masculinos e dos filhos.

Ainda conforme Montali e Tavares (2008), a redução na participação dos filhos na composição da renda domiciliar, teve efeitos diferenciados conforme a estrutura familiar. Para os arranjos nucleares – casal com filhos – houve um aumento da participação do cônjuge no mercado de trabalho e na massa de rendimento, que contrabalançou o maior nível de desemprego dos chefes e dos filhos das unidades domésticas.

De forma geral, os arranjos biparentais (chefe, cônjuge e filhos) com casais até 34 anos apresentam menor nível de rendimento familiar *per capita* em comparação com os arranjos com casais com mais de 34 anos, porque o desemprego tende a ser maior entre as pessoas mais jovens. Já entre os arranjos monoparentais (chefe e filhos), os chefes também apresentam uma maior participação na composição da massa da renda familiar. Contudo, a menor participação dos filhos na renda familiar acabou aumentando o encargo de manutenção da família sobre as pessoas de referência desses arranjos, que preponderantemente são mulheres, conforme Montali e Tavares (2008).

² Conforme o conceito de Bender (1967), o termo arranjo doméstico expressaria melhor as diversas formas de coresidência que envolvem o compartilhamento de funções domésticas. As funções domésticas seriam as atividades relacionadas às necessidades cotidianas de um domicílio, tais como as tarefas de cuidado. Estas funções podem ser compartilhadas por parentes e não parentes em uma mesma unidade domiciliar.

Para Montali e Tavares (2008), os arranjos domiciliares expressam momentos diferentes do ciclo de vida familiar, o que pode resultar em uma composição desfavorável para a inserção dos seus componentes no mercado de trabalho. Em particular, a vulnerabilidade à pobreza pode ser maior em arranjos com crianças, adolescentes ou idosos, o que se expressa nas menores taxas de geração de renda em comparação com outros tipos de arranjos. Nos arranjos domiciliares com alta relação de dependência de crianças há poucos produtores em relação ao número total de consumidores.

No estado de São Paulo, a proporção dos arranjos formados por casais e filhos ou por mães e filhos era relativamente maior entre os domicílios pobres em comparação com o total dos domicílios em 2006, conforme análise feita a partir da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade, aplicada nesse ano em amostra de domicílios do estado. Os arranjos domiciliares com pessoas de referência mais jovens também tendem a ser mais frequentes entre domicílios pobres. Por fim, a análise da classificação dos arranjos domiciliares confirma a existência de uma maior frequência de arranjos ampliados entre os domicílios com insuficiência de renda (APARICIO, 2012).

O Diagnóstico das Necessidades Habitacionais no estado de São Paulo, realizado a partir dos resultados da PCV, também aponta aspectos de composição familiar dos arranjos domiciliares que se associam às necessidades habitacionais (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). Este estudo mostra que há associação entre adensamento urbano e precariedade das condições habitacionais, com elevado estoque de domicílios deficitários e inadequados nas regiões metropolitanas da Baixada Santista, de São Paulo e de Campinas.

Nesse sentido, os processos de ampliação e de contração dos arranjos domiciliares parecem constituir estratégias familiares que respondem a constrangimentos cambiantes de várias ordens – demográfica, social, cultural, econômica (BILAC, 2003).

Adicionalmente, a discussão da família como fonte de proteção social remete aos estudos sobre disponibilidade de parentes, isto é, o grupo de parentes próximos que podem auxiliar nas atividades domésticas, tais como o cuidado de crianças ou de idosos (WAJNMAN, 2012). A transição da estrutura etária tende a tornar mais frequente a coresidência de múltiplas gerações, com impacto sobre os níveis de pobreza (GOLDANI, 2004). Amplia-se gradativamente a presença de arranjos familiares com idosos (CAMARANO *et al.* 2004), sendo que a presença de avós em um arranjo domiciliar tem efeitos favoráveis sobre o nível de bem-estar dos netos (TOMÁS, 2013).

A consistente ampliação da cobertura previdenciária desde a década de 1990 fez com que a etapa final do curso de vida não necessariamente acarretasse uma substancial perda de recursos monetários no Brasil, conforme Camarano *et al.* (2006). A presença de idosos constitui uma fonte adicional de proteção em suas unidades domésticas (WAJNMAN, 2012).

Desse modo, o estudo das características familiares das unidades domésticas também pode ser considerado como um aspecto relevante do estudo da pobreza urbana e do processo de periferização. A literatura contemporânea sobre pobreza urbana, ao enfatizar sua multidimensionalidade, traz para o âmago da discussão as articulações entre políticas habitacionais e políticas urbanas, estratos sociais e econômicos, condições de vida e configurações familiares.

As análises encontradas na literatura pertinente colocam como desafio entender a estrutura social de aglomerados urbanos que são frutos de políticas habitacionais específicas. Interessa saber se tais políticas produzem aglomerados urbanos que tendem a corresponder à descrição convencional da uniformidade social das periferias urbanas, ou que seriam mais próximos da descrição de um espaço urbano mais heterogêneo, como ocorre em alguns estudos mais recentes feitos nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em suma, como hipótese inicial, os conjuntos habitacionais populares em sua origem tenderiam a formar espaços urbanos “oficialmente” segregados que, devido aos critérios de seleção de beneficiários (mutuários), seriam marcados por uma suposta homogeneidade social. Nesse sentido, há uma série de aspectos a serem investigados a partir da análise do universo da produção habitacional da CDHU, que podem ser elencados como se segue:

- 1- Quais são as características sociodemográficas de uma população dependente de uma política pública de financiamento habitacional com subsídio social voltada para a aquisição da casa própria? Pode-se dizer que existe uma situação de homogeneidade social?
- 2 - Como se dão as diferentes modalidades de aquisição da moradia? De que forma elas foram impactadas pelas mudanças de legislação (Plano Plurianual, Decretos e Leis Estaduais) e pela valorização imobiliária?

A produção habitacional da CDHU constitui um exemplo empírico cuja análise será profundamente proveitosa para tal fim. Antes, porém, será necessário conhecer a história da CDHU enquanto produto de quase três décadas (1985-2012) de execução de uma política estadual de habitação de interesse social.

Capítulo 2

POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA: A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DA CDHU

2.1 O processo de urbanização e a questão habitacional no século XX no Brasil

No começo do século XX, o país viveu um período de crescimento acelerado da população associado à migração internacional, que por sua vez foi motivada pela economia cafeeira. Este período foi acompanhado pela urbanização e pelo início da industrialização, que somente iria se acentuar ao longo do século, desencadeando os primeiros conflitos urbanos relativos à moradia (BONDUKI, 1994).

Conforme Bonduki (1994), a habitação era compreendida na República Velha como um problema de mercado, a ser resolvido pelos mecanismos de oferta e procura de moradia. Já os defensores da Revolução de 1930 tinham um entendimento mais claro dos problemas sociais decorrentes da urbanização e da industrialização do Brasil. Neste sentido, destacou-se a *questão habitacional*, que impactava gravemente a classe trabalhadora urbana, visto que o aluguel da moradia consumia uma parcela considerável do orçamento familiar. O primeiro governo de Getúlio Vargas incorporou a questão habitacional como um problema político.

Na década de 1930, o primeiro governo Vargas formulou alguns programas de moradia social. Em 1942, decretou a lei de proteção do inquilinato. Esta lei congelou os preços dos aluguéis, que eram regulados pelo mercado. Embora a intenção da lei fosse beneficiar os trabalhadores urbanos, o seu principal efeito econômico foi desestimular os investimentos voltados para a ampliação da oferta de imóveis para locação. Os investimentos privados voltaram-se principalmente para o setor industrial, impulsionando a política econômica de substituição de importações de bens manufaturados (BONDUKI, 1994).

O problema da moradia da classe trabalhadora afetou particularmente as regiões com processo mais acelerado de industrialização. Com grande parte da produção industrial brasileira concentrada em seu tecido metropolitano, o estado de São Paulo teve um enorme crescimento populacional urbano nas primeiras décadas do século XX.

Contudo, na década de 1940, a perda de rentabilidade da locação de imóveis, decorrente da lei de proteção ao inquilinato, fez com que diminuísse o ritmo de crescimento da oferta de imóveis aos trabalhadores, aumentando o valor do aluguel, de modo que ganhou força a autoconstrução em loteamentos distantes do centro da cidade, o que iria transformar a paisagem da metrópole de São Paulo nas décadas seguintes (BONDUKI, 1994).

As políticas industriais entre as décadas de 1930 e 1970 determinaram a formação de um parque industrial diversificado e integrado. O intenso crescimento econômico da cidade de São Paulo agregou, nos anos 1950, novas localidades no seu entorno, com o desenvolvimento do polo industrial dos municípios do ABC e, nas décadas seguintes, municípios como Osasco, Barueri, Guarulhos, Suzano e Mogi das Cruzes (GASPAR; BESSA; APARICIO, 2015).

Um dos marcos da formação econômica da metrópole paulista foi a consolidação da indústria automobilística e de sua cadeia produtiva, impulsionada pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Os setores econômicos considerados básicos pelo Plano eram: energia, transportes e indústrias de base, alimentação e educação. Os setores de energia, transportes e indústrias de base (que incluía a indústria automobilística) receberam 93% dos recursos alocados (CPDOC, 2002).

O processo de industrialização via substituição de importações determinou uma estruturação social e urbana que até hoje marca a região metropolitana de São Paulo. Conforme Bógus e Pasternak (2015), o padrão de organização territorial da região metropolitana de São Paulo ao longo do século XX pode ser expresso pelo modelo núcleo-periferia, em que a metrópole cresceu como uma mancha de óleo. Até a década de 1970, este processo de periferização resultou de uma economia industrial marcada pela produção de bens duráveis, para a qual foram necessárias a mobilização de força de trabalho e a concentração de vasto exército industrial de reserva.

A cidade de São Paulo e os demais municípios da região metropolitana tiveram uma enorme expansão urbana ao longo do século XX, acompanhado por um processo de periferização marcado pela disseminação da autoconstrução em loteamentos legais ou clandestinos entre as décadas de 1930 e 1970 (MARICATO, 2008). Conforme Maricato (1979), a população pobre, recém-chegada à cidade, adquiria lotes com baixíssima qualidade urbanística e poucos equipamentos de saúde, educação e lazer.

Segundo Faria (1991), o processo de industrialização resultou em uma estrutura urbana diferenciada, com elevados níveis de pobreza nas periferias das regiões metropolitanas. Além da expansão do emprego formal no setor industrial ter sido significativo e ter permitido a ascensão social de uma parcela da população, houve também crescimento do emprego formal no setor de serviços, como o comércio e em outros tipos de serviços em ocupações do tipo liberal, “colarinho branco” (escritórios e administração pública) e prestadores de serviços (saúde, educação, consultoria, etc.). Entre a população de baixa renda, houve predomínio de empregos formais e informais na construção civil e de ocupações para os trabalhadores autônomos e domésticos.

2.2 Estrutura social urbana no período 1980-2010

A industrialização pesada no país – em um modelo de produção associado ao fordismo – entre as décadas de 1930 e 1970 foi marcada pela construção de uma estrutura social urbana com significativa proletarização e pela expansão de uma periferia bem definida fora das áreas centrais e ricas das metrópoles (FARIA, 1991).

O quadro econômico marcado pelo processo de industrialização via substituição de importações e a formação de uma classe trabalhadora tornou-se mais complexo e heterogêneo na década de 1980 (FARIA, 1991). Desde essa década, as transformações produtivas e tecnológicas que acompanharam a globalização da economia mundial não somente mostraram uma forte revalorização do papel das aglomerações urbanas, mas também alteraram de tal forma sua organização e funcionamento que se justifica falar de um novo tipo de configuração urbana, uma vez que as antigas caracterizações se tornaram insuficientes para fazer referência à configuração emergente (MATTOS, 2005 *apud* BÓGUS; PASTERNAK, 2015).

As transformações simultâneas da reestruturação produtiva e das novas tecnologias de comunicação provocaram mudanças significativas no mercado de trabalho. Assim, a estrutura social tornou-se uma espécie de ampulheta, com redução no nível de rendimento dos segmentos intermediários (BÓGUS; PASTERNAK, 2015). Isto ocorre devido a uma tendência de uma demanda crescente por profissionais altamente qualificados e elevado nível de remuneração, ao mesmo tempo em que aumentou a procura por serviços complementares de limpeza, segurança e manutenção, com empregos com menor nível de qualificação e baixos salários (*idem*).

Alguns autores argumentam que, diferentemente do modelo núcleo-periferia, existe uma “cidade fractal”, em que aparecem novas metropolaridades, desigualdades e marginalizações étnica e racial, misturadas com cenários urbanos de ostentação de riqueza (MATTOS, 2005 *apud* BÓGUS; PASTERNAK, 2015). Torres *et al.* (2003) defendem a hipótese de uma pobreza urbana de caráter mais *heterogêneo* do que o observado nos estudos clássicos sobre as periferias.

Refletindo sobre as mudanças na estrutura social da região metropolitana de São Paulo, Bógus e Pasternak (2015) tendem a considerar que a modernização produtiva intensificou a tendência à maior dualização social e a uma cidade socialmente mais polarizada. Estas autoras defendem que o histórico modelo núcleo-periferia, caracterizado pela distância geográfica e social entre as classes, ainda organiza o espaço metropolitano em expansão, em que pese o surgimento de novas configurações espaciais, como os condomínios fechados e as favelas, e a redistribuição de unidades produtivas e de centros de compras pelo tecido metropolitano.

2.3 Habitação social urbana no período 1980-2010

A criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1964 constituiu uma resposta do regime militar a pressões dos setores urbanos mobilizados do regime democrático anterior ao golpe militar, que reivindicavam uma solução para o problema da demanda por habitação. O SFH foi o sustentáculo da primeira política nacional de habitação social em larga escala (NAHAS, 2010).

O braço executivo do SFH foi o Banco Nacional de Habitação (BNH), que promoveu a articulação entre os setores público e privado através do emprego dos recursos da poupança compulsória (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966) e voluntária (cadernetas de poupança e letras imobiliárias). Este modelo adotou o incentivo à aquisição da “casa própria” como solução da questão habitacional, por meio de financiamento de longo prazo da moradia (NAHAS, 2010).

O modelo de política habitacional do BNH caracterizou-se por padrões privados convencionais de produção, financiamento e comercialização das unidades habitacionais, com prioridade para a aquisição da casa própria. Nahas (2010) destaca que a produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda era integrada a conjuntos habitacionais de grandes proporções, em geral com localização periférica nos principais centros urbanos do país.

Além disso, o modelo habitacional associado ao BNH assumiu uma visão de banco privado, o que prejudicou o atendimento dos segmentos sociais mais pobres. Assim, a lógica financeira conduziu ao financiamento de imóveis acabados e próprios em projetos imobiliários com maior rentabilidade, de modo que os financiamentos destinados à população de baixa renda ou à classe trabalhadora foram paulatinamente substituídos para os destinados à habitação das classes médias (NAHAS, 2010).

O BNH enfrentou sérias dificuldades na primeira metade da década de 1980. A grave crise econômica internacional, desencadeada pelo segundo choque do petróleo em 1979, impactou a economia brasileira e deu início à “década perdida” de 1980. A recessão e a queda na arrecadação federal nos anos 1980 provocaram a diminuição dos investimentos públicos no Sistema Federal de Habitação e no repasse aos Estados e Municípios. Além disso, o aumento do desemprego levou a uma maior inadimplência dos financiamentos habitacionais. Desse modo, em 1986 ocorreu a extinção do BNH, que foi incorporado à Caixa Econômica Federal (CEF). As funções de financiamento e repasse de recursos foram transferidas para a CEF pelo Decreto Federal nº 2.291 de 21/11/1986 (DENIZO, 2007).

O processo de abertura política no final do regime militar permitiu o fortalecimento dos movimentos sociais de reforma urbana, motivado pelo histórico descaso dado à questão habitacional pelo modelo BNH. Os movimentos sociais demandaram da Assembleia Nacional Constituinte o estabelecimento de um arcabouço institucional para uma nova política de habitação social (NAHAS, 2010). No artigo 7º, a Constituição de 1988 reconheceu os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, indicando no inciso IV que seja garantido um salário mínimo, fixado em lei, capaz de atender as suas necessidades básicas, inclusive a moradia (BRASIL, 2016). Finalmente, a Emenda Constitucional (EC) nº 26 de 14/02/2000 incorporou a moradia no rol de direitos sociais. A EC nº 26 estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2016, grifo nosso).

Este arcabouço constitucional incentivou o desenvolvimento de uma nova política habitacional, menos clientelista e mais articulada com a política urbana, em particular com o oferecimento de serviços e equipamentos públicos. O cume do processo de institucionalização desta nova política habitacional foi a regulamentação do Estatuto da Cidade, em 2001, que definiu uma política urbana apoiada no plano diretor e no cumprimento da função social da propriedade (NAHAS, 2010).

O governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu esforços no sentido de construir uma política de habitação social mais abrangente, reconhecendo a existência de uma cidade segregada e ilegal e, portanto, a necessidade da extensão dos direitos e da cidadania. Assim, dois aspectos relevantes dessa política foram: a descentralização da operação dos programas, para Estados e Municípios, e a diversidade de programas habitacionais, o que rompeu a rigidez e a padronização excessiva que marcavam o modelo do BNH (NAHAS, 2010).

Já o primeiro governo Lula avançou na consolidação de uma política nacional de habitação conforme o Estatuto da Cidade. Um aspecto importante dessa política é a constituição de um fundo de recursos destinados a atender famílias pobres, com renda de até três salários mínimos, e na estruturação de um sistema de execução de ações de habitação de interesse social, concertada pelas três esferas de governo (NAHAS, 2010). No contexto da crise econômica de 2008, o segundo governo Lula lançou um novo plano habitacional: o Programa Minha Casa Minha Vida, sob a coordenação do Ministério das Cidades, com a finalidade econômica de reativação da indústria da construção civil (DIAS, 2012).

O Programa Minha Casa Minha Vida em sua primeira fase teve como meta principal a construção de um milhão de moradias para famílias com renda total de duas faixas: até três salários mínimos e de três a dez salários mínimos. A oferta de unidades habitacionais para capitais, municípios com mais de 100 mil habitantes e municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes foi definida conforme o *deficit* habitacional de cada localidade. A construção de 400 mil moradias foi direcionada para as famílias com renda total de até três salários mínimos. Os mutuários teriam de seguir regras específicas de financiamento de longo prazo, com subsídio social para as famílias mais pobres, em um modelo padronizado de produção habitacional em larga escala. A construção dessas moradias foi viabilizada preponderantemente pelas construtoras privadas, ainda que uma parcela tenha sido dirigida a entidades de movimentos de reforma urbana (NAHAS, 2010).

Contudo, o Programa Minha Casa Minha Vida não contribuiu substantivamente para a resolução do problema habitacional brasileiro, pois as empresas privadas tendem a privilegiar os investimentos para as famílias com três a dez salários mínimos, que representam 15% do *deficit* habitacional urbano, enquanto a faixa com até três salários mínimos concentra 85% do *deficit* (FIX, 2009). Para Fix (2009), o PMCMV se assemelha à política habitacional do BNH, particularmente no que tange ao financiamento habitacional e à localização de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas.

2.4 As empresas públicas de habitação social do Governo do Estado de São Paulo

Os antecedentes históricos da CDHU podem ser identificados na década de 1940. Até esta década, não havia uma política de habitação de interesse social, embora a população tivesse elevadas taxas de crescimento. A política habitacional paulista começa com a criação da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) no governo Ademar de Barros em 1949. A formação da CECAP foi motivada pela intenção do governo estadual de obter legitimação política junto aos segmentos populares e atender interesses econômicos do setor imobiliário. O estado promotor de investimentos imobiliários era um componente do processo de industrialização e urbanização (DENIZO, 2007).

A lei estadual 10.262 de 1968 autorizou a CECAP a obter financiamento com recursos federais do BNH. A CECAP atuava como agente promotor e financeiro com recursos originários do SFH, conforme CDHU (2012). Segundo Denizo (2007), em 1981 a CECAP passa a ser denominada Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (CODESPAULO) e começa a empregar outras fontes de recursos além do SFH.

Houve mudanças institucionais relevantes da política habitacional estadual no governo Franco Montoro (1983-1987). Em 1984 a CODESPAULO é vinculada à Secretaria Executiva da Habitação e torna-se a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH). O seu escopo passa a incluir não somente a produção de moradias para a população pobre, mas também a participação dos movimentos sociais na execução dos projetos de habitação social e a implantação de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais (DENIZO, 2007).

Um resumo dos principais marcos da política habitacional do Governo do Estado de São Paulo e seus períodos é apresentado por Denizo (2007):

1949-1966 – Criação da CECAP (1949) e regulamentação (1964).

1967-1980 – Atuação da CECAP como agente promotor desde 1967 e como agente financeiro entre 1975 e 1980.

1981 – Criação da Companhia de Desenvolvimento de São Paulo – CODESPAULO.

1983 – Remodelação da política habitacional por iniciativa do governo Franco Montoro: criação da Secretaria Executiva de Habitação.

1984 – Criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) em 1984 em substituição da CODESPAULO.

1987 – Criação da Secretaria de Estado da Habitação (1987) no governo Franco Montoro.

1989 – A CDH tem o nome alterado para Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU no governo Orestes Quéricia.

Em 1989 a CDH tem o nome alterado para Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) no governo Orestes Quéricia (1987-1990), sendo vinculada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, criada em 1988. Por fim, em 1991 esta secretaria passou a ser denominada Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo.

2.4.1 Novos rumos da política habitacional no governo Franco Montoro: a CDH e o apoio aos programas habitacionais de mutirão

No contexto da crise da política habitacional do regime militar no início dos anos 1980 e a partir da perspectiva de um planejamento público menos centralizado no Governo Federal, os governadores de oposição ao regime eleitos em 1982 propuseram um conjunto de políticas públicas mais descentralizadas e com participação popular (FUNDAÇÃO SEADE, 1989).

O governo Franco Montoro promoveu um conjunto de programas sociais em parceria com municípios, apoiando as políticas sociais mais descentralizadas. Assim, segundo Denizo (2007), em 1983 o governador cria a Secretaria Executiva da Habitação e anuncia a disposição de destinar recursos orçamentários às intervenções habitacionais. Isto se concretiza em 1984 com a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) em substituição da CODESPAULO.

Royer (2002) relata que havia um enorme passivo devido à elevada inadimplência dos mutuários da CODESPAULO, de modo que existia uma tendência política de fechamento da Companhia. Contudo, o grave quadro político e econômico e a enorme demanda por habitação social levaram à reestruturação da CODESPAULO e à criação da CDH em 1984.

As principais diretrizes da CDH são o enfrentamento da questão habitacional, em um modelo institucional com recursos próprios, a fim de adquirir autonomia administrativa e financeira em relação ao governo federal, e com programas habitacionais que corrigissem os equívocos do SFH/BNH no atendimento às famílias de baixa renda. Destaca-se o empenho em ampliar a participação social no planejamento e na execução de programas habitacionais atentos ao desenvolvimento urbano (ROYER, 2002).

Diante da escassez de recursos do BNH e na iminência de sua extinção, o governo Franco Montoro lançou em 1984 o Programa Municipal de Habitação (PMH). Seguindo a linha de atuação política do governo Franco Montoro, o PMH funcionou conforme os princípios da participação social e da descentralização. Em 1986, havia projetos do PMH em 102 municípios do estado de São Paulo. As prefeituras, parceiras do CDH, forneciam o terreno para as casas, respondiam pela supervisão da obra com engenheiros e mestres de obra para a construção e executavam obras de infraestrutura urbana. O Governo do Estado, por meio da CDH, era responsável pelo projeto, pela assistência técnica para a obra e o fornecimento de material. Por sua vez, a população contribuía com a mão de obra para o mutirão (CDHU, 2012b).

2.4.2 A habitação de interesse social no governo Orestes Quércia: a criação da CDHU e a consolidação de um sistema estadual de habitação social

A mudança de rumo na política habitacional estadual ocorreu em 1988, quando a empresa se chamava CDH. Quando a CDH passou a ser denominada como Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), as novas diretrizes da política de habitação social já estavam consolidadas (CDHU, 2012b).

A Constituição de 1988 concedeu maior autonomia financeira e tributária aos Estados e Municípios, o que se revelou fundamental para a consolidação de uma política habitacional em condições de substituir o SFH/BNH no Estado de São Paulo. Durante o governo Orestes Quércia, consolidou-se a participação regular dos recursos do Tesouro Estadual no financiamento da habitação de interesse social. Esta fonte financeira estável possibilitou um avanço sem precedentes nas atividades da Companhia (ROYER, 2002).

Em 1989, os recursos orçamentários destinados à CDHU foram ampliados com a nova legislação do ICMS, que definiu uma elevação da alíquota do tributo, cujos recursos foram destinados aos programas de habitação de interesse social (ROYER, 2002). A lei estadual nº 6.556/1989 (artigos 3º ao 9º), estabeleceu a vinculação do adicional de 1% do ICMS

para financiamento dos programas habitacionais de interesse social da CDHU (DENIZO, 2007). Esta garantia de um fluxo contínuo de recursos para a política habitacional permitiu a institucionalização de um sistema estadual de habitação (ARRETCHE, 1998), de forma que a CDHU se tornou o principal agente promotor da política estadual (CDHU, 2012b). Embora a lei estadual nº 9.903/1997 tenha revogado a vinculação do adicional do ICMS ao financiamento de programas habitacionais de interesse social, a cada lei orçamentária o Poder Executivo Estadual continua direcionando recursos para a execução dos programas habitacionais pela CDHU (CDHU, 2012b).

Segundo Royer (2002, p. 26), no governo Orestes Quécia a política habitacional da CDHU deslocou-se da preocupação com o desenvolvimento urbano articulado com a política habitacional – isto é, da integração da moradia precária com os outros vetores de inserção urbana – para uma visão da questão habitacional restrita à construção de mecanismos de erradicação do *deficit* habitacional.

Esta visão política se aproximava do modelo habitacional do SFH/BNH, ao sinalizar positivamente tanto para objetivo de adquirir a casa própria como ao mercado de construção civil, ansioso por novos investimentos em um período crítico da economia brasileira, neste caso, a década de 1980 (ROYER, 2002). Em certo sentido, a CDHU representou para o setor da construção civil no estado de São Paulo o que anos depois viria a ser o Programa Minha Casa Minha Vida para as construtoras brasileiras.

Neste primeiro período da CDHU, nos Governos Quécia, Fleury e Covas/Alckmin, houve uma predominância dos investimentos habitacionais em regiões do interior do estado, deixando em segundo plano as Regiões Metropolitanas (CDHU, 2012b). A lei estadual nº 6.556 estabeleceu o princípio de atendimento universal aos municípios paulistas, de modo que a política habitacional ficou bastante direcionada à rede urbana nos pequenos e médios municípios do interior (CDHU, 2012b).

Juntamente com os mutirões (que perderam relevância na totalidade da produção de unidades habitacionais desde o governo Quécia), duas modalidades de produção habitacional adotadas pela CDHU após a aprovação do ICMS-Habitação foram os Programas SH2 e SH3. Estes programas se baseavam em parcerias com prefeituras do interior para construção em massa de casas de baixo custo (com pequena área construída e planta ampliável), pela modalidade de empreitada global, licitada pela CDHU (CDHU, 2012b).

Ademais, o modelo de atendimento das necessidades habitacionais denominado “Chamamento Empresarial”, voltado para cidades de grande porte populacional, incluía o terreno, a construção de edifícios e a aprovação do projeto (CDHU, 2012b). Este modelo demandava terreno e infraestrutura compatíveis com os valores dos investimentos privados, o que ocorria com maior frequência em municípios do interior, já que havia a dificuldade relacionada à falta de terrenos e ao elevado preço da terra nos municípios de maior porte populacional nas regiões metropolitanas. Dessa forma, este modelo de produção habitacional foi empregado nas regiões metropolitanas e nas cidades com elevado preço de terreno por meio de empreendimentos com maior nível de adensamento via construção de edifícios (CDHU, 2012b).

2.5 A produção habitacional da CDHU

O governo Franco Montoro procurou desenvolver uma política descentralizada e com participação dos movimentos sem-teto para o atendimento das necessidades habitacionais da população paulista, contando com a colaboração dos municípios como parceiros das iniciativas (ROYER, 2002; CDHU, 2012b).

A partir do governo Orestes Quéricia, a execução da política estadual de habitação, já realizada pela CDH desde 1984, adotou um modelo de financiamento de longo prazo que privilegiou a produção em massa de unidades habitacionais para aquisição da casa própria, em detrimento de outros modelos habitacionais voltados à regularização fundiária, à urbanização de favelas e a outras modalidades de posse da moradia urbana (ROYER, 2002; CDHU, 2012b).

Como órgão executor da política estadual de habitação, a CDHU tem por meta alcançar os 645 municípios do estado de São Paulo. O número de municípios atendidos passou de 19 em 1986 para 617 em 2008 (CDHU, 2013).

Em 1986, a CDH tinha produzido 8.191 unidades habitacionais. Gradativamente, a ampliação da alocação regular de recursos para a política habitacional estadual levou a um intenso crescimento da produção de moradia popular. Na década de 1990, a CDHU se tornara uma das maiores empresas públicas de habitação de interesse social da América Latina (ROYER, 2002). Em 2008, o volume total de produção atingiu 437.316 unidades habitacionais (CDHU, 2012).

Um ponto fundamental a ser discutido para o entendimento da questão do grau de homogeneidade da população atendida pela política habitacional são os critérios de seleção que definem o público-alvo. Conforme Royer (2002) e Denizo (2007), os critérios adotados entre 1986 e 2006 para a demanda geral foram:

1. Ter renda familiar total de um a dez salários mínimos.
2. Ser família constituída.
3. Residir (ou trabalhar) no município há pelo menos três anos.
4. O chefe de família ter entre 18 e 55 anos de idade
5. Não ser proprietário de imóvel e não ter financiamento de imóvel residencial em qualquer parte do país, assim como não ter sido atendido por programas públicos de habitação de interesse social.

Segundo relatório técnico da empresa, a CDHU tem como objetivo “oferecer habitação e melhorias urbanas visando proporcionar mais qualidade de vida às famílias com renda de um a dez salários mínimos residentes no Estado de São Paulo” (CDHU, 2013: p.26, grifo nosso). Este é o principal critério econômico de seleção para a demanda geral por moradia. A CDHU considera que o piso de um salário mínimo seria uma condição indispensável para a família arcar com os custos do financiamento e de manutenção da unidade habitacional.

Para a CDHU, a família seria o grupo formado por pelo menos duas pessoas residentes no mesmo domicílio, unidos por casamento, união estável ou relações de parentesco. Pessoas sós não são aceitas nas solicitações de financiamento.³ Entende-se que o grupo familiar envolve uma parcela maior da população em situação de precariedade habitacional e com maior estabilidade no local de trabalho e de moradia, sendo assim a estrutura familiar mais adequada para firmar compromisso de financiamento de longo prazo (DENIZO, 2007).

Além do critério voltados para a demanda geral, existe um critério específico para a titularidade do imóvel financiado. Desde 1996, a CDHU exige que, para um casal interessado em adquirir um imóvel, os contratos de financiamento de imóvel sejam celebrados em nome da mulher responsável pelo domicílio (ROYER, 2002).

³ Na década de 2010, houve mudanças no entendimento sobre família. A CDHU incluiu os indivíduos sós para o atendimento habitacional, desde que observadas as seguintes condições: ter 30 anos ou mais, sem viver em união estável, viúvos, divorciados, desquitados, separados judicialmente ou solteiros e que: (a) não têm filhos; (b) têm filhos menores de 25 anos, mas não detêm a guarda nem com eles residem sob o mesmo teto; ou têm filhos, mas os filhos já constituíram família ou já têm 25 anos ou mais; (c) não residem com os pais ou qualquer outra pessoa (CDHU, 2017).

A CDHU começou a adotar esta política em março de 1996, para a comercialização do empreendimento “Vila Socialista”, em Diadema (ROYER, 2002). A história deste empreendimento está associada a uma ocupação ocorrida no final dos anos 1980 e cujos moradores foram objeto de ação violenta da Polícia Militar em cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse em 1990. O episódio de derrubada dos barracos encerrou-se com duas pessoas mortas e 47 feridos. Em virtude da luta de um movimento urbano de caráter socialista (daí vem o nome da localidade), a CDHU construiu em Diadema um conjunto de prédios para abrigar 544 famílias.⁴

Aqui vale a pena analisar detidamente os critérios de atendimento à demanda por moradia. Desde o governo Quéricia, as famílias com renda inferior a um salário mínimo não poderiam ser selecionadas para obtenção do financiamento dos programas habitacionais de demanda geral (DENIZO, 2007).

É necessário fazer algumas clivagens em relação à questão do público alvo (DENIZO, 2007). Há programas de demanda geral (ou aberta) e de demanda específica (ou fechada) por moradia. Os programas de atendimento voltados para demanda geral seguem os critérios de seleção já assinalados para a renda familiar. Já os programas para atendimento de demandas específicas têm como público-alvo determinados grupos sociais, tais como população pobre em áreas de risco, portadores de necessidades especiais, idosos, funcionários públicos, policiais civis e militares, agentes de segurança penitenciária de escolta e vigilância penitenciária (DENIZO, 2007).

A fim de tornar viável o atendimento às famílias de baixa renda, a CDHU adotou uma política de concessão de subsídio social para os financiamentos pela lei estadual nº 7.646/1991. Esta lei estabeleceu que o atendimento a famílias com renda total de um a três salários mínimos seria prioritário nos empreendimentos voltados à demanda geral (Tabela 2.1).⁵

⁴ Fonte: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/revista/189-edicao-220/5188-uma-historia-escrita-com-sangue>. Consulta em 20 de junho de 2016.

⁵ A dra. Mariana Rudge, gerente da CDHU, informou que, para alguns empreendimentos que atendem demandas específicas, com público-alvo fechado (tais como um cortiço, associação de moradores, favela em área de risco), a CDHU atende a todas as famílias, independentemente do nível de rendimento total.

Segundo CDHU (2013), a política habitacional definiu um modelo de subsídios cruzados, em que os descontos sobre as prestações dos financiamentos concedidos às famílias com capacidade de pagamento insuficiente são compensados pela majoração do encargo das prestações dos financiamentos concedidos às famílias com capacidade de pagamento suficiente.

Segundo Denizo (2007), a CDHU implantou uma política de subsídio social em que as famílias menos pobres arcaíam inicialmente o subsídio para as famílias mais pobres, supondo que estas famílias no decorrer do financiamento teriam uma melhoria no nível de renda domiciliar total. Os descontos são concedidos uma única vez, sendo regressivos ao longo do financiamento e variando segundo os intervalos de comprometimento da renda. O prazo máximo de financiamento do imóvel é de 25 anos (CDHU, 2017).

Tabela 2.1

Política de concessão de subsídio social da CDHU

Renda familiar total (em salários mínimos)	Proporção máxima de comprometimento da renda familiar total (em %)
1,00 a 3,00	15,0
3,01 a 5,00	15,0 a 20,0
5,01 a 8,50	20,0 a 25,0
8,51 a 10,00	25,0 a 30,0

Fonte: CDHU (2013).

A partir de 2008, a adesão do estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social pela lei estadual nº 12.801/2008 definiu o direcionamento do atendimento habitacional à população de baixo poder aquisitivo nos programas habitacionais para a população com renda familiar mensal até 5 (cinco) salários mínimos, vigentes no Estado de São Paulo. A lei também especificou que “o Poder Executivo Estadual poderá desenvolver programas habitacionais que atendam famílias com renda familiar mensal acima de 5 (cinco) até o limite de 10 (dez) salários mínimos, vigentes no Estado de São Paulo, desde que os recursos destinados ao atendimento desses não ultrapassem 20% do orçamento total da Secretaria da Habitação e da CDHU” (CDHU, 2012b, p. 267).

Os critérios oficiais de seleção de mutuários para os programas habitacionais de interesse social tendem a produzir uma população com condições de vida relativamente homogêneas, conforme indicam estudos urbanos sobre os efeitos territoriais do Programa Minha Casa Minha Vida em regiões metropolitanas brasileiras, realizados pelo Observatório das Metrôpoles (CARDOSO, 2013). Contudo, a CDHU ao longo de mais de duas décadas não alterou o critério de renda para a política de subsídio social – o financiamento para famílias com renda total de um a dez salários mínimos *em termos nominais* –, sendo que na década de 2000 houve um período de *valorização real* do salário mínimo (DEDECCA, 2014). Mais ainda, entre 1994 e 2008, o salário mínimo acumulou um aumento real de quase 110% (AFONSO *et al.*, 2011).

Para as famílias de menor renda, a valorização do salário mínimo, a geração de empregos e os programas de distribuição de renda na década de 2000, em um ambiente de baixa inflação, permitiram a redução da desigualdade de renda no país (DEDECCA, 2014). Em particular, o poder de compra das famílias de baixa renda cresceu em ritmo superior ao de sua renda *per capita* (DEDECCA, 2014). Assim, é de se esperar que as características sociodemográficas e econômicas das famílias que compunham o público-alvo prioritário em 1994 sejam diferentes em 2008.

Na primeira metade da década de 2000 começa um gradativo redirecionamento da política habitacional estadual. Os Planos Plurianuais de 2004-2007 e de 2008-2011, bem como a adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) pela lei estadual nº 12.801/2008, foram decisivos para esse redirecionamento.

As finalidades da política habitacional definidas pelo Plano Plurianual (PPA) do Estado de São Paulo de 2004-2007 (governo Geraldo Alckmin) e pelo PPA de 2008-2011 e a Lei Estadual nº 12.801/2008 (governo José Serra) permitiram um redesenho dos programas habitacionais da CDHU a partir de 2003. As leis estaduais nº 11.605/2003 e nº 13123/2008 dispõem sobre o Plano Plurianual para os períodos de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011, respectivamente. Tais leis estabeleceram que o Estado poderia desenvolver programas específicos para a população de baixa renda, inclusive para famílias sem rendimento, propiciando recursos orçamentários que permitiram a retomada dos investimentos em habitação popular em regiões metropolitanas.

Segundo Rossi (2012), sem deixar de lado a lógica financeira da produção habitacional, o planejamento passou a dar mais atenção às demandas habitacionais em favelas em áreas de risco, com programas habitacionais voltados em particular para a “erradicação de favelas”, reforçando a importância do atendimento à população de baixa renda com necessidades habitacionais.

O debate sobre o que seriam as “áreas de risco” e a “remoção de famílias” é bastante controverso. Por um lado, alguns autores destacam o chamado “risco ambiental”, com o sentido de preservação de determinados territórios, tais como as áreas de mananciais (FRANÇA, 2009). Por outro, a literatura se refere à questão das necessidades habitacionais, em que as condições precárias de moradia determinam a existência de riscos para a integridade física dos moradores, por exemplo, a sua localização em áreas sujeitas a deslizamentos de terra e enchentes, em que a remoção e a nova moradia adquirem caráter de políticas públicas associadas ao direito à moradia adequada (FUNDAÇÃO SEADE, 2010)

2.5.1 A Lei Estadual nº 12.801/2008 e a adesão do estado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Atualmente os programas habitacionais do Estado são regulamentados pela Lei Estadual nº 12.801/2008. Esta lei autoriza a participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, de que trata a Lei Federal nº 11.124/2005, cria o Conselho Estadual de Habitação - CEH, institui o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional - FGH.

Conforme a Lei Estadual nº 12.801/2008, a política habitacional deve atender prioritariamente populações com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários mínimos, vigentes no Estado de São Paulo. Além disso, o Estado pode também desenvolver programas habitacionais que atendam famílias de renda familiar acima de 5 (cinco) até o limite de 10 (dez) salários mínimos, vigentes no Estado de São Paulo, desde que os recursos destinados ao atendimento desses, independentemente de sua fonte de origem, não ultrapassem 20% do orçamento total da Secretaria da Habitação e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU. Esta lei instituiu o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS. Este fundo implementa políticas habitacionais direcionadas à população de baixo poder aquisitivo. Entre outras competências, o artigo 13 da lei diz que compete ao Conselho Gestor do FPHIS:

- (i) estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FPHIS para as políticas habitacionais do Estado direcionadas à população de baixo poder aquisitivo;
- (ii) aprovar orçamentos e planos de aplicação e de metas, anuais e plurianuais do FPHIS;
- (iii) fixar a remuneração do agente operador.

A questão de como deve ser feita a aplicação dos recursos e por quais agentes promotores e financeiros é crucial para a execução dos programas habitacionais. Segundo a lei estadual nº 12.801/2008, os recursos do FPHIS serão aplicados preferencialmente de forma descentralizada, por meio dos Municípios e demais agentes promotores. Estes agentes promotores são as “fundações, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais, empresas municipais de habitação, empresas do ramo da construção civil e quaisquer outras entidades públicas ou privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares” (SÃO PAULO, 2008, grifo nosso).

Por fim, os recursos do FPHIS serão destinados a programas habitacionais de interesse social que contemplem:

- I - aquisição, locação, arrendamento, construção, conclusão, ampliação, melhoria, reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II - aquisição de terrenos destinados à implantação de intervenções habitacionais;
- III - produção e financiamento de lotes urbanizados;
- IV - produção e financiamento de empreendimentos habitacionais dotados de infraestrutura urbana básica e equipamentos comunitários;
- V - regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- VI - urbanização ou reurbanização de áreas degradadas ou assentamentos informais;
- VII - produção de equipamentos comunitários;
- VIII - investimento em obras e serviços de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos atendimentos habitacionais de interesse social;

- IX - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias em processos de regularização;
- X - recuperação ou construção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- XI - repasse de recursos aos agentes financeiros e promotores e aos fundos municipais e regionais, visando a sua aplicação em programas e ações aprovadas pelo Conselho Gestor do FPHIS;
- XII - concessão de subsídios, observadas as normas pertinentes e os limites orçamentários estabelecidos.
- XIII - constituição de contrapartidas, para viabilizar a completa realização dos programas implementados com recursos do FPHIS;
- XIV - ressarcir os custos operacionais do agente operador.

Portanto, os recursos do FPHIS não somente se destinam à aquisição de terrenos destinados a intervenções habitacionais e à construção de conjuntos habitacionais, mas também a uma série de outras ações voltadas para a regularização fundiária e a urbanização ou reurbanização de áreas degradadas ou assentamentos informais. Também são previstas ações de caráter diretamente urbanístico, como a produção de equipamentos comunitários. Contudo, a literatura mostra que os programas habitacionais da CDHU foram preponderantemente voltados para a aquisição da unidade habitacional, sendo pouco articulados com políticas urbanas locais dos municípios (ROYER, 2002; DENIZO, 2007).

2.5.2 A legislação habitacional e a especulação imobiliária na CDHU

Em tese, a principal finalidade da política habitacional estadual é o enfrentamento do *deficit* habitacional no Estado, conforme definiu a reestruturação da CDHU realizada no governo Orestes Quércia (ROYER, 2002). Contudo, um grave problema enfrentado pela CDHU desde o início de suas atividades é a existência de contratos informais de venda de unidades habitacionais ativas (DENIZO, 2007).

Até 2006, os mutuários não estavam oficialmente autorizados a vender os imóveis financiados pela CDHU no curso do contrato de financiamento. A lei estadual nº 12.276/2006 foi a primeira a autorizar a venda de unidades habitacionais da CDHU durante o financiamento. A venda do imóvel financiado somente poderá ser formalizada após aprovação da CDHU (CDHU, 2017).

De acordo com a lei estadual nº 12.276/2006, o mutuário teria o direito de alienar o imóvel após ter decorrido dois anos da assinatura do contrato do financiamento. Segundo o projeto de lei nº 881 de 2013 do Deputado Rafael Silva, a finalidade da lei seria contribuir para a regularização dos chamados “contratos de gaveta” (SÃO PAULO, 2003: p.2). A lei foi regulamentada pelo decreto estadual nº 51.241 (03/11/2006) no Governo Claudio Lembo. O decreto especificava que o novo adquirente deveria ser pessoa física. Ademais, a operação de venda só poderia ser feita caso as prestações estivessem regularmente pagas. O decreto estadual nº 51.241 esteve em vigor entre novembro de 2006 e dezembro de 2011.

Conforme a justificativa da Secretaria da Habitação ao projeto de lei que iria revogar a lei estadual nº 12.276/2006, a maior flexibilidade no processo de venda de imóvel durante o curso do financiamento ampliou a especulação imobiliária nos conjuntos habitacionais da CDHU entre 2006 e 2011, desviando a política habitacional da sua finalidade original. Isto levou o Governo do Estado a propor a alteração no prazo mínimo de alienação do imóvel financiado:

A alteração (...) objetiva a redução de especulação imobiliária por terceiros, vez que o prazo mínimo para que o mutuário possa alienar o imóvel adquirido mediante financiamento da CDHU, passará a ser de 10 (dez) anos, prevendo ainda a condição de adimplência do financiamento e que o novo adquirente seja pessoa física.

O escopo da dilação (...) visa que o imóvel financiado permaneça atrelado à destinação precípua o maior tempo possível, qual seja, garantia de moradia digna às famílias de baixa renda (SÃO PAULO, 2011, p.2).

Assim, a lei estadual nº 14.672 (26/12/2011) no Governo Geraldo Alckmin revogou a lei nº 12.276, aumentando o prazo mínimo de alienação de uma unidade habitacional ativa de dois para dez anos de assinatura do contrato. Esta lei esteve em vigor até janeiro de 2016, quando foi revogada pela lei estadual nº 16.105 (13/01/2016), também no Governo Geraldo Alckmin, que produziu novo entendimento sobre a alienação de imóveis financiados pela CDHU.

A lei estadual nº 16.105/2016 voltou a permitir a venda do imóvel em um prazo ainda menor que o definido pela legislação em 2006. Pela lei mais recente, que ainda está em vigor, o mutuário pode transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato de financiamento de imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, decorrido o prazo de 18 (dezoito) meses da assinatura do respectivo contrato.

Enquanto a lei nº 14.672/2011 foi o resultado de uma proposta realizada pelo Governador do Estado por sugestão do Secretário de Habitação, a lei de 2016 foi o resultado do projeto de lei nº 824 de 2011 da Deputada Estadual Analice Fernandes. O projeto de lei, que sofreu alterações ao longo de sua tramitação, tinha como objetivo inicialmente reduzir o prazo mínimo de alienação dos imóveis financiados para três anos e seis meses da assinatura do contrato de financiamento. Quando o projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 2016, o prazo foi reduzido para 18 meses.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da ALESP deu parecer favorável ao projeto de lei nº 824 em 2013. O parecer destaca que a proposta “harmoniza as necessidades das famílias com estruturas socioeconômicas diversas”, para as quais seria importante o aprimoramento do sistema de financiamento habitacional (SÃO PAULO, 2013: p.3).

Este levantamento das leis relativas à alienação de imóveis financiados mostra que houve idas e vindas nos procedimentos da CDHU em relação aos chamados contratos de gaveta. A legislação mais recente, aprovada em 2016 pelo Governador do Estado, reconhece claramente a existência de processos de especulação imobiliária.

O que poderia explicar esta disseminação dos contratos de gaveta ao longo da história da CDHU? Tanto os contratos de longo prazo (de até 25 anos) como decisões familiares podem estar motivando a saída do imóvel. Nesse sentido, duas hipóteses podem ser consideradas. A primeira hipótese seria que a mobilidade social das famílias atendidas, em um contexto de crescimento econômico e melhoria na distribuição de renda na década de 2000, pode desencadear a venda dos imóveis financiados. Outra hipótese seria a de que a dinâmica de alienações de imóveis financiados pode estar associada não tanto à mobilidade social, mas a sucessão de fases do ciclo de vida das famílias. Estas hipóteses são discutidas no próximo capítulo, que apresenta a metodologia de análise da Pesquisa Habitacional CDHU.

Capítulo 3

METODOLOGIA

Em atenção aos objetivos especificados ao final do capítulo 1, tendo em conta a história da CDHU, este trabalho utilizará como material os resultados da Pesquisa Habitacional realizada pela própria CDHU em seus conjuntos habitacionais, em dois momentos: 2008 e 2012.

3.1 A Pesquisa Habitacional CDHU como material de estudo

Em meados da década de 2000 a CDHU identificou problemas de falta de informações atualizadas a respeito das características físicas dos conjuntos habitacionais já construídos pela empresa. Adicionalmente, a CDHU tinha necessidade de monitorar as condições de posse e propriedade das unidades habitacionais e as condições de vida dos moradores atendidos por seus programas.

Nesse contexto, a CDHU abriu a concorrência de nº006/2007 para contratação de uma ampla pesquisa sobre o seu parque habitacional, isto é, a totalidade dos conjuntos habitacionais administrados pela empresa e as suas unidades habitacionais. Para esta pesquisa foi contratado em 07 de março de 2008 o Consórcio Perfil, formado pelas empresas AVAL Consult Engenharia de Avaliações Ltda. e Geoprocessamento Ltda.

A pesquisa contratada em 2008 – doravante chamada de “Pesquisa Habitacional CDHU 2008” – envolveu também a atualização do cadastro de ocupação do parque habitacional, bem como a construção de um sistema de gestão da carteira de créditos habitacionais da Companhia. O objeto da contratação da pesquisa foi detalhado como “contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para atualização do cadastro de ocupação do parque habitacional administrado pela CDHU e sua organização em banco de dados georreferenciados; desenvolvimento e implementação de sistema de atualização da carteira de créditos habitacionais da CDHU; e avaliação econômico-financeira da carteira de créditos habitacionais da CDHU” (Concorrência CDHU 006; 2007).

A pesquisa quantitativa apoiou-se em dois instrumentos de coleta denominados: (a) Inventário Físico dos Conjuntos Habitacionais e do seu Entorno; (b) Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais (CDHU, 2012).

O “Inventário Físico dos Conjuntos Habitacionais e do seu Entorno” tinha como objetivo avaliar a infraestrutura física e de segurança de todos os conjuntos habitacionais construídos pela CDHU até abril de 2008, bem como medir o número de equipamentos urbanos nas proximidades do empreendimento (CDHU, 2009a).

O “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais” foi um levantamento quantitativo sobre a ocupação (posse) dos imóveis e de seus moradores (CDHU, 2009b), realizado por meio de entrevistas em todas as unidades habitacionais ativas do Estado de São Paulo registradas no cadastro de imóveis da CDHU em abril de 2008 (CDHU, 2012). As chamadas unidades habitacionais ativas são aquelas unidades cujo financiamento não tinha sido quitado à época da pesquisa (CDHU, 2012). Isto significa que as unidades habitacionais com financiamento já quitado não foram objeto deste levantamento. Portanto, a pesquisa habitacional teve caráter censitário somente em relação às unidades habitacionais ativas.

A pesquisa contratada pela CDHU realizou o primeiro trabalho de campo no último trimestre de 2008 tendo como universo todo o cadastro de 310.427 unidades habitacionais ativas da CDHU até abril do mesmo ano. Considerando o volume total de produção habitacional da CDHU desde o início até abril de 2008 (437 mil unidades habitacionais), cerca de 30% dos imóveis tinham sido quitados e 70% dos imóveis eram unidades habitacionais ativas.

Em 2012 ocorreu o segundo trabalho de campo da pesquisa habitacional, que teve como universo as unidades habitacionais ativas comercializadas em um período mais curto: entre abril de 2008 e dezembro de 2010.

Com a finalidade de realizar o seu projeto de pesquisa de doutorado, o autor encaminhou uma autorização formal para estudo das bases de dados da pesquisa habitacional da CDHU de 2008 e 2012. No dia 17 de junho de 2013 o autor recebeu a autorização para ter acesso aos dois levantamentos censitários (o “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais” e o “Inventário Físico dos Conjuntos Habitacionais e do seu Entorno” de 2008 e 2012). Nesse sentido, os resultados aqui analisados incorporam os parâmetros demográficos e socioeconômicos calculados com base nos dois levantamentos quantitativos de 2008 e 2012 realizados pelo Consórcio Perfil para a CDHU.

Em função dos nossos propósitos, cumpre examinar um pouco mais detalhadamente as principais características do material obtido nos levantamentos da CDHU.

3.1.1 Inventário Físico dos Conjuntos Habitacionais e do seu Entorno

A pesquisa sobre a infraestrutura física dos conjuntos habitacionais da CDHU do Estado de São Paulo constitui uma inédita fonte de dados sobre o estado de conservação dos edifícios e residências e as características dos domicílios referentes à iluminação elétrica e à segurança, aos serviços urbanos disponíveis na área interna dos conjuntos e, finalmente, aos equipamentos urbanos disponíveis no entorno do conjunto habitacional (CDHU, 2009a). As questões da pesquisa são apresentadas no Anexo 1.

A questão urbana é um tema relevante na história da CDHU, visto que a última reformulação da gestão da empresa, com a mudança de nome da empresa, realizada em 1988 no Governo Quéricia, tinha como finalidade o aprimoramento da articulação da política habitacional com a política urbana. Nesse sentido, investigou-se se o conjunto habitacional estava integrado ao bairro onde se localiza (Anexo 1 – questões 19 e 20). Estas questões eram respondidas pelo entrevistador em campo. Também houve uma questão (Anexo 1 – questão 21) sobre a presença de diversos equipamentos urbanos no entorno do conjunto habitacional (em um raio de 2 km). Esta questão era respondida pelo entrevistador em campo, que poderia pedir informações ao síndico ou zelador do conjunto.

Um dos objetivos da Pesquisa Habitacional CDHU foi a avaliação da existência de um mercado imobiliário das unidades habitacionais ativas. A lei estadual nº 12.276 (21 de fevereiro de 2006) e o decreto nº 51.241 (03 de novembro de 2006) autorizaram a alienação de imóveis financiados pela CDHU no curso do contrato de financiamento, desde que tenha decorrido dois anos da assinatura do contrato. Além disto, outras condições para a venda do imóvel são a de que o atual mutuário esteja com as prestações regularmente pagas e de que o novo adquirente seja pessoa física. Conforme a discussão feita no capítulo anterior, a autorização legal para venda de imóveis financiados pela CDHU teve como efeito o crescimento da especulação imobiliária nos conjuntos habitacionais (SÃO PAULO, 2011). Por conseguinte, esta questão da valorização imobiliária fez com que esta temática fosse incluída na Pesquisa Habitacional CDHU. No que tange aos conjuntos habitacionais, perguntou-se qual seria o valor de venda e de aluguel recente de unidades habitacionais. A pergunta teria de ser feita ao porteiro, síndico, morador ou corretor imobiliário que habitam o conjunto há mais de dois anos.

3.1.2 Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais

Segundo CDHU (2012a), a pesquisa contratada realizou o chamado “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais” por meio de um censo e de uma pesquisa amostral. Os objetivos deste censo habitacional eram caracterizar: (a) a unidade habitacional, (b) o instrumento de ocupação, (c) a família e (d) a renda familiar.

A unidade de coleta do levantamento quantitativo é a unidade habitacional ativa (CDHU, 2009b). Embora o manual do entrevistador afirme que a pesquisa seria feita por meio de entrevistas com os mutuários das unidades habitacionais ativas, o questionário indica ao pesquisador que as informações domiciliares sejam obtidas por meio de entrevista com “o mutuário ou o responsável/chefe da família” (CDHU, 2009b, p.1). No item referente à identificação do entrevistado, o manual do entrevistador recomenda que o entrevistado seja o chefe de família ou o responsável pelo imóvel (CDHU, 2012a).

Este inventário teve 60 questões aplicadas aos moradores das unidades habitacionais ativas, referentes a temas diversos (Anexo 2). As perguntas 1 a 40 referentes aos temas abaixo listados tinham caráter censitário, sendo aplicadas a todos os domicílios. As perguntas subsequentes foram realizadas somente nos domicílios selecionados por amostragem (Tabela 3.1).

Tabela 3.1
Estrutura do questionário do “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais”

Capítulos do questionário	Questões	Unidade de coleta
Situação da entrevista	1-5	Domicílio
(a) Caracterização da unidade Habitacional	6-13	Domicílio
(b) Identificação do entrevistado	14-18	Pessoa
(c) Caracterização do instrumento de ocupação	19-24	Domicílio
(d) Caracterização da família e da renda	25-35	Domicílio e pessoa
(e) Avaliação do imóvel (amostragem)	36-38	Domicílio
(f) Avaliação de atividades comunitárias (amostragem)	39-42	Domicílio
(g) Informações familiares (amostragem)	43-51	Domicílio
(h) Relacionamento com a CDHU (amostragem)	52-56	Domicílio
(i) Controle da entrevista	57-60	Domicílio

Fonte: CDHU (2009b).

As entrevistas eram encerradas em uma das seguintes situações: (1) questionário completo; (2) questionário incompleto (quando o entrevistado recusou-se por algum motivo a não responder o questionário até o final, incluindo os retornos obrigatórios); (3) domicílio fechado, assim considerado após os retornos obrigatórios e se observado que o imóvel está desocupado; (4) domicílio em obras; (5) recusa do entrevistado; (6) não localizado, quando após diversas tentativas não foi localizado o imóvel indicado pelo cadastro fornecido pela CDHU; (7) ausente, quando nos retornos não foi possível encontrar o morador responsável pelo imóvel (CDHU, 2012a).

O número de unidades habitacionais ativas pesquisadas com questionário completo, isto é, em que o questionário foi plenamente respondido pela pessoa de referência do imóvel, foi de 273.049 unidades, o que equivale a 88% do universo investigado (Tabela 3.2).

Tabela 3.2
Distribuição das unidades habitacionais ativas conforme tipo de entrevista por região
Estado de São Paulo – 2008

Divisão Regional da CDHU	Entrevista realizada	Entrevista não realizada (1)	Total
Araçatuba	87,1	12,9	100,0
Araraquara	87,8	12,2	100,0
Bauru	91,5	8,5	100,0
Campinas	90,5	9,5	100,0
Marília	89,5	10,5	100,0
Presidente Prudente	85,4	14,6	100,0
Ribeirão Preto	86,0	14,0	100,0
São José do Rio Preto	87,4	12,6	100,0
Sorocaba	90,2	9,8	100,0
Taubaté	92,6	7,4	100,0
RM Baixada Santista	75,1	24,9	100,0
RM São Paulo	87,5	12,5	100,0
Total	88,0	12,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: As pesquisas frustradas ou não realizadas são aquelas em que o domicílio estava fechado ou em obras, domicílio não localizado, recusa ou ausência da pessoa responsável pelo domicílio.

No caso de ausência do morador, o entrevistador deveria retornar ao imóvel até três vezes para realizar a entrevista e completar o questionário (CDHU, 2012a). Caso ocorressem três registros obrigatórios sem sucesso, a entrevista era considerada como não realizada (ou frustrada) e classificada no quesito de ausência.

Os motivos para a incompletude dos questionários são reveladores das problemáticas sociais de cidades paulistas com porte populacional grande e médio. Segundo CDHU (2012), nas regiões de Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Marília, Araraquara e Araçatuba, o principal motivo para a incompletude dos questionários foi a ausência dos moradores devido ao período de corte da cana. Portanto, uma parcela não desprezível das unidades habitacionais é habitada ou alugada por famílias de trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

Em alguns empreendimentos em regiões variadas, houve recusa à entrevista devido à presença de tráfico organizado nos conjuntos habitacionais. Segundo notícia do jornal “O Vale”, em quatro conjuntos habitacionais da CDHU em Jacaréi em 2013 havia venda de drogas. O conjunto habitacional Campo Grande localiza-se próximo à área central da cidade e a partir dele ocorre fornecimento de drogas para as “cracolândias” da região. Os moradores são obrigados a esconder drogas dentro das residências.

O maior índice de entrevistas incompletas ocorreu na região metropolitana da Baixada Santista: um quarto do total de domicílios. Segundo CDHU (2012), o principal motivo para ausência do morador está relacionado ao fato de que muitas unidades habitacionais eram utilizadas para aluguel para veraneio.

No final de 2012 foi realizada uma segunda edição da Pesquisa Habitacional CDHU, nos conjuntos habitacionais construídos entre 2009 e 2012, considerando o cadastro de unidades habitacionais ativas em meados de 2012. Esta pesquisa compreendeu 31.447 unidades. As questões da 2ª edição referentes à caracterização das unidades habitacionais e dos moradores em termos demográficos, de mercado de trabalho e de fontes de renda são as mesmas. Também não há diferenças nas perguntas sobre o tema das formas de aquisição e pagamento da unidade habitacional.

3.2 Procedimentos analíticos

Este trabalho pretende reinterpretar os dados produzidos pela Pesquisa CDHU tendo como referência a história da política habitacional do Estado de São Paulo. A sua primeira hipótese fundamental é a de que o maior ou menor grau de homogeneidade social da população moradora em tais conjuntos deve-se, muito, aos rumos tomados por estas políticas e à sua capacidade de atingir a população mais pobre em diferentes momentos da história da CDHU.

Uma segunda hipótese relacionada às formas de apropriação da moradia é a de que a dinâmica de alienações de imóveis financiados observada na produção habitacional da CDHU pode estar associada não tanto à mobilidade social, mas à sucessão de fases do ciclo de vida das famílias.

Desta perspectiva, serão examinadas três dimensões: a dimensão demográfica, através principalmente da análise dos arranjos domésticos existentes nos conjuntos habitacionais; a dimensão econômica, a partir de indicadores de pobreza absoluta e de inserção no mercado de trabalho; e a dimensão habitacional, através da análise dos processos de aquisição da moradia e de venda de imóveis financiados.

A política do BNH teve como uma de suas principais deficiências não atingir as demandas habitacionais da população pobre, sem condições de adquirir um imóvel no mercado. O fortalecimento político e financeiro da CDHU no governo Orestes Quécia foi uma resposta à pressão dos movimentos populares de habitação para solucionar tal deficiência, embora esta resposta tenha se apoiado em uma solução empresarial para a produção de habitação social, em detrimento dos processos de construção em mutirão desenvolvidos no governo Franco Montoro (ROYER, 2002; DENIZO, 2007).

A base de dados da pesquisa CDHU remete a 1985 como sendo o ano mais antigo de ocupação por parte de mutuário ou pessoa responsável pelo imóvel. Em 1989, houve um aumento significativo de recursos orçamentários para a CDHU, com a finalidade de atender as demandas por moradia das famílias pobres, definidas oficialmente como aquelas com rendimento domiciliar total de até três salários mínimos, no contexto do enfrentamento do *deficit* habitacional e da aquisição da casa própria (ROYER, 2002). Denizo (2007) mostra também que outros critérios complementares foram adotados para a demanda geral de unidades habitacionais (DENIZO, 2007).

Os programas habitacionais deste primeiro período do levantamento quantitativo (1985-2008), em um primeiro momento, até pelo menos 2003, foram executados conforme a lógica de produção habitacional em massa, voltada ao combate ao *deficit* habitacional, em uma visão estritamente financeira. A partir de meados da década de 2000, o Governo do Estado desenvolveu políticas habitacionais voltadas para demandas específicas de habitação de interesse social, conforme o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 (SÃO PAULO (Estado), 2003). Aqui se destaca o atendimento a grupos sociais em área de risco em favelas e comunidades, independentemente do critério de renda familiar, com previsão de novos programas de habitação popular na região metropolitana de São Paulo:

“Observa-se, pois, que as carências habitacionais são mais prementes na RMSP do que no interior. Esses resultados contrastam com as políticas estaduais e municipais voltadas, sobretudo, para a construção de casa própria, deixando em segundo plano outras linhas de ação (intervenção em cortiços, urbanização e regularização de favelas, locação social, lotes urbanizados, fornecimento de cestas de material de construção, etc.)” (SÃO PAULO (Estado), 2003, p. 102).

No entanto, ao detalhar as ações que seriam realizadas para resolver a questão habitacional na RMSP, o Plano Plurianual 2004-2007 afirma que “este conjunto de linhas de ação tem por base uma política de financiamento e de subsídios às famílias de baixa renda que lhes possibilita o acesso às diferentes soluções habitacionais” (SÃO PAULO (Estado), 2003, p. 102, grifo nosso).

Este novo período também se associa ao forte crescimento do mercado imobiliário no país, ao longo da década de 2000. Dado que em 2006 passou a vigorar a lei estadual que regulamentou a venda de unidades habitacionais com financiamento em curso, a Pesquisa Habitacional CDHU investigou a existência dos “contratos de gaveta” na aquisição de unidades habitacionais.

O segundo período do levantamento quantitativo (2009-2012) mostra os resultados da execução do Plano Plurianual de 2008-2011 e da lei estadual nº 12.801/2008. Neste período, foram implementados novos programas habitacionais para atendimento de demandas específicas em decorrência da adesão do Estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com expansão de projetos de remoção de famílias de áreas de risco nas regiões metropolitanas.

Como já observado, esta perspectiva temporal orienta o exame de três dimensões analíticas cujos procedimentos devem ser agora melhor explicitados.

3.2.1 *Dimensão demográfica*

No questionário sobre os ocupantes e instrumentos de ocupação da Pesquisa CDHU, as informações sobre a composição dos arranjos domésticos encontram-se no bloco de “Caracterização da Família e da Renda”, enquanto o bloco “Informações Familiares” trata de outras temáticas que não serão discutidas aqui, como a existência de pessoa portadora de necessidades especiais na família, a existência de pessoa da família vítima de violência, o acesso à Internet e o uso do site da CDHU para a realização de algum serviço por parte do mutuário.

Para a identificação dos arranjos domésticos, a operacionalização das relações de parentesco neste trabalho é feita a partir da pessoa de referência da unidade habitacional ativa. Conforme o manual do entrevistador (CDHU, 2012a), a pessoa de referência é o *mutuário do imóvel*. Em caso de ausência do mutuário, o entrevistador deveria buscar a *pessoa responsável pelo imóvel*. Esta terminologia pode levantar algumas dificuldades em relação à identificação da responsabilidade pelos domicílios.

A entrevista da Pesquisa Habitacional quem é o mutuário ou o chefe ou responsável pela família (CDHU, 2012a). Fazendo aqui um paralelismo, o Censo Demográfico 2010 mudou a terminologia do questionário passando a chamar o antigo “chefe” do domicílio de “pessoa responsável”. A bibliografia discute se esta mudança não teria interferido no crescimento dos domicílios de responsabilidade feminina (BILAC, 2014). De modo similar, é possível que a pergunta sobre quem é o chefe ou a pessoa responsável pela família possa interferir nos resultados obtidos pela Pesquisa Habitacional, dado que o manual do entrevistador deixa aberta a opção de utilizar um dos dois termos (chefe ou responsável pela família). Ademais, conforme discutido no capítulo 2, a titularidade dos contratos de financiamento seria realizada em nome da mulher, o que por si só pode superestimar a chefia feminina.

De acordo com o manual do entrevistador (CDHU, 2012a), a Pesquisa Habitacional 2008 considera as seguintes posições do morador no domicílio em relação ao entrevistado: (1) Entrevistado; (2) Cônjuge ou companheiro; (3) Filho (a); (4) Pai ou mãe; (5) Irmão (ã); (6) Neto (a); (7) Genro/nora; (8) Outro parente; (9) Agregado. Contudo, não existe uma definição específica do manual para cada uma destas posições.

O questionário da Pesquisa Habitacional 2012 inclui também outras posições: (1) Entrevistado; (2) Cônjuge ou companheiro; (3) Filho (a); (4) Pai ou mãe; (5) Irmão (ã); (6) Neto (a); (7) Genro/nora; (9) Agregado; (10) Sogro/sogra; (11) Amigo; (12) Outro parente; (13) Não tem relação de parentesco.

Esta relação abrangente de posições no domicílio, tanto em 2008 quanto em 2012, que inclui a investigação não somente de parentes, mas também de não parentes, revela-se extremamente útil para a montagem de um algoritmo de identificação dos arranjos domésticos.

A partir das relações de parentesco e não parentesco montou-se o algoritmo de tipos de arranjos domésticos fundamentado em uma classificação desenvolvida por Bilac (2003). A lógica do algoritmo programado em SPSS obedeceu a lógica do questionário e considerou o entrevistado como sendo a pessoa de referência do domicílio.

O algoritmo de classificação dos arranjos domiciliares calcula oito configurações possíveis da composição do domicílio:

- (a) unipessoal: domicílio onde se encontra somente a pessoa de referência;
- (b) só casal: pessoa de referência e cônjuge;
- (c) casal e filhos: pessoa de referência, cônjuge e filho (s);
- (d) monoparental: pessoa de referência e filho (s);
- (e) monoparental com parentes e/ou não parentes: pessoa de referência, filho (s) e outros parentes;
- (f) biparental com parentes e/ou não parentes: pessoa de referência, cônjuge, filho (s) e outros parentes;
- (g) casal sem filhos com outros parentes;
- (h) outros arranjos com parentes e/ou não parentes: casal com parentes, pessoa de referência e outros parentes e demais arranjos com parentes e não parentes.

O estudo da composição dos arranjos domiciliares permite conhecer características fundamentais das famílias. Rodriguez (2000) destaca o papel do momento do ciclo de vida dos arranjos domiciliares como um condicionante de situações de pobreza e desvantagem social. Os arranjos domiciliares na etapa de expansão – com filhos pequenos e pela falta de experiência dos adultos jovens no mercado de trabalho – provavelmente teriam mais dificuldades para dispor de ativos.

Uma aproximação possível para a identificação das diferentes fases ou etapas do ciclo de vida familiar é a que utiliza a idade da pessoa de referência como *proxy* da fase do ciclo de vida na qual se encontraria a família. Uma primeira análise da estruturação dos arranjos familiares pode ser realizada pela análise da estrutura etária das pessoas responsáveis pela unidade habitacional. Nesta perspectiva, Montali e Tavares (2008), utilizam a seguinte correspondência, em que o grupo etário da pessoa responsável pelo domicílio pode ser relacionado com os momentos do ciclo de vida familiar: (a) até 34 anos de idade (fases de início e expansão do ciclo de vida familiar), (b) de 35 a 49 anos (fase de consolidação), (c) de 50 a 64 anos (início do estágio de dispersão), (d) de 65 anos ou mais (etapa de dispersão).

A combinação entre a classificação dos arranjos domésticos segundo sua composição e a determinação da fase do ciclo de vida familiar permite um maior aprofundamento do conhecimento sobre as relações familiares e da lógica que organiza estas relações. Trata-se de uma lógica que parece estar associada a inserções diferenciais das classes sociais no mercado de trabalho, a mudanças na estrutura produtiva (MONTALI; TAVARES, 2008) mas também ao próprio momento do ciclo de vida familiar (BILAC, 1978; MONTALI, 1995).

3.2.2 Dimensão econômica

A fim de verificar a existência de articulações entre os arranjos domésticos, os momentos do ciclo de vida familiar e as situações de privação de renda e de inserção precária no mercado de trabalho, são propostas duas modalidades de análise quantitativa relativas à renda e à inserção no mercado de trabalho.

Ao analisar empiricamente a diversidade social e as desigualdades entre os pobres em favelas, Preteceille e Valadares (2000) propuseram o estudo quantitativo não apenas da parte inferior das distribuições (de renda, educação etc.), mas de todas as modalidades apresentadas por variável. Por exemplo, é necessário analisar todas as faixas de renda domiciliar total presentes na favela, não apenas as mais baixas. Assim, somente se pode afirmar que “na favela só existem pobres” se for verificada nela a ausência de classes médias de rendimento. Esta opção metodológica é aqui adotada ao se examinar o nível de renda dos arranjos domésticos que formam a população residente na CDHU.

Os indicadores de distribuição de rendimentos aqui descritos são relacionados ao cálculo de linhas de pobreza absoluta, que podem empregar informações tanto da renda domiciliar total como da renda domiciliar *per capita*. Conforme Rocha (2003), uma forma de análise da estrutura social é classificar os domicílios por estratos de distribuição de renda domiciliar ou familiar em termos de quantis de rendimento ou de uma linha de pobreza. Os domicílios ou as famílias pertencentes aos primeiros decis seriam classificados como pobres, conforme o parâmetro de valor selecionado.

De acordo com Rocha (2003), as linhas de pobreza são construídas a partir da definição de parâmetros de valor (arbitrários ou observados) correspondentes a uma cesta de consumo mínimo. Esta cesta de consumo mínimo pode ser estritamente alimentar (associada à linha de indigência ou de extrema pobreza) ou pode ser relacionada ao custo de atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc. associado à linha de pobreza.

A análise dos quantis de renda domiciliar *per capita* nas unidades habitacionais permite compreender o grau de homogeneidade da distribuição de rendimentos de um determinado grupo social (MAIA, 2006). Esta análise é complementada pelo cálculo da massa apropriada pelos relativamente pobres e ricos. Segundo Maia (2006), a análise da massa apropriada permite uma visualização mais concreta do que ocorre nos extremos da distribuição de renda da população. No entanto, não há um critério rígido para definição dos relativamente pobres e ricos. É comum representá-los como quantis da população total: 10%, 20%, 40% mais pobres e 1%, 5% ou 10% mais ricos. Tais informações servem para o cálculo do índice de concentração de renda (IC) e do índice de Gini.

Os dados de 2012 foram convertidos em reais de janeiro de 2008 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, considerando o valor do salário mínimo em vigor em 2008 (R\$ 415,00). Este valor indicaria um padrão social correspondente à classe trabalhadora.

Outra forma de medição da pobreza em termos absolutos é a adoção de algum tipo de linha de pobreza em termos de uma faixa de rendimento domiciliar ou familiar *per capita*. O indicador de pobreza absoluta calculado pelo IPEA para análise da PNAD classifica como pobres os domicílios com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IPEA, 2010a).

A CDHU adota um critério econômico oficial de seleção de mutuários a partir da renda domiciliar total, classificada em faixas salariais. Dado que esta é a linha oficial adotada pelos programas habitacionais, considera-se primeiramente a análise dos resultados da renda domiciliar total, o que permite verificar o grau de focalização da política habitacional. Para o cálculo das faixas de rendimento domiciliar *per capita* e de variação real do salário mínimo entre 2008 e 2012, considera-se o salário mínimo brasileiro de R\$ 415,00 em 2008 e de R\$ 630 em 2012. Para as comparações de indicadores de quantis de renda entre as pesquisas de 2008 e 2012, deflaciona-se os valores obtidos em 2012 para reais de 2008 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Outro grupo de indicadores avalia a distribuição de renda em determinado território, considerando a massa apropriada pelos membros dos arranjos domésticos relativamente pobres e ricos, que fornece uma análise mais profunda do que ocorre nos pontos extremos da distribuição de renda de uma população (MAIA, 2006).

O índice de concentração de renda (IC) é calculado pela fórmula (Maia, 2006):

$$\text{IC} = \frac{\% \text{ renda apropriada pelos } 10\% \text{ mais ricos}}{\% \text{ renda apropriada pelos } 40\% \text{ mais pobres}}$$

Ainda em relação à renda, faz-se uma análise da relação entre a proporção da massa de rendimento total apropriado por arranjo doméstico e a proporção de domicílios por arranjo doméstico, com a finalidade de observar mudanças nos padrões de rendimento nos domicílios ocupados nos períodos 1985-2003 e 2004-2008. Esta subdivisão temporal se apoia na discussão sobre a história da CDHU. Apontou-se o ano de 2004 como o início de um ciclo de crescimento econômico que, por hipótese, teria aumentado o nível de comercialização de imóveis financiados nos conjuntos habitacionais. Esta tendência teria sido reforçada pelo decreto estadual nº 51.241/2006 que autorizou a alienação de imóveis financiados pela CDHU no curso do contrato de financiamento. A análise do grau de homogeneidade social também considera as relações entre os tipos de arranjos domésticos e a condição ocupacional da população em idade ativa (PIA) nos conjuntos habitacionais da CDHU em 2008. Conforme Lago e Ribeiro (1996), a condição ocupacional é uma categoria estruturadora das relações sociais, que permite identificar a segmentação social nas metrópoles.

A Pesquisa Habitacional investigou a situação ocupacional de todos os membros dos arranjos domésticos. Inicialmente, analisa-se a estrutura ocupacional observada para toda a população em idade ativa (PIA) conforme a classificação da PNAD contínua. Em seguida, propõe-se uma análise da relação entre a proporção das situações ocupacionais da pessoa de referência do arranjo doméstico e a proporção de domicílios por tipo de arranjo doméstico.

Segundo a metodologia da PNAD contínua, a PIA é calculada para indivíduos com idade igual ou superior a 14 anos (IPEA, 2015). As possíveis condições ocupacionais um indivíduo são as seguintes: (1) ocupado; (2) trabalho precário (observação: a pesquisa pergunta se faz “bicos”); (3) desempregado; (4) aposentado ou pensionista; (5) estudante; (6) somente realiza trabalho doméstico (observação: a pesquisa pergunta se é “do lar”); (7) nem estuda nem trabalha.

3.2.3 Dimensão habitacional

No questionário do “Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais” da Pesquisa Habitacional CDHU, as questões 1-19 são relativas ao tema da identificação do mutuário ou da pessoa responsável pelo imóvel. As seis questões seguintes (19-24) abordam especificamente a regularidade da posse e da aquisição do imóvel (CDHU, 2012a).

As questões 19 a 22 permitem classificar a situação de posse do imóvel como: próprio ou não próprio (alugado, cedido ou ocupado). Esta identificação é fundamental para a análise dos níveis de regularização das unidades habitacionais. Já a questão 21 permite analisar o ano de posse do domicílio, o que é uma informação relevante para verificar como as mudanças da política habitacional no período 1985-2012 afetaram as formas de posse.

As questões 19 a 24 permitem verificar como a Lei Estadual nº 12.276/2006 impactou o mercado imobiliário e as formas de aquisição regular e irregular das unidades habitacionais da CDHU. Para os domicílios classificados como “próprios” (questão 22), é possível identificar a situação atual da aquisição do domicílio:

- i. Unidade habitacional própria, regularizada na CDHU;
- ii. Unidade habitacional própria, adquirida de terceiros por contrato de gaveta;
- iii. Unidade habitacional própria, adquirida por meio de procuração;
- iv. Unidade habitacional própria, adquirida com recibo e sem contrato.

A fim de identificar as situações habitacionais associadas a possíveis processos de especulação imobiliária e de alterações nas regras de alienação de imóveis financiados, optou-se por reagrupar as unidades habitacionais em três grupos domiciliares: (1) próprios e regularizados junto à CDHU (item i); (2) próprios adquiridos de terceiros (contrato de gaveta) (itens ii, iii e iv); (3) não próprios, que abrange os domicílios alugados, cedidos e ocupados de modo irregular. Ademais, esta classificação permite avaliar se há diferenças de organização doméstica entre esses grupos de arranjos domésticos e em relação ao total das unidades habitacionais.

Nesse sentido, a análise da tipologia de aquisição da unidade habitacional (UH) no capítulo 5 leva em consideração três períodos: (a) 1985-2003: predomínio do atendimento habitacional de demanda geral; (b) 2004-2008: período de intensa valorização imobiliária decorrente da conjuntura econômica e da mudança nas regras de alienação de imóveis pela lei estadual nº 12.276/2006; (c) 2009-2012: período de intensa valorização imobiliária decorrente da legislação estadual e, simultaneamente, de crescimento no volume de projetos para atendimento de demandas habitacionais específicas de famílias pobres, com maior aporte de recursos orçamentários a fundo perdido, em decorrência da adesão do Estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Capítulo 4

COMPOSIÇÃO DOS ARRANJOS DOMÉSTICOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA CDHU

4.1 A dimensão demográfica

Segundo a Pesquisa Habitacional CDHU (edição 2008), havia uma população de 971.269 indivíduos nas 273.049 mil unidades habitacionais ativas no estado de São Paulo.⁶ Este número de domicílios compreende todos os conjuntos habitacionais lançados pela CDHU até 2008. A proporção de pessoas com 60 anos e mais na população residente nos conjuntos habitacionais é a metade da observada para o Estado.

Tabela 4.1

Indicadores demográficos

Estado de São Paulo – 2008/2012

Indicadores	CDHU		Estado de São Paulo
	2008	2012	
População com menos de 15 anos (em %)	26,6	27,9	21,9
População com 60 anos e mais (em %)	6,1	5,8	11,3
População em idade ativa (em %)	67,4	66,3	66,8
Razão de sexo	91,2	88,5	94,93
População total	971.269	107.103	40.815.076
Tamanho médio do arranjo doméstico	3,5	3,4	3,2

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados do Censo Demográfico 2010 para o estado de São Paulo (IBGE, 2011). **Nota:** Dados trabalhados pelo autor.

⁶ Os resultados analisados se referem às entrevistas avaliadas como completas em cada edição da Pesquisa Habitacional CDHU. Excluem-se, pois, os dados das entrevistas incompletas, das entrevistas recusadas ou das unidades habitacionais onde o domicílio estava fechado, em obras ou não tinha sido localizado pelo entrevistador.

A Pesquisa Habitacional CDHU (edição 2012) coletou dados de 31.447 unidades habitacionais ativas dos conjuntos habitacionais mais recentes, com uma população residente de 107.103 indivíduos.

Portanto, estas duas pesquisas quantitativas não envolvem as mesmas unidades habitacionais. São populações diferentes em dois momentos distintos. Cada levantamento envolve coortes distintas de mutuários, considerando o ano de ocupação do imóvel. No caso do levantamento mais abrangente (edição 2008), os mutuários ocuparam o domicílio em 1985, 1986, (...), 2008.

Neste capítulo apresenta-se o perfil sociodemográfico da população residente nos conjuntos mais antigos (Pesquisa Habitacional 2008) e nos conjuntos mais novos (Pesquisa Habitacional 2012) sendo que para algumas análises consideram-se subperíodos referentes ao ano de ocupação do imóvel por parte da pessoa de referência do domicílio.

Enquanto a população com menos de 15 anos representa 21,9% da população do estado de São Paulo pelo Censo Demográfico 2010, esse grupo etário responde por 26,6% da população residente nas unidades habitacionais da CDHU em 2008 e 27,9% em 2012. Além disso, a razão de sexo indica uma maior predominância de população feminina em comparação com o estado.

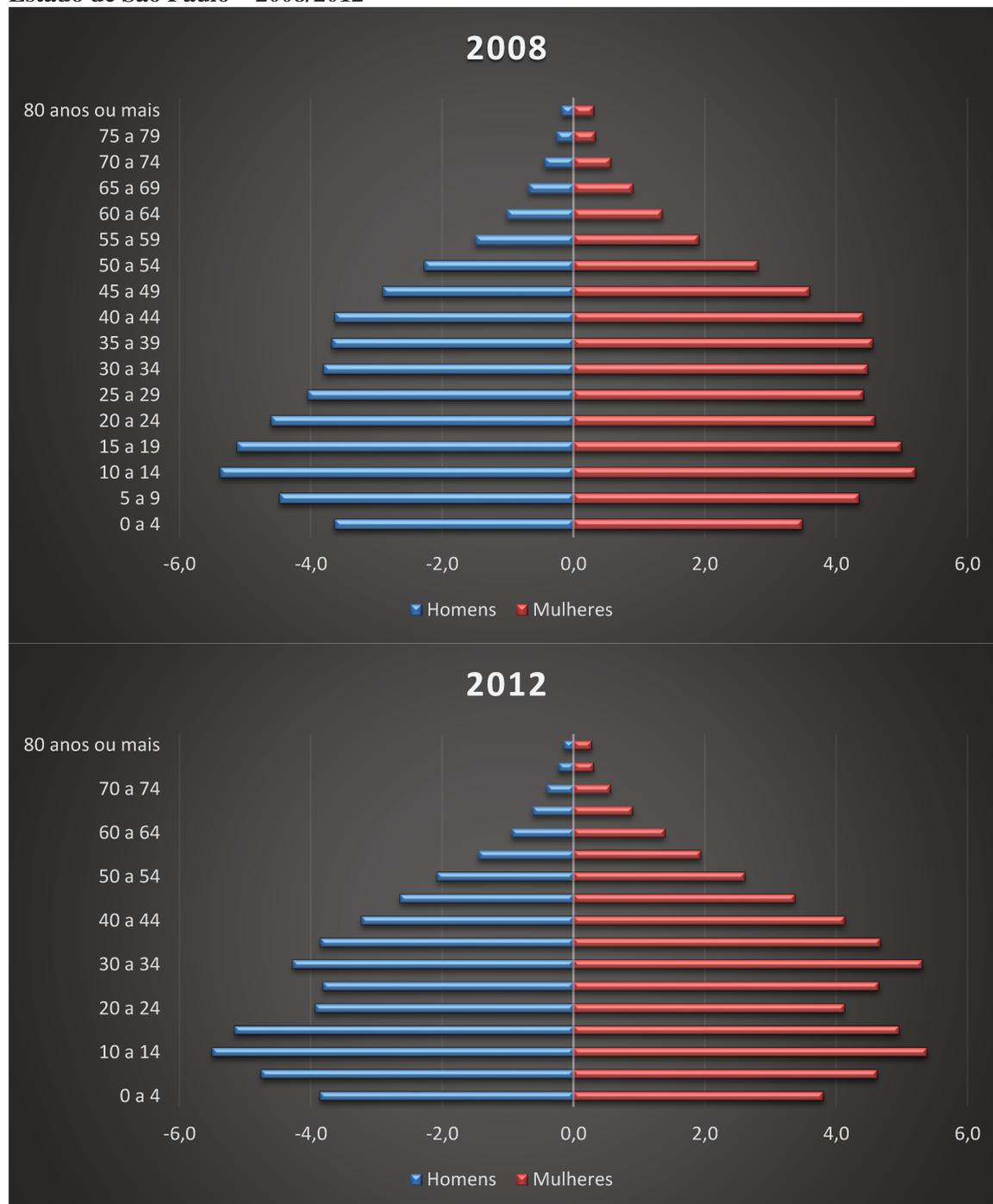
O gráfico 4.1 apresenta a pirâmide etária para cada um dos levantamentos quantitativos. Por um lado, existe uma população relativamente mais *jovem* nas unidades habitacionais da CDHU. Por outro lado, nota-se que o formato da pirâmide etária parece se aproximar de uma população com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição, assim como ocorre no estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

O Censo Demográfico de 2010 revelou que ocorreu um declínio das taxas específicas de fecundidade por idade em todas as faixas etárias no Brasil entre 2000 e 2010. No entanto, tal declínio foi maior nos grupos etários mais jovens, revertendo uma tendência de concentração das taxas específicas nas idades mais jovens dentro do período fértil, entre 15 e 24 anos (IBGE, 2011). A transição da fecundidade já ocorrera no estado de São Paulo, sendo que na década de 2000 a retração na fecundidade se deu em todas as faixas de rendimento domiciliar (FUNDAÇÃO SEADE, 2011). As mudanças na fecundidade tenderiam a promover um processo de envelhecimento da população, o que não se observa nos conjuntos habitacionais. Isto indica que outros processos sociais e demográficos não relacionados ao processo de envelhecimento estariam atuando na CDHU.

Gráfico 4.1

Distribuição da população residente nos conjuntos habitacionais da CDHU (%)

Estado de São Paulo – 2008/2012



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Essa composição da população residente nas unidades habitacionais da CDHU, que pouco reflete o processo de envelhecimento da população paulista, pode ser associada aos critérios institucionais de seleção do público-alvo para atendimento habitacional de demanda geral.⁷ Um dos critérios básicos de acesso ao financiamento habitacional da CDHU é que o interessado pertença a um “grupo familiar”, isto é, o grupo formado por pelo menos duas pessoas residentes no mesmo domicílio, unidos por casamento, união estável ou relações de parentesco.

Além disso, existe o critério da renda familiar total – classificada a partir de faixas de salário mínimo nominal – que pode desfavorecer certos tipos de arranjos domésticos com nível de renda extremamente baixo, tais como arranjos unipessoais e arranjos monoparentais com pessoas jovens e adultas desempregadas ou com trabalho precário (APARICIO, 2012). Ademais, conforme discutido no capítulo 2, na década de 2000 houve um período de valorização real do salário mínimo. Em um contexto de manutenção das faixas salariais em termos nominais, a valorização do salário mínimo em termos reais pode ter dificultado o acesso ao financiamento com subsídio social para famílias com renda domiciliar próxima a um salário mínimo no momento dos sorteios públicos para seleção de beneficiários. Nesse sentido, torna-se fundamental descrever e analisar os arranjos domésticos que efetivamente foram atendidos pela política habitacional.

Inicialmente, observa-se o perfil da composição doméstica da população residente nos conjuntos habitacionais mais antigos e mais recentes. Aqui aparece uma primeira característica dos arranjos domésticos que compõem a CDHU: a maior frequência de outros parentes e não parentes em comparação com o estado de São Paulo. Isto se reflete na maior densidade domiciliar observada na CDHU.

⁷ Aqui se utiliza o termo política específica – ou demanda específica por moradia – para diferenciar da política geral – ou demanda geral por moradia. A demanda geral compreende as unidades habitacionais financiadas pela regra de renda domiciliar total de um a dez salários mínimos.

Tabela 4.2**Distribuição da população, por condição no domicílio (%)****Estado de São Paulo – 2008/2012**

Condição no domicílio	CDHU		Estado de São Paulo
	2008	2012	
Pessoa responsável	28,21	29,37	31,29
Cônjuge	17,91	18,07	20,41
Filho	38,45	38,22	36,13
Outros parentes e não parentes	15,42	14,34	12,17
Total	100,00	100,00	100,00
Total (nº absoluto)	971.269	107.103	40.815.076

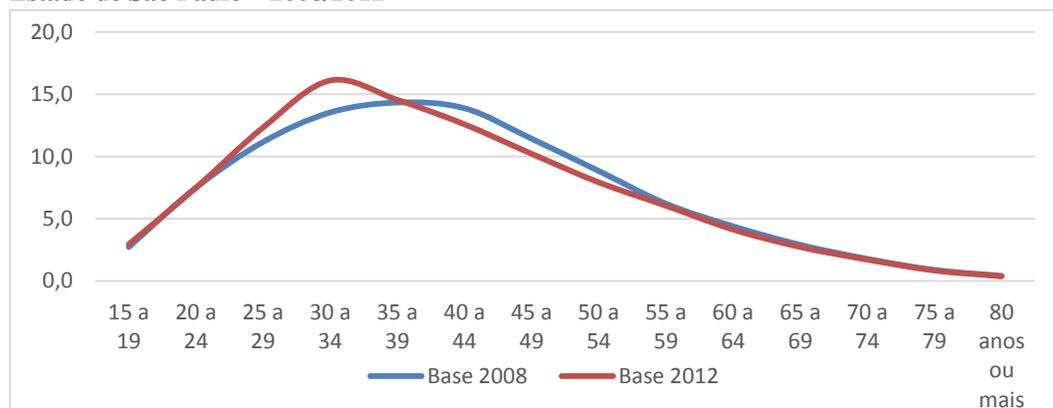
Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. PNAD, 2008 e 2012. Dados do Censo Demográfico 2010 para o estado de São Paulo (IBGE, 2011).

Nota: Dados trabalhados pelo autor. Os dados do Censo incluem filhos e enteados na condição de filho no domicílio.

Um segundo traço específico da CDHU é o tamanho médio por unidade habitacional. Existe uma maior frequência desse indicador na CDHU em comparação com o estado, o que está relacionado à maior presença das chamadas “famílias ampliadas” (BILAC, 1991) nos conjuntos habitacionais. Ocorreu um movimento de diminuição do tamanho médio do domicílio, que passou de 3,5 pessoas em 2008 para 3,4 pessoas em 2012, aproximando-se do tamanho médio no estado de São Paulo pelo último Censo (3,2 pessoas).

Tomando-se a idade dos responsáveis pelas unidades habitacionais como *proxy* para estimar a fase do ciclo de vida em que se encontra determinada família, verifica-se que, em 2008, 34,9% deles se encontravam nas faixas etárias de 15 a 34 anos (Tabela 4.3). Em 2012, a proporção de pessoas responsáveis pelas unidades habitacionais ativas neste mesmo intervalo etário alcança 38,9% do total, sendo que, no conjunto do estado de São Paulo elas representam apenas 22,6% do total das pessoas de referência nesse ano pela PNAD (cálculo do autor). Assim, como terceira característica dos arranjos domésticos que compõem a CDHU, constata-se um maior predomínio de *famílias em fase de expansão* do ciclo de vida na população atendida pela CDHU em relação à população estadual.

Gráfico 4.2
Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio nos conjuntos habitacionais da CDHU (%)
Estado de São Paulo – 2008/2012



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

O gráfico 4.2 apresenta a distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio por faixas etárias, evidenciando que nos conjuntos habitacionais mais recentes há uma maior frequência de pessoas responsáveis nas faixas etárias de 25 a 29 anos e de 30 a 34 anos de idade em comparação com os conjuntos mais antigos.

Tabela 4.3

Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio da CDHU, segundo faixa etária e sexo (em %)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Faixa etária (1)	2008			2012		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
De 15 a 34 anos	34,8	35,0	34,9	39,2	38,7	38,9
De 35 a 49 anos	38,3	40,2	39,6	36,7	37,6	37,4
De 50 a 64 anos	19,8	19,3	19,4	17,8	18,2	18,1
65 anos ou mais	7,1	5,5	6,0	6,2	5,4	5,7
Total (nº absoluto)	83.742	189.973	273.715	9.261	22.067	31.328
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Frequência (%) sexo/total	30,6	69,4	100,0	29,6	70,4	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

Nota: Não inclui entrevistas incompletas ou respostas com *sysmis* (*system missing*).

(1) Fases do ciclo de vida em termos da idade da pessoa de referência: (a) Expansão: entre 15 e 34 anos; (b) Consolidação: entre 35 e 49 anos; (c) Dispersão: 50 anos ou mais.

Tabela 4.4

Distribuição dos arranjos domésticos, por responsabilidade domiciliar e tamanho médio do arranjo doméstico
Estado de São Paulo – 2010

Arranjo doméstico	Masculino	Tamanho médio (pessoas)	Feminino	Tamanho médio (pessoas)	Total	Tamanho médio (pessoas)
Unipessoais	9,10	1,00	16,81	1,00	12,10	1,00
Chefe e não parentes	0,65	2,64	0,83	2,38	0,72	2,52
Casal	18,52	2,00	8,88	2,00	14,77	2,00
Casal e filhos	52,09	3,80	23,34	3,85	40,89	3,81
Monoparental	2,10	2,56	23,67	2,71	10,50	2,69
Monoparental e parentes	0,70	3,85	6,82	3,86	3,08	3,86
Monoparental e não parentes	0,06	3,74	0,33	3,73	0,17	3,73
Monoparental, parentes e não parentes	0,01	5,48	0,09	5,14	0,04	5,20
Biparental e parentes	4,60	4,99	2,51	5,10	3,78	5,02
Casal e parentes	1,92	3,24	1,05	3,28	1,58	3,25
Biparental e não parentes	0,28	4,98	0,14	5,13	0,23	5,02
Casal e não parentes	0,11	3,23	0,05	3,20	0,09	3,22
Biparental, parentes e não parentes	0,05	6,37	0,03	6,48	0,04	6,40
Casal, parentes e não parentes	0,02	4,61	0,01	4,62	0,02	4,61
Chefe e parentes	3,96	2,89	7,36	2,78	5,29	2,83
Chefe, parentes e não parentes	0,12	4,07	0,14	3,73	0,13	3,93
Conviventes com núcleos não aparentados	0,08	5,92	0,08	5,92	0,08	5,92
Conviventes com núcleos aparentados	5,61	5,83	7,83	5,80	6,48	5,82
Conviventes compostos	0,01	9,46	0,01	8,74	0,01	9,07
Total (nº absoluto)	7.829.110	-	4.994.869	-	12.823.978	-
Total	100,00	3,30	100,00	3,03	100,00	3,20
Frequência (%) sexo/total	61,05		38,95		100,00	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 *apud* Bilac (2014).

Tabela 4.5**Distribuição dos arranjos domésticos, por número de domicílios e de pessoas e tamanho médio do arranjo doméstico****Estado de São Paulo – 2008/2012**

Arranjos domésticos	Conjuntos Habitacionais mais antigos (2008)					Conjuntos Habitacionais mais recentes (2012)				
	Número de domicílios		Número de pessoas		Tamanho médio (pessoas)	Número de domicílios		Número de pessoas		Tamanho médio (pessoas)
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	
Arranjo biparental	116.755	42,6	460.826	47,5	3,9	12.761	40,6	49.995	46,7	3,9
Arranjo monoparental	38.686	14,1	111.189	11,5	2,9	4.837	15,4	13.903	13,0	2,9
Casal sem filhos	28.565	10,4	57.130	5,9	2,0	3.517	11,2	7.034	6,6	2,0
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	21.972	8,0	122.050	12,6	5,6	2.176	6,9	11.699	10,9	5,4
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	18.847	6,9	88.042	9,1	4,7	2.064	6,6	9.250	8,6	4,5
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	6.510	2,4	23.968	2,5	3,7	882	2,8	3.173	3,0	3,6
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	25.956	9,5	90.279	9,3	3,5	2.945	9,4	9.704	9,1	3,3
Unipessoal	16.738	6,1	16.738	1,7	1,0	2.245	7,1	2.245	2,1	1,0
Total	274.356	100,0	970.222	100,0	3,5	31.427	100,0	107.003	100,0	3,4

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria. (1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

A predominância de mulheres responsáveis pelo domicílio nos conjuntos habitacionais da CDHU está relacionada ao critério de titularidade dos contratos de financiamento, que estabelece que o contrato realizado por casais seja feito em nome da mulher (ROYER, 2002). Além disso, é preciso lembrar que a entrevista da Pesquisa Habitacional pergunta quem é o chefe ou o responsável pela família (CDHU, 2012a). Por fim, os resultados mostram que, apesar da diferença de volume de homens e mulheres chefes nos conjuntos habitacionais da CDHU, as distribuições etárias proporcionais por idade são muito próximas tanto em 2008 quanto em 2012.

A análise da distribuição dos domicílios em 2008 e 2012 revela uma diversidade de arranjos domésticos na CDHU (Tabela 4.5). Estes resultados estão em consonância com a multiplicidade observada nos arranjos domésticos paulistas conforme a análise dos resultados do Censo Demográfico para o Brasil e o estado de São Paulo em 2010 (WAJNMAN, 2012; BILAC, 2014), ainda que com traços específicos para a população residente na CDHU.

Se se compara a composição dos arranjos domésticos dos conjuntos habitacionais mais antigos com os arranjos dos conjuntos mais novos, percebe-se que houve uma pequena diminuição da participação dos arranjos biparentais isolados (casal e filhos), tanto em termos de número de domicílios quanto de indivíduos, dando lugar a outros tipos de arranjos. Contudo, ao se considerar as etapas do ciclo de vida familiar, é preciso destacar que há uma maior frequência das famílias nucleares e das famílias monoparentais de chefia feminina em fase de expansão no período mais recente (Tabela 4.6).

Este crescimento pode estar relacionado ao avanço das políticas de demanda *específica* de habitação para “famílias e/ou indivíduos cuja renda familiar é insuficiente e que precisam ser removidos de seu local de moradia” no governo Serra (CDHU, 2012b: p. 228). Pode-se afirmar que, em certo sentido, cada um dos levantamentos revela um retrato dos momentos do ciclo de vida familiar dos arranjos domésticos que compõem a população residente nos conjuntos habitacionais.

Em ambos os levantamentos observa-se um nível de participação das “famílias ampliadas” (BILAC, 1991) nas unidades habitacionais da CDHU superior ao nível estadual. Enquanto no estado a proporção total de arranjos ampliados (biparental e monoparental com parentes e/ou não parentes; casal sem filhos com outros parentes e/ou não parentes; outros arranjos com parentes e/ou não parentes) alcança 18,5% do total de domicílios em 2008, na CDHU essa proporção atinge 26,7% das unidades habitacionais. Em 2012, nos conjuntos mais recentes, os arranjos ampliados respondem por 25,9% do total de unidades habitacionais.

Estes resultados revelam que a importância do parentesco e das “famílias ampliadas” se mantém também entre as unidades domésticas ativas da CDHU, confirmando uma tendência observada no Brasil no último Censo (BILAC, 2014; WAJNMAN, 2012).

Conforme aponta o estudo de Wajnman (2012) sobre a evolução da estrutura familiar brasileira no período 1960-2000, a presença de outros parentes contribui para a geração de renda e a manutenção das despesas domésticas. Segundo Bilac (1978), as relações de parentesco levam ao estabelecimento de vínculos de responsabilidade e dependência entre seus membros: “dependências econômico-afetiva e social dos inativos, dos idosos, dos inválidos, responsabilidade por aspectos fundamentais da socialização primária dos imaturos” (idem: p. 23). Pode-se supor que a existência destas redes de parentesco representa uma forma de proteção social para os arranjos domiciliares dos estratos econômicos mais inferiores (MAIA, 2006).

Enquanto os arranjos monoparentais representavam 10,5% dos domicílios segundo o último Censo, a participação destes arranjos no total de domicílios da CDHU era de 14,1% em 2008 das unidades habitacionais e 15,4% em 2012 (Tabela 4.5).

Os arranjos de casais sem filhos estão relativamente mais presentes nos conjuntos habitacionais mais recentes (Tabela 4.5). Uma parte considerável dos arranjos denominados casais sem filhos são formados por pessoas mais jovens, de forma que possivelmente estariam na fase de início do ciclo de vida familiar, isto é, ainda não teriam filhos (Tabela 4.6). Também ocorre uma maior participação dos casais sem filhos com parentes e/ou não parentes, em menor proporção que os casais sem filhos.

Comparando-se os arranjos domésticos de 2008 com os mais recentes percebem-se algumas alterações na ocorrência de responsabilidade feminina (Tabela 4.7). Assim, observa-se que se aproximam mais ainda as proporções de homens e mulheres responsáveis por “arranjos biparentais”, assim como aquelas proporções referentes aos arranjos formados por “casais sem filhos”; contudo estas proporções se afastam mais uma da outra, com vantagem para a responsabilidade masculina, no caso dos arranjos ampliados formados por “chefe e parentes” e “casal sem filhos e parentes”. Já entre os arranjos domésticos de responsabilidade masculina, a ocorrência daqueles monoparentais (com ou sem outros parentes) continua sendo muito pequena em relação à sua ocorrência na distribuição da responsabilidade feminina. Essas alterações sugerem mudanças nas relações de gênero, ainda que influenciada pelo critério de titularidade do imóvel.

Tabela 4.6
Distribuição dos arranjos domésticos, por faixa etária da pessoa de referência
Estado de São Paulo – 2008/2012

Faixa etária (2)	2008					2012				
	De 15 a 34 anos	De 35 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	Total	De 15 a 34 anos	De 35 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Arranjos domésticos										
Arranjo biparental	15,6	20,9	5,3	0,8	42,6	17,3	18,5	4,4	0,6	40,7
Arranjo monoparental	2,8	7,0	3,3	1,0	14,1	3,9	7,2	3,3	1,0	15,4
Casal sem filhos	3,5	2,7	3,1	1,2	10,4	3,7	3,2	3,2	1,1	11,2
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	2,5	3,2	2,0	0,4	8,0	2,7	2,6	1,4	0,2	6,9
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	1,9	2,1	2,1	0,8	6,9	2,1	2,0	1,8	0,7	6,6
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	1,0	0,5	0,6	0,2	2,4	1,3	0,6	0,7	0,2	2,8
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	6,7	1,5	0,9	0,4	9,5	6,6	1,3	1,0	0,4	9,4
Unipessoal	0,9	1,8	2,2	1,2	6,1	1,3	2,0	2,4	1,4	7,1
Total	34,9	39,6	19,4	6,0	100,0	38,9	37,4	18,1	5,7	100,0
Total (nº absoluto)	95.648	108.555	53.241	16.378	273.845	12.181	11.702	5.672	1.773	31.328

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

(2) Fases do ciclo de vida em termos da idade da pessoa de referência: (a) Expansão: entre 15 e 34 anos; (b) Consolidação: entre 35 e 49 anos; (c) Dispersão: 50 anos ou mais.

Tabela 4.7**Distribuição dos arranjos domésticos por responsabilidade masculina e feminina****Estado de São Paulo – 2008/2012**

Arranjos domésticos	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Arranjo biparental	46,6	40,9	42,6	43,5	39,4	40,6
Arranjo monoparental	3,5	18,8	14,1	3,3	20,5	15,4
Casal sem filhos	14,3	8,7	10,4	15,2	9,5	11,2
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	8,1	8,0	8,0	7,6	6,6	6,9
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	1,8	9,1	6,9	1,9	8,5	6,6
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	3,5	1,9	2,4	4,7	2,0	2,8
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	14,6	7,2	9,5	15,0	7,0	9,4
Unipessoal	7,6	5,4	6,1	8,8	6,4	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	83.793	190.098	274.356	9.281	22.146	31.427

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

4.2 A dimensão econômica

O principal critério de seleção de mutuários é o nível de renda domiciliar total da família interessada em obter um financiamento. Assim, é importante analisar as frequências de arranjos domésticos associadas às faixas de renda domiciliar total previstas pela política habitacional para a concessão de financiamento, assim como as situações em que existem unidades habitacionais com renda domiciliar inferior a um salário mínimo.

Observa-se que praticamente todas as unidades habitacionais possuem renda total inferior a dez salários mínimos tanto na Pesquisa Habitacional de 2008 quanto na de 2012, apontando a efetiva focalização da política pública.

Aqui se coloca a questão da existência de uma diversificação de estratos econômicos entre os moradores dos conjuntos habitacionais, o que pode ser verificada em termos de alguns indicadores de distribuição de renda.

Aproximadamente 12% dos domicílios possui rendimento total inferior a um salário mínimo em 2008, ou seja, abaixo do valor mínimo exigido pela política pública como pré-requisito básico de acesso ao financiamento habitacional com subsídio social de demanda geral (CDHU, 2012). Tal proporção se amplia para 20% no levantamento de 2012 (Gráfico 4.3). Este aumento no número de unidades habitacionais com renda domiciliar total inferior a um SM aponta uma maior efetividade dos programas de habitação social a partir da adesão do estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, conforme discutido no capítulo 2. No entanto, vale lembrar que a pesquisa apresenta duas “fotografias” da população residente na CDHU e, portanto, não registra a situação sociodemográfica e econômica das famílias no momento da aquisição do imóvel. Dessa forma, uma parte das unidades habitacionais ativas talvez já não pertença às primeiras famílias que tiveram acesso à moradia, isto é, podem ter sido vendidas, alugadas, ocupadas ou cedidas a outras famílias.

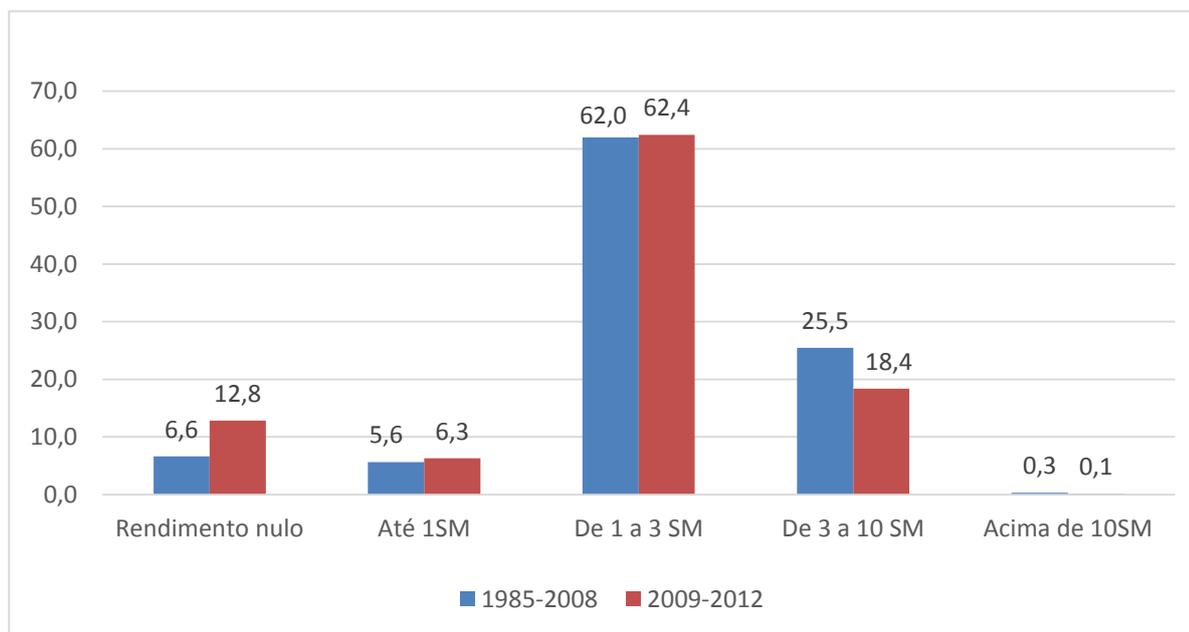
Os arranjos com rendimento nulo passaram de 6,6% entre as UH dos conjuntos habitacionais mais antigos para 12,8% entre os mais novos. Assim, observa-se uma maior prioridade para o atendimento de população em situação de extrema pobreza no período mais recente.

Nota-se que o total de domicílios com rendimento domiciliar total abaixo de três salários mínimos variou de 74,2% em 2008 para 81,5% em 2012. São proporções bastante superiores às observadas na população do estado de São Paulo que, em 2012, possuía cerca de 30% de domicílios com renda total inferior a três salários mínimos segundo a PNAD (cálculo do autor).

Gráfico 4.3

Distribuição das unidades habitacionais por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil.

Elaboração: própria.

A fim de calcular indicadores de distribuição de renda que ajudem a confirmar as mudanças de grau de homogeneidade social, torna-se necessário analisar a renda domiciliar *per capita* em termos dos quantis de renda.

Ao se considerar os decis de renda domiciliar *per capita* das unidades habitacionais ativas, nota-se um aumento no nível de desigualdade distributiva em seu extremo inferior. O primeiro decil passou a ter um valor nulo no levantamento de 2012, justamente devido à expansão do atendimento a famílias com rendimento nulo entre as pesquisas de 2008 e 2012. Como foi discutido no capítulo 2, os novos programas habitacionais em favelas em área de risco e em ocupações de associações de moradores atingiram uma população extremamente pobre.

Um importante indicador da desigualdade distributiva é a massa de rendimento apropriada por grupo de unidades habitacionais (Gráfico 4.4). Enquanto, na pesquisa de 2008, 4,9% da massa de rendimentos era apropriada pelos 20% domicílios mais pobres, em 2012 a massa apropriada diminuiu para 2,4%. Os 10% mais ricos se apropriavam de 25% da massa de rendimentos nos conjuntos habitacionais da CDHU em 2008 e 2012.

Tabela 4.8**Decis de renda domiciliar *per capita* das unidades habitacionais da CDHU****Estado de São Paulo – 2008/2012**

Decis	2008	2012
10	80,00	0,00
20	138,33	125,57
30	183,00	181,70
40	218,58	242,26
50	266,67	282,64
60	320,00	343,20
70	400,00	417,23
80	454,00	504,71
90	600,00	659,49

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. PNAD 2009. Elaboração: própria.

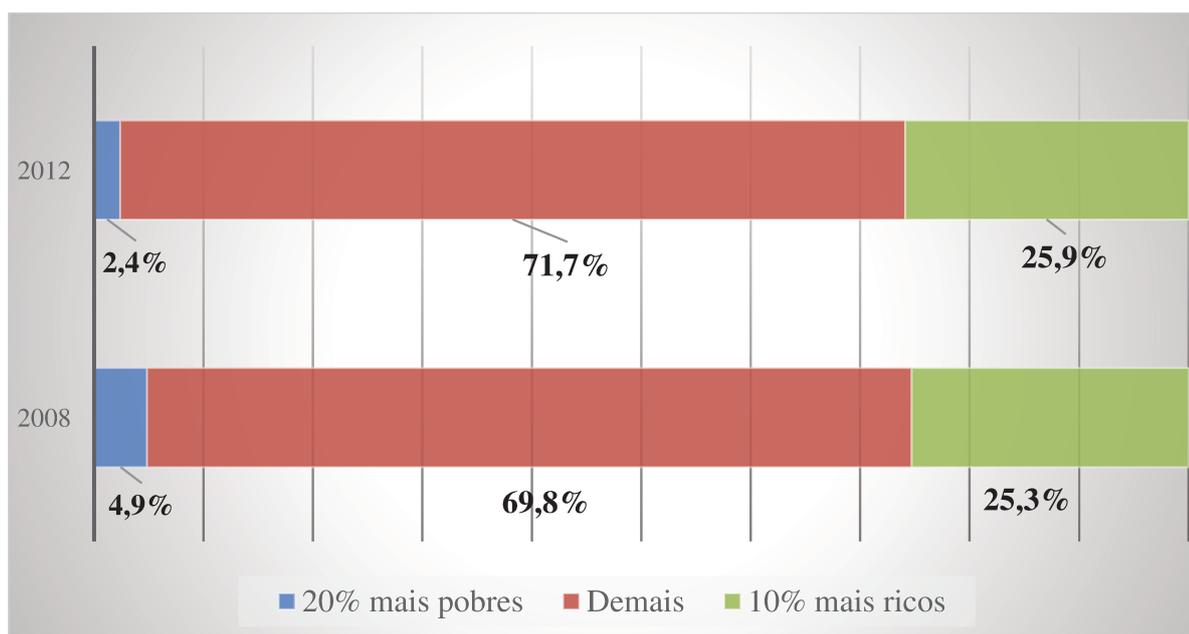
Nota: Valores deflacionados para reais de janeiro de 2008 conforme variação do IPCA.

Segundo Jannuzzi (2001), a massa de renda apropriada é um indicador mais sensível ao que se passa nos extremos da distribuição de renda. Nesse sentido, o resultado da análise da massa de rendimento apropriada confirma o aumento de participação das unidades habitacionais com rendimento domiciliar nulo em 2012 relativamente a 2008. Isto mostra que a adesão do estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS acarretou um grau menor de homogeneidade social ao se considerar a distribuição de renda. As políticas alteraram em parte o público-alvo e como consequência aumentou o tamanho da população de baixíssima renda e diminuiu a massa apropriada. Em consonância com este resultado, o índice de concentração de renda (IC) mostra uma variação negativa da distribuição de renda entre os dois levantamentos: de 1,53 em 2008 para 1,83 em 2012.

Diferentemente, a análise do índice de Gini mostra que o indicador mantém-se nos mesmos patamares (Apêndice). Isto ocorre porque o índice de Gini está refletindo com maior precisão o que ocorre nos segmentos de renda média, sendo menos sensível aos extremos (JANNUZZI, 2001). Portanto, a trajetória do índice de Gini aponta para uma estabilidade na distribuição de renda para as faixas intermediárias na CDHU.

Gráfico 4.4

Massa de rendimento apropriada pelas unidades habitacionais conforme estrato econômico
Estado de São Paulo – 2008/2012



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil.

Elaboração: própria.

Em conjunto, os indicadores de distribuição de renda permitem afirmar que as mudanças na legislação, bem como o processo de valorização imobiliária, estão levando a uma maior diversificação da população residente na CDHU. Embora o índice de Gini mantenha-se relativamente estável, a maior amplitude total de variação da renda domiciliar *per capita* confirma mudanças nos extremos da curva de distribuição de renda, mais especificamente no extremo inferior.

4.2.1 Arranjos domésticos e pobreza absoluta

Os estudos de Montali (2006) e Montali e Tavares (2008) identificaram os arranjos domiciliares que seriam mais vulneráveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas brasileiras em meados da década de 2000, em um momento de elevado ritmo de crescimento da economia brasileira e de redução nas taxas de desemprego. Estes arranjos geralmente têm prole e possuem pessoas de referência relativamente jovens. Segundo estudo realizado com dados da PNAD em 2004-2006, os arranjos monoparentais com chefia feminina em fase de expansão e os arranjos biparentais em fase de expansão e consolidação possuem rendimentos familiares *per capita* médios inferiores aos demais arranjos.

Nesse sentido, realiza-se aqui uma análise dos arranjos domésticos na CDHU levando em consideração o rendimento domiciliar *per capita* médio dos diferentes tipos de arranjos e a sua variação acumulada em termos nominais e reais. Complementarmente, inclui-se a taxa de crescimento desse indicador, a fim de verificar a trajetória do poder de compra dos arranjos domésticos, identificando aqueles que obtiveram melhorias no seu poder de compra.

Tabela 4.9

Rendimento domiciliar *per capita* médio, segundo tipo de arranjo doméstico e responsabilidade domiciliar

Estado de São Paulo – 2008/2012

Arranjo doméstico	Responsabilidade	2008		2012		Variação	
		Valor médio	Domicílios	Valor médio	Domicílios	Nominal	Real (2)
Arranjo biparental	Masculino	303,17	37.881	404,44	4.035	33,4	1,6
	Feminino	270,70	75.158	344,19	8.726	27,1	-4,7
	Total	281,57	113.094	363,24	12.761	29,0	-2,8
Arranjo monoparental	Masculino	361,33	2.803	438,53	303	21,4	-10,4
	Feminino	243,31	34.871	309,13	4.534	27,1	-4,7
	Total	252,06	37.692	317,24	4.837	25,9	-5,9
Casal sem filhos	Masculino	504,74	11.736	696,02	1.415	37,9	6,1
	Feminino	456,37	16.147	631,55	2.102	38,4	6,6
	Total	476,79	27.899	657,49	3.517	37,9	6,1
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	Masculino	271,13	6.381	335,22	706	23,6	-8,2
	Feminino	245,44	14.224	309,40	1.470	26,1	-5,7
	Total	253,40	20.621	317,78	2.176	25,4	-6,4
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	Masculino	289,22	1.431	338,22	180	16,9	-14,9
	Feminino	215,71	16.458	276,34	1.884	28,1	-3,7
	Total	221,61	17.897	281,73	2.064	27,1	-4,7
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	Masculino	362,70	2.800	482,44	434	33,0	1,2
	Feminino	326,26	3.379	454,71	448	39,4	7,6
	Total	342,68	6.185	468,36	882	36,7	4,9

(continua)

Arranjo doméstico	Responsabilidade	2008		2012		Variação	
		Valor médio	Domicílios	Valor médio	Domicílios	Nominal	Real (2)
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	Masculino	395,42	11.543	488,85	1.389	23,6	-8,2
	Feminino	315,19	13.023	394,45	1.556	25,1	-6,7
	Total	352,86	24.573	438,97	2.945	24,4	-7,4
Unipessoal	Masculino	691,01	6.332	870,76	819	26,0	-5,8
	Feminino	496,12	10.248	656,27	1.426	32,3	0,5
	Total	570,53	16.588	734,52	2.245	28,7	-3,1
Total	Masculino	377,22	80.907	500,89	9.281	32,8	1,0
	Feminino	291,71	183.508	382,07	22.146	31,0	-0,8
	Total	317,87	264.549	417,16	31.427	31,2	-0,6
Salário mínimo		415,00		622,00		49,9	18,1
Linha de pobreza (1/2 SM)		207,50		311,00			

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

(2) Variação real calculada pelo índice acumulado do IPCA.

Utiliza-se o IPCA como deflator das variáveis nominais de rendimento médio domiciliar *per capita*. Entre janeiro de 2008 e dezembro de 2012, a inflação acumulada pelo IPCA alcançou 31,8%. Neste período, a taxa de crescimento nominal do salário mínimo foi de 49,9%, de modo que a taxa de crescimento real, considerando a variação acumulada do IPCA, foi de 18,1%. Contudo, nos domicílios da CDHU, a taxa de crescimento real do indicador foi quase nula (-0,6%), revelando que somente recuperou a inflação acumulada no período (Tabela 4.9).

Tanto para os domicílios dos conjuntos habitacionais mais antigos quanto para os recentes, o nível médio de rendimento domiciliar *per capita* é inferior a um salário mínimo. No entanto, há variações significativas para os diferentes tipos de arranjos domésticos. Primeiramente, nota-se que os arranjos com níveis de renda inferiores à média da CDHU são os arranjos biparentais e monoparentais. A presença de prole – em especial filhos menores de 14 anos – causa um impacto sobre o nível de rendimento *per capita* (COSTA *et al.*, 2005). Ao contrário, os maiores níveis de rendimento *per capita* pertencem aos arranjos de casais sem filhos e aos unipessoais.

Pensando em termos da valorização nominal e real, somente os arranjos biparentais com chefia masculina, os casais sem filhos e os unipessoais femininos tiveram crescimento real positivo do rendimento médio domiciliar *per capita* quando se comparam os arranjos do período mais recente aos do período mais antigo. Todos os demais arranjos registraram perdas em termos de poder de compra (Tabela 4.9).

Ao se considerar a responsabilidade pelo domicílio, torna-se evidente o menor nível de renda para os arranjos com chefia feminina, o que ocorre em todos os tipos de arranjos domésticos. Isto mostra que a simples titularidade do imóvel em nome da mulher não garante a equidade social de homens e mulheres. Aliás, os modelos de família subjacentes à política social – neste caso, os programas habitacionais – podem conter uma perspectiva de divisão sexual do trabalho (MC DONALD, 2000) em que o homem é visto como o provedor da família e a mulher se ocupa principalmente do cuidado da residência. Com efeito, o desenho de uma política pública pode até reforçar a “naturalização da responsabilidade feminina pelos cuidados” da residência, como discutiu Bartholo (2009). Assim, a política habitacional pode levar a uma maior “familiarização” das tarefas de cuidado doméstico, em que uma parcela das mulheres – particularmente, as mais pobres, com uma inserção precária no mercado de trabalho, em um cenário urbano marcado pelo acesso limitado a instituições de educação infantil – precisam cuidar de seus filhos ou ajudar a cuidar dos filhos de outras mulheres (BILAC, 2014). Isto pode ocorrer na CDHU, dado que existe uma população com uma proporção de menores de 14 anos acima da média estadual.

A tabela 4.10 mostra uma comparação entre a proporção da massa de rendimento domiciliar total apropriado por tipo de arranjo doméstico (A) e a distribuição dos domicílios por tipo de arranjo doméstico (B). A razão A/B mede a relação entre a massa de rendimento apropriado e o peso dos diferentes tipos de organização familiar das unidades habitacionais da CDHU. Uma razão superior a 1,00 (um) indica que aquele grupo de domicílios possui uma apropriação da massa de rendimentos maior que o seu peso no total de domicílios, e a razão menor do que 1,00 (um) indica uma apropriação menor que o seu peso no total de domicílios.

Um primeiro resultado desta análise é o menor peso na apropriação da massa de rendimentos e no volume de domicílios para os arranjos biparentais isolados e ampliados. Observa-se também o maior peso dos casais sem filhos na apropriação da massa de rendimento, o que se relaciona com o maior nível de renda domiciliar deste tipo de arranjo.

Tabela 4.10
Distribuição dos arranjos domésticos, segundo massa de rendimento apropriada
Estado de São Paulo – 2008/2012

Tipologia de arranjos domésticos	Massa de rendimento apropriada por grupo de arranjos domiciliares (%) (A)		Distribuição de unidades habitacionais (%) (B)		Índices relativos (A/ B)	
	1985-2008	2009-2012	1985-2008	2009-2012	1985-2008	2009-2012
Arranjo biparental	45,6	44,4	42,6	41,7	1,07	1,06
Arranjo monoparental	9,4	10,2	14,1	14,3	0,67	0,71
Casal sem filhos	10,1	12,0	10,4	11,6	0,97	1,03
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	10,9	9,2	8,0	7,4	1,36	1,24
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	6,7	6,3	6,9	6,5	0,98	0,97
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,9	3,7	2,4	2,9	1,23	1,28
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	10,7	9,9	9,5	9,0	1,14	1,10
Unipessoal	3,6	4,3	6,1	6,5	0,58	0,66
Total (nº absoluto)	R\$ 265.716.010	R\$ 38.587.906	274.356	27.401	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Tabela 4.11

Rendimento domiciliar *per capita* médio por faixa etária da pessoa de referência**Estado de São Paulo – 2008/2012**

Etapas do ciclo de vida		2008		2012	
		Rendimento médio	Nº absoluto	Rendimento médio	Nº absoluto
Expansão	15-34 anos	305	92.716	391	12.181
Consolidação	35-49 anos	304	104.951	405	11.702
Dispersão	50-64 anos	350	51.062	474	5.672
	65 anos ou mais	379	15.600	512	1.773
Total		318	264.329	418	31.328

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Enquanto no primeiro período de análise, a razão A/B dos casais sem filhos era inferior a um – o que indica menor peso da participação na massa de rendimento apropriado em relação ao peso desse grupo no conjunto dos domicílios –, no período seguinte a razão passa a ser superior a um, de modo que tais arranjos são relativamente mais ricos. Isto significa que os casais sem filhos dos conjuntos habitacionais mais antigos eram relativamente mais pobres que os casais sem filhos dos conjuntos mais recentes. No entanto, tanto o levantamento de 2008 quanto o de 2012 envolvem diferentes coortes. Pode haver casais sem filhos com componentes mais velhos nos conjuntos habitacionais mais antigos, de modo que estas comparações podem conter um efeito de coorte.

Tabela 4.12

Rendimento domiciliar *per capita* médio dos 20 arranjos domésticos com maior frequência

Estado de São Paulo – 2008

Arranjo doméstico	Responsabilidade	Faixa etária	Valor médio	Nº domicílios
Casal sem filhos	Feminina	15-34 anos	528	5.342
Unipessoal	Feminina	50-64 anos	475	4.272
Casal sem filhos	Feminina	35-49 anos	456	4.309
Casal sem filhos	Feminina	50-64 anos	396	5.015
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	Masculina	15-34 anos	385	8.868
Arranjo biparental	Masculina	50-64 anos	338	6.494
Arranjo monoparental	Feminina	50-64 anos	328	7.653
Arranjo biparental	Feminina	50-64 anos	321	7.198
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	Feminina	15-34 anos	307	8.421
Arranjo biparental	Masculina	35-49 anos	296	19.562
Arranjo biparental	Masculina	15-34 anos	289	10.547
Arranjo biparental	Feminina	35-49 anos	277	35.782
Arranjo biparental	Feminina	15-34 anos	250	31.447
Arranjo biparental com parentes e/ou agregados	Feminina	35-49 anos	246	5.864
Arranjo biparental com parentes e/ou agregados	Feminina	15-34 anos	238	4.787
Arranjo monoparental com parentes e/ou agregados	Feminina	50-64 anos	228	4.995
Arranjo monoparental	Feminina	35-49 anos	226	17.636
Arranjo monoparental com parentes e/ou agregados	Feminina	35-49 anos	210	5.054
Arranjo monoparental com parentes e/ou agregados	Feminina	15-34 anos	193	4.632
Arranjo monoparental	Feminina	15-34 anos	158	7.361

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Tabela 4.13

Rendimento domiciliar *per capita* médio dos 20 arranjos domésticos com maior frequência

Estado de São Paulo – 2012

Arranjo doméstico	Responsabilidade	Faixa etária	Valor médio	Nº domicílios
Casal sem filhos	Feminina	15-34 anos	700	703
Casal sem filhos	Feminina	35-49 anos	645	598
Unipessoal	Feminina	50-64 anos	634	526
Casal sem filhos	Feminina	50-64 anos	569	630
Arranjo com outros parentes e/ou Agregados	Masculina	15-34 anos	454	1.093
Arranjo biparental	Masculina	50-64 anos	453	594
Arranjo biparental	Feminina	50-64 anos	420	772
Arranjo monoparental	Feminina	50-64 anos	418	939
Arranjo biparental	Masculina	15-34 anos	394	1.334
Arranjo biparental	Masculina	35-49 anos	393	1.997
Arranjo com outros parentes e/ou Agregados	Feminina	15-34 anos	376	984
Arranjo biparental	Feminina	35-49 anos	351	3.784
Arranjo biparental	Feminina	15-34 anos	323	4.085
Arranjo monoparental com outros parentes e/ou agregados	Feminina	50-64 anos	306	499
Arranjo biparental com outros parentes e/ou agregados	Feminina	15-34 anos	305	599
Arranjo biparental com outros parentes e/ou agregados	Feminina	35-49 anos	299	552
Arranjo monoparental	Feminina	35-49 anos	297	2.142
Arranjo monoparental com outros parentes e/ou agregados	Feminina	35-49 anos	280	578
Arranjo monoparental com outros parentes e/ou agregados	Feminina	15-34 anos	232	595
Arranjo monoparental	Feminina	15-34 anos	212	1.167

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Avançando para a análise dos arranjos domésticos de acordo com a etapa do ciclo de vida, os resultados confirmam o que a bibliografia comenta sobre as condições econômicas de famílias mais jovens. À medida que avança o ciclo de vida, maior é o rendimento domiciliar *per capita* médio dos arranjos biparentais e monoparentais (Tabelas 4.12 e 4.13). O momento do ciclo de vida dos arranjos com chefes jovens, com menor tempo de experiência profissional, tende a resultar em uma remuneração relativamente mais baixa (GOLDANI, 1999; CAMARANO *et al.*, 2006). À medida que se passa às fases seguintes, tende a aumentar o rendimento domiciliar *per capita* médio.

Desse modo, as variações significativas do nível de rendimento domiciliar *per capita* dos diferentes arranjos domésticos não somente se relacionam com a responsabilidade masculina ou feminina, mas também com o ciclo de vida familiar e, mais especificamente, com o curso de vida das pessoas que compõem as unidades habitacionais. Nesse sentido, o curso de vida da pessoa responsável pelo domicílio assume um papel central na CDHU, visto que ela é a mutuária do financiamento em 60% dos imóveis dos conjuntos mais antigos e em 75% dos conjuntos mais recentes. Assim, torna-se necessário conhecer melhor o seu nível de participação no mercado de trabalho e as suas condições ocupacionais. O fato de que a CDHU exige que a titularidade do imóvel esteja preferencialmente em nome da mulher parece trazer um novo constrangimento à difícil condição das mulheres que simultaneamente precisam realizar o trabalho doméstico e o trabalho remunerado que permita arcar com o orçamento doméstico, inclusive o financiamento da casa própria.

Tabela 4.14

Distribuição dos domicílios, segundo faixa etária da pessoa de referência, por demanda geral e específica (%)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Faixa etária da pessoa de referência do arranjo doméstico	2008			2012		
	Demanda específica	Demanda geral	Total	Demanda específica	Demanda geral	Total
De 15 a 34 anos	36,2	34,9	35,1	40,6	38,5	38,9
De 35 a 49 anos	41,3	39,5	39,7	36,6	37,5	37,4
De 50 a 64 anos	19,9	19,2	19,3	19,0	17,9	18,1
65 anos ou mais	2,6	6,4	5,9	3,9	6,1	5,7
Total (nº absoluto)	32.254	232.119	264.373	5.931	25.396	31.327
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Quando se considera se a unidade habitacional ativa foi obtida em programas de demanda geral (com renda domiciliar total a partir de um SM) ou de demanda específica (com renda domiciliar total abaixo de um SM) nota-se certa similaridade de composição domiciliar entre os arranjos domésticos dos conjuntos habitacionais mais antigos e dos mais recentes. Existe uma maior frequência de famílias mais jovens nos domicílios com menor nível de rendimento no período 2009-2012, corroborando o que a bibliografia diz para os arranjos em fase de expansão no ciclo de vida.

A análise por tipo de arranjo doméstico mostra certas diferenciações entre as UH de demanda geral e específica (Tabela 4.15). Aqui chama a atenção certa redução no volume total de arranjos monoparentais isolados entre 2008 e 2012 nas UH de demanda específica, ainda que permaneçam com peso importante na CDHU. Em contrapartida, observa-se o aumento dos casais sem filhos entre os arranjos de conjuntos habitacionais mais recentes, seja de demanda geral ou específica. Isto pode estar relacionado à aquisição da moradia própria para casais jovens sem filhos.

Tabela 4.15

Distribuição dos arranjos domésticos, por demanda geral e específica (%)

Estado de São Paulo – 2008/2012

Tipo de arranjo doméstico	2008			2012		
	Demanda específica	Demanda geral	Total	Demanda específica	Demanda geral	Total
Arranjo biparental	31,5	44,3	42,7	31,7	42,7	40,6
Arranjo monoparental	28,9	12,2	14,2	25,0	13,1	15,4
Casal sem filhos	7,6	11,0	10,5	8,0	11,9	11,2
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	4,1	8,3	7,8	4,1	7,6	6,9
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	7,4	6,7	6,8	7,5	6,3	6,6
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	1,4	2,5	2,3	1,8	3,0	2,8
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	8,8	9,4	9,3	10,5	9,1	9,4
Unipessoal	10,2	5,7	6,3	11,3	6,2	7,1
Total (nº absoluto)	32.305	232.242	264.547	6.001	25.425	31.426
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

4.2.2 Inserção no mercado de trabalho e estrutura ocupacional da população dos conjuntos habitacionais da CDHU

A desigualdade na distribuição de rendimentos é muito associada aos padrões ocupacionais da população em idade ativa (MAIA, 2006). Conforme discutido por Vilmar Faria (1991), a expansão da pobreza urbana no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro relaciona-se com a disseminação do emprego informal no pequeno comércio urbano, no emprego doméstico e na construção civil, isto é, em modalidades de organização da produção intensiva em trabalho, com baixa produtividade e baixo nível de remuneração. Assim, a composição dos grupos ocupacionais afeta o nível do rendimento médio e a desigualdade de renda da população ocupada no Brasil (MAIA, 2012).

Há uma outra dimensão, porém, menos estudada. Trata-se de ir além dos rendimentos individuais para se pensar as estratégias familiares de inserção dos membros no mercado de trabalho de modo a compor um mínimo de renda familiar necessária à reprodução geracional e cotidiana do grupo doméstico. Esta análise discute as relações entre os arranjos domésticos e a inserção no mercado de trabalho para a população residente nos conjuntos habitacionais.

Existe uma elevada similaridade entre o perfil ocupacional dos membros da população em idade ativa dos domicílios dos conjuntos habitacionais mais antigos e dos mais recentes. Em ambos os grupos de domicílios manteve-se a proporção de dois terços de ocupados e um terço de inativos (Tabela 4.16).

Os resultados revelam uma maior taxa de participação das mulheres no período mais recente. Este crescimento se deu entre as mulheres chefes e as cônjuges (Tabela 4.16). Comparando com os resultados de estudo de Fundação Seade (2010) sobre o mercado de trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo, a mudança na taxa de participação das mulheres na CDHU acompanha a que ocorre na principal região metropolitana do estado.

Ao se considerar mais especificamente a condição ocupacional dos membros dos arranjos domésticos, verifica-se que o aumento na taxa de participação para as mulheres chefes e cônjuges se deve à redução do peso do trabalho precário (“bicos”) e do trabalho doméstico nos domicílios dos conjuntos habitacionais recentes em comparação com os antigos (Tabela 4.17).

Tabela 4.16

Taxas de participação e de inatividade segundo condição no domicílio e sexo (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2008					
Homens					
Taxa de participação	84,3	90,4	62,0	74,4	78,7
Taxa de inatividade	15,7	9,6	38,0	25,6	21,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Taxa de participação	57,0	54,5	49,9	53,1	54,6
Taxa de inatividade	43,0	45,5	50,1	46,9	45,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total					
Taxa de participação	65,3	77,7	56,5	62,7	65,8
Taxa de inatividade	34,7	22,3	43,5	37,3	34,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	269.728	171.344	171.154	102.624	714.851

(continua)

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2012					
Homens					
Taxa de participação	85,7	91,4	57,3	72,9	78,8
Taxa de inatividade	14,3	8,6	42,7	27,1	21,2
Mulheres					
Taxa de participação	61,0	59,8	47,2	55,1	57,5
Taxa de inatividade	39,0	40,2	52,8	44,9	42,5
Total					
Taxa de participação	68,3	80,5	52,7	62,7	67,2
Taxa de inatividade	31,7	19,5	47,3	37,3	32,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	30.967	18.934	16.686	10.366	76.953

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos conforme metodologia da PNAD contínua.

Tabela 4.17

Condição ocupacional para população de 14 anos ou mais segundo condição no domicílio e sexo
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008/2012

Sexo	Condição ocupacional	2008						2012					
		Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes e não parentes	Total	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes e não parentes	Total	Total
Masculino	Ocupados	67,8	76,3	41,7	56,0	61,5	210.153	71,6	80,5	39,3	56,5	64,2	23.137
Masculino	Trabalho precário	5,2	6,5	5,5	5,4	5,8	19.681	3,2	4,2	4,3	4,0	3,9	1.423
Masculino	Desempregados	9,5	6,2	12,0	10,0	9,2	31.378	9,6	5,5	10,6	9,0	8,3	3.004
Masculino	Aposentados e Pensionistas	14,0	9,1	0,9	12,0	8,4	28.577	12,5	8,3	1,2	12,1	8,0	2.877
Masculino	Estudantes	0,9	0,0	34,9	12,1	11,9	40.828	1,2	0,0	38,9	13,6	12,4	4.480
Masculino	Somente trabalho doméstico	0,5	0,3	0,2	0,4	0,3	1.023	0,4	0,1	0,2	0,1	0,2	79
Masculino	Nem estuda nem trabalha	2,1	1,5	4,8	4,1	3,0	10.138	1,5	1,4	5,5	4,7	2,9	1.047
Masculino	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	341.778	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	36.047
Feminino	Ocupados	41,9	45,1	32,9	41,1	40,4	157.653	47,0	51,1	31,9	44,4	44,5	19.033
Feminino	Trabalho precário	6,0	4,8	3,4	3,8	4,9	19.299	4,3	3,4	2,3	2,5	3,5	1.503
Feminino	Desempregados	8,5	4,2	11,4	6,6	8,1	31.736	9,1	4,8	10,7	6,5	8,4	3.584
Feminino	Aposentados e Pensionistas	11,7	5,4	0,7	18,1	9,4	36.532	10,7	4,8	0,8	17,3	8,9	3.791
Feminino	Estudantes	0,9	0,4	42,4	10,2	10,9	42.388	1,1	0,6	45,9	11,1	10,8	4.640
Feminino	Somente trabalho doméstico	29,9	39,4	4,6	17,0	24,2	94.444	26,8	34,4	3,6	15,0	22,0	9.402
Feminino	Nem estuda nem trabalha	1,2	0,8	4,7	3,1	2,1	8.363	1,0	0,9	4,8	3,1	2,0	858
Feminino	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	390.415	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	42.811

(continua)

Sexo	Condição ocupacional	2008						2012					
		Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes e não parentes	Total	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes e não parentes	Total	Total
Total	Ocupados	49,8	65,3	37,7	47,8	50,2	368.086	54,3	70,4	35,9	49,6	53,5	42.170
Total	Trabalho precário	5,8	5,9	4,6	4,5	5,3	39.005	4,0	3,9	3,4	3,1	3,7	2.926
Total	Desempregados	8,8	5,5	11,7	8,1	8,6	63.144	9,2	5,2	10,6	7,6	8,4	6.588
Total	Aposentados e Pensionistas	12,4	7,8	0,8	15,3	8,9	65.155	11,2	7,1	1,0	15,1	8,5	6.668
Total	Estudantes	0,9	0,2	38,3	11,1	11,4	83.296	1,1	0,3	42,1	12,2	11,6	9.120
Total	Somente trabalho doméstico	20,9	14,0	2,2	9,5	13,0	95.529	19,0	11,9	1,8	8,6	12,0	9.481
Total	Nem estuda nem trabalha	1,5	1,3	4,7	3,6	2,5	18.512	1,2	1,2	5,1	3,8	2,4	1.905
Total	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	732.727	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	78.858

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos conforme metodologia da PNAD contínua.

Embora a literatura mostre a maciça entrada de mulheres no mercado de trabalho, persiste a presença de situações de inatividade na CDHU no mercado de trabalho feminino, em que se destacam as mulheres dedicadas unicamente ao trabalho doméstico. A maior proporção de mulheres em afazeres domésticos ocorre para as cônjuges, enquanto para as chefes observa-se uma menor proporção. Ao mesmo tempo, note-se a maior taxa de ocupação de cônjuges (masculinos e femininos) ocupados do que de responsáveis homens ou mulheres. Isto corrobora a hipótese de que persiste o modelo do homem chefe do domicílio como provedor único em parte das famílias nucleares da CDHU.

Tabela 4.18

Taxas de ocupação e de desemprego segundo condição no domicílio (em %)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2008					
Homens					
Taxa de ocupação	88,5	93,0	79,8	86,1	88,0
Taxa de desemprego aberto	11,5	7,0	20,2	13,9	12,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Taxa de ocupação	85,0	92,3	76,1	87,1	84,8
Taxa de desemprego aberto	15,0	7,7	23,9	12,9	15,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total					
Taxa de ocupação	86,4	92,9	78,3	86,6	86,6
Taxa de desemprego aberto	13,6	7,1	21,7	13,4	13,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	269.728	171.344	171.154	102.624	714.851

(continua)

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2012					
Homens					
Taxa de ocupação	88,7	93,9	80,5	87,1	89,1
Taxa de desemprego aberto	11,3	6,1	19,5	12,9	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Taxa de ocupação	84,9	91,9	76,2	87,8	85,1
Taxa de desemprego aberto	15,1	8,1	23,8	12,2	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total					
Taxa de ocupação	86,3	93,4	78,7	87,4	87,3
Taxa de desemprego aberto	13,7	6,6	21,3	12,6	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	30.967	18.934	16.686	10.366	76.953

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos conforme metodologia da PNAD contínua.

Os dados mostram maior proporção de pessoas ocupadas tanto para homens como para mulheres nos conjuntos habitacionais mais recentes em relação aos mais antigos. Isto ocorre para todas as posições no domicílio, exceto para os filhos. Entre os filhos predominam os que são estudantes, que estariam no ensino médio ou na universidade. Contudo, observa-se também que a condição de indivíduo que nem estuda nem trabalha é maior entre os que estão na posição de filhos, com proporções similares tanto para homens como mulheres.

A PNAD indicava uma taxa de desemprego (desocupação) aberto de 8% em 2008 e de 6,5% em 2012 no Brasil. É um nível relativamente baixo de desemprego, associado à recuperação da economia brasileira a partir de 2004 (MORETTO; PRONI, 2012; IPEA, 2013). Considerando todos os moradores dos conjuntos habitacionais da CDHU, em 2008 a taxa de desemprego aberto alcançou 13,4% em 2008 e 12,7% em 2012, confirmando um persistente nível de desocupação. Entre as mulheres observa-se níveis mais elevados de desemprego, especialmente para as chefes, tanto em 2008 quanto em 2012 (Tabela 4.18).

Tudo isto mostra que a inserção precária no mercado de trabalho é claramente um traço específico da população residente na CDHU e que, por conseguinte, tem impacto direto sobre os níveis de rendimento domiciliar, impedindo uma melhoria consistente na distribuição de renda.

Tabela 4.19
Distribuição das pessoas ocupadas, por sexo (em %)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Ocupação	2008			2012		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Servidor Público	4,6	6,5	5,4	3,2	4,7	3,9
Emprego com registro	60,2	54,1	57,6	63,3	59,4	61,5
Emprego sem registro	12,1	17,8	14,6	10,4	14,5	12,3
Autônomo	14,6	10,6	12,9	17,4	14,0	15,8
Trabalho precário ("bicos")	8,6	10,9	9,6	5,8	7,3	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos.

A Pesquisa Habitacional não permite descrever quais são os empregos com ou sem registro, mas pode-se supor que a maior presença de empregos sem registro e de trabalho precário entre as mulheres esteja relacionado com a ocupação de empregadas domésticas e de diaristas (Tabela 4.19). Já a maior frequência de mulheres como servidoras públicas parece estar relacionada com a presença feminina no ensino público e em serviços de saúde pública em ocupações com baixo nível de remuneração (VIANNA, 2002; FUNDAÇÃO SEADE, 2016).

Tabela 4.20

Proporção da população em idade ativa (14 anos ou mais) com ensino médio completo, segundo condição no domicílio e sexo

Estado de São Paulo – 2008/2012

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2008					
Homens					
Sem ensino médio completo	65,8	71,9	66,0	74,4	72,7
Com ensino médio completo	34,2	28,1	34,0	25,6	27,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Sem ensino médio completo	67,2	65,8	58,7	73,2	63,6
Com ensino médio completo	32,8	34,2	41,3	26,8	36,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total					
Sem ensino médio completo	66,7	69,7	62,7	73,7	69,0
Com ensino médio completo	33,3	30,3	37,3	26,3	31,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais parentes	Total
2012					
Homens					
Sem ensino médio completo	61,1	67,3	70,9	73,2	67,3
Com ensino médio completo	38,9	32,7	29,1	26,8	32,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Sem ensino médio completo	62,2	58,7	62,0	71,1	62,8
Com ensino médio completo	37,8	41,3	38,0	28,9	37,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total					
Sem ensino médio completo	61,9	64,3	66,8	72,0	64,9
Com ensino médio completo	38,1	35,7	33,2	28,0	35,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos.

A análise da população em idade ativa indica um avanço no nível de formalização (empregos com registro) entre todos os moradores dos conjuntos habitacionais da CDHU, em consonância com o que ocorreu no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2004 (Tabela 4.19). Juntamente com a maior formalização no mercado de trabalho, note-se também certa melhoria no nível de escolaridade entre os moradores (Tabela 4.20). Revela-se que há uma proporção maior de mulheres com ensino médio completo do que de homens. Enquanto entre os chefes homens e mulheres as proporções de pessoas com ensino médio completo sejam semelhantes, há um nível significativamente maior de mulheres cônjuges com esse nível de escolaridade em relação aos homens cônjuges.

Os arranjos domésticos podem facilitar ou dificultar a inserção no mercado de trabalho, seja pelas características de sua composição, seja pela menor capacidade de geração de renda de seus membros (BILAC, 1978; MONTALI; TAVARES, 2008). A seguir, a fim de verificar a inserção do arranjo doméstico no mercado de trabalho, considera-se especificamente a condição ocupacional das pessoas de referência dos arranjos domésticos mais frequentes nos conjuntos habitacionais antigos e recentes. Esta análise mostra relações entre mercado de trabalho, responsabilidade domiciliar (feminina ou masculina) e a etapa do ciclo de vida familiar (Tabelas 4.21, 4.22, 4.23 e 4.24).

Em 2012, os arranjos biparentais isolados com chefia feminina em fase de expansão são os mais frequentes entre todos os arranjos domésticos. Além disso, a taxa de inatividade das mulheres chefes desses arranjos biparentais jovens chega a ser três vezes mais elevada que a das mulheres chefes de arranjos monoparentais. Assim, as pessoas de referência dos arranjos pobres mais jovens têm de enfrentar o desafio de articular a inserção no mercado de trabalho com o cuidado dos filhos. Conforme discute a literatura (BILAC, 2014), quando não podem delegar o trabalho doméstico, seja nas creches e escolas públicas, seja com outros parentes, as mulheres chefes têm de assumir as tarefas de cuidado, em particular o cuidado dos filhos.

Dificuldades relevantes também se dão entre as mulheres responsáveis por arranjos monoparentais isolados. A necessidade de ter uma fonte de rendimento para o cuidado dos filhos e a manutenção do pagamento do financiamento faz com que uma das maiores taxas de trabalho precário ocorra nos arranjos monoparentais com pessoa de referência de 35 a 49 anos.

Diversamente, os menores níveis de taxa de desemprego são observados para os homens chefes dos arranjos biparentais e as mulheres chefes com 50 anos ou mais. Por um lado, os homens que são chefes em arranjos biparentais têm um elevado nível de ocupação relativamente ao das mulheres. Por outro lado, as mulheres responsáveis pelos arranjos unipessoais femininos, bem como de arranjos em fase de dispersão, registram uma elevada proporção de pensionistas e aposentados em relação aos demais tipos de arranjos.

Tabela 4.21

**Distribuição das pessoas de referência do domicílio segundo condição ocupacional, por responsabilidade e faixa etária
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008**

Arranjo doméstico	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	43,1	6,3	6,9	1,6	0,1	41,4	0,7	100,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	40,2	4,7	8,3	0,3	0,3	45,8	0,5	100,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - De 35 a 49 anos	80,5	5,0	8,4	3,9	0,0	0,4	1,7	100,0
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	63,8	10,1	10,2	5,9	0,0	8,5	1,4	100,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	85,0	4,3	8,2	0,8	0,0	0,6	1,0	100,0
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	29,3	6,3	4,5	44,5	0,0	13,7	1,7	100,0
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	63,9	4,4	20,1	0,8	8,1	0,3	2,4	100,0
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	46,1	3,0	20,0	0,4	15,4	11,7	3,4	100,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	22,0	5,3	4,1	17,7	0,0	49,7	1,1	100,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - 50 ou mais anos	47,7	6,4	7,9	34,5	0,0	0,6	3,0	100,0
Subtotal	51,8	5,8	9,0	7,1	1,4	23,6	1,3	100,0
Demais arranjos	46,9	5,7	8,5	20,0	0,4	16,9	1,7	100,0
Total	49,8	5,8	8,8	12,4	0,9	20,9	1,5	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Tabela 4.22

Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade da pessoa de referência do domicílio, por responsabilidade e faixa etária

Estado de São Paulo – 2008

Arranjo doméstico	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Proporção de pessoas com ensino médio completo (%)	Participação no total de arranjos domésticos (%)
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	87,8	12,2	56,2	43,8	27,8	13,6
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	84,4	15,6	53,2	46,8	46,2	11,7
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - De 35 a 49 anos	91,1	8,9	93,9	6,1	31,0	7,3
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	87,9	12,1	84,1	15,9	32,7	6,6
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	91,6	8,4	97,5	2,5	49,4	3,9
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	88,8	11,2	40,0	60,0	12,4	3,8
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	77,3	22,7	88,4	11,6	59,2	3,3
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	71,0	29,0	69,1	30,9	70,8	3,2
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	86,9	13,1	31,5	68,5	10,5	3,1

(continua)

Arranjo doméstico	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Proporção de pessoas com ensino médio completo (%)	Participação no total de arranjos domésticos (%)
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - 50 ou mais anos	87,2	12,8	62,0	38,0	12,9	3,0
Subtotal	86,5	13,5	66,5	33,5	35,2	59,4
Demais arranjos	86,2	13,8	61,1	38,9	30,4	40,6
Total	86,4	13,6	64,3	35,7	33,3	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Tabela 4.23

Distribuição das pessoas de referência do domicílio segundo condição ocupacional, por responsabilidade e faixa etária
ESTADO DE SÃO PAULO – 2012

Arranjo doméstico	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total
Arranjo biparental - Feminino - Até 34 anos	44,0	3,5	8,9	0,4	0,4	42,7	0,1	100,0
Arranjo biparental - Feminino - De 35 a 49 anos	46,7	5,3	8,6	1,4	0,1	37,0	0,9	100,0
Arranjo monoparental - Feminino - De 35 a 49 anos	71,4	5,8	9,1	4,5	0,0	8,2	1,0	100,0
Arranjo biparental - Masculino - De 35 a 49 anos	84,3	3,0	7,2	4,0	0,0	0,3	1,3	100,0
Arranjo biparental - Masculino - Até 34 anos	87,6	2,0	8,6	0,5	0,1	0,4	0,7	100,0
Arranjo monoparental - Feminino - 50 ou mais anos	36,9	3,6	5,3	39,3	0,0	13,2	1,7	100,0
Arranjo monoparental - Feminino - Até 34 anos	68,0	5,0	13,0	2,0	0,1	11,4	0,6	100,0
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Masculino - Até 34 anos	62,5	3,0	22,1	1,5	9,3	0,3	1,5	100,0
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Feminino - Até 34 anos	48,5	2,4	20,9	0,4	17,0	8,9	1,9	100,0
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	27,3	3,2	2,7	58,9	0,0	6,1	1,9	100,0
Subtotal	56,7	4,0	9,7	6,9	1,5	20,3	0,9	100,0
Demais arranjos	50,8	3,9	8,6	17,5	0,6	17,2	1,5	100,0
Total	54,3	4,0	9,2	11,2	1,1	19,0	1,2	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Tabela 4.24**Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade da pessoa de referência do domicílio, por responsabilidade e faixa etária****Estado de São Paulo – 2012**

Arranjo doméstico	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Proporção de pessoas com ensino médio completo (%)	Participação no total de arranjos domésticos (%)
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	84,3	15,7	56,4	43,6	52,8	13,0
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	85,9	14,1	60,6	39,4	31,6	12,1
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	89,5	10,5	86,3	13,7	36,8	6,8
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - De 35 a 49 anos	92,4	7,6	94,4	5,6	36,0	6,4
Arranjo biparental - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	91,2	8,8	98,3	1,7	52,3	4,3
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	88,4	11,6	45,7	54,3	15,2	3,9
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	84,8	15,2	85,9	14,1	49,2	3,7
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Masculina - Até 34 anos	74,8	25,2	87,5	12,5	56,2	3,3
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	70,8	29,2	71,8	28,2	67,8	3,0

(continua)

Arranjo doméstico	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Proporção de pessoas com ensino médio completo (%)	Participação no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	91,9	8,1	33,1	66,9	13,4	2,7
Subtotal	86,2	13,8	70,4	29,6	41,2	59,2
Demais arranjos	86,5	13,5	63,3	36,7	33,6	40,8
Total	86,3	13,7	67,5	32,5	38,1	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Por um lado, a posse de um domicílio por si só não garante uma melhor inserção no mercado de trabalho e, por consequência, uma maior quantia de rendimento domiciliar. Por outro lado, para o entendimento das elevadas frequências de mulheres chefes dos arranjos biparentais nos estágios de expansão e consolidação dedicadas unicamente ao trabalho doméstico, coloca-se a questão do cuidado das crianças como elemento central no debate sobre a formulação das políticas públicas voltadas ao bem-estar das famílias.

Conforme aponta a literatura (BILAC, 2014; BARTHOLO, 2009), o sistema brasileiro de *welfare* traz uma série de dificuldades para a articulação entre trabalho e família. Ainda parece haver nas camadas sociais atendidas pela CDHU uma forte presença do modelo do provedor único e masculino da família, mesmo com a queda nos níveis de fecundidade e, o que é o mais importante, a maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho. O Estado brasileiro de bem-estar possui programas governamentais de educação infantil e uma regulação da licença maternidade e paternidade que não se concatenam e acabam deixando a responsabilidade pela reprodução cotidiana e geracional quase totalmente a cargo das mulheres (BILAC, 2014).

No caso dos arranjos monoparentais femininos, ainda que suas pessoas de referência tenham maior taxa de participação no mercado de trabalho em relação aos arranjos biparentais, supõe-se que a sua inserção se dá em ocupações informais e com baixo nível de rendimento, tais como as ocupações de diarista e de vendedores no pequeno comércio urbano.

Assim, a condição ocupacional impacta o bem-estar dos arranjos domésticos das camadas populares. A elevada inadimplência registrada pela CDHU entre os moradores dos conjuntos habitacionais mostra que o modelo de financiamento – mesmo com subsídio social – tende a causar constrangimentos às famílias mais pobres. Muitas destas famílias, sem condições de pagar regularmente as mensalidades, já que seus membros não têm trabalho assalariado ou só vivem de bicos, podem alugar e/ou vender a unidade habitacional formalmente ou via contrato de gaveta – para famílias menos pobres – e retornar para uma condição habitacional precária.

4.3 Arranjos domésticos e pobreza nas regiões metropolitanas

Em 2006 as regiões metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e de Campinas apresentavam os mais elevados contingentes de população de baixa renda com necessidades habitacionais no estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). Somente a região metropolitana de São Paulo concentrava 67% dos domicílios inadequados e 48% dos domicílios deficitários do Estado de acordo com a Pesquisa de Condições de Vida realizada em 2006 (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). Neste contexto, cabe discutir as características da oferta de unidades habitacionais realizada pela CDHU nas regiões metropolitanas paulistas.

Conforme a Pesquisa Habitacional de 2008, as regiões com maiores índices de unidades habitacionais com rendimento nulo ou inferior a um salário mínimo – em termos de renda domiciliar total – são, em primeiro lugar, a região metropolitana da Baixada Santista e, em segundo, a região metropolitana de São Paulo. Esta região concentra quase metade das unidades habitacionais ofertadas em programas de demanda específica para famílias com rendimento inferior a um salário mínimo (Tabela 4.25). Esta situação parece refletir o redirecionamento de programas habitacionais para territórios metropolitanos na década de 2000, após um longo período de ações concentradas em pequenos e médios municípios do interior do Estado.

Tabela 4.25

**Distribuição dos domicílios, segundo faixas de renda domiciliar total, por regiões metropolitanas
Estado de São Paulo – 2008**

Demanda - faixas de rendimento em salário mínimo (SM)	Interior	Região metropolitana da Baixada Santista	Região metropolitana de Campinas	Região metropolitana de São Paulo	Total
Frequência absoluta					
Rendimento nulo ou inferior a um SM	15.835	838	1.367	14.266	32.306
Demanda geral - De um a dez SM	148.549	4.231	11.133	68.334	232.247
Total	164.384	5.069	12.500	82.600	264.553
Frequência relativa (%)					
Rendimento nulo ou inferior a um SM	9,6	16,5	10,9	17,3	12,2
Demanda geral - De um a dez SM	90,4	83,5	89,1	82,7	87,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

A concentração de população de baixa renda nos conjuntos habitacionais em território metropolitano associa-se primeiramente à dinâmica do mercado de trabalho. Observa-se que o fenômeno do desemprego é relativamente mais intenso nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista em comparação com as demais regiões. Nota-se que a taxa de desemprego é significativamente maior entre as mulheres (Tabela 4.26). Este maior nível de desemprego confirma a gravidade da pobreza em áreas metropolitanas descrita por Rocha (2013) e explica em parte o menor nível de renda observado para as mulheres conforme os dados de rendimento dos membros dos arranjos domésticos.

Tabela 4.26

Composição da população em idade ativa (14 anos ou mais), taxa de desemprego e de inatividade (em %) por regiões do Estado de São Paulo

Estado de São Paulo – 2008

Condição ocupacional	Interior	Região metropolitana da Baixada Santista	Região metropolitana de Campinas	Região metropolitana de São Paulo	Total
Ocupados	258.783	6.807	19.997	121.505	407.092
Desempregados	35.187	1.439	3.168	23.350	63.144
Pensionistas	9.649	296	687	3.471	14.103
Aposentados	36.312	829	2.166	11.745	51.052
Estudantes	53.503	1.614	3.509	25.307	83.933
Somente trabalho doméstico	65.925	1.641	3.904	24.059	95.529
PIA	459.359	12.626	33.431	209.437	714.853
PEA	293.970	8.246	23.165	144.855	470.236
Inativos	165.389	4.380	10.266	64.582	244.617
Taxa de inatividade (%)	36,0	34,7	30,7	30,8	34,2
Homens	22,1	23,7	19,5	19,7	21,3
Mulheres	48,6	43,5	40,3	39,7	45,4
Taxa de desemprego (%)	12,0	17,5	13,7	16,1	13,4
Homens	10,7	14,5	12,7	14,7	12,0
Mulheres	13,7	20,6	14,8	17,7	15,2
Proporção de pessoas com ensino médio completo (%)	28,9	37,3	33,9	39,9	31,0
Homens	27,7	35,5	32,9	38,1	27,3
Mulheres	30,1	38,8	34,7	41,4	36,4

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: PIA com idade igual ou superior a 14 anos.

Outros fatores também ajudam a compreender a maior proporção de população de baixa renda nos conjuntos habitacionais em território metropolitano. A localização dos conjuntos habitacionais nas periferias metropolitanas encarece os custos da mobilidade urbana e restringe as oportunidades de inserção dos moradores no mercado de trabalho e, por conseguinte, as fontes de renda domiciliar (CARDOSO, 2013). Ademais, conforme Denizo (2007), a ausência de políticas sociais e habitacionais mais articuladas faz com que o acesso a uma moradia para a população pobre não necessariamente garanta a superação de sua dependência do poder público e a maior autonomia dos membros dos arranjos domésticos. Nesse sentido, a falta de uma rede pública ampla de creches e pré-escolas no país atinge muitas das famílias com crianças e dificulta a inserção de mulheres chefes ou cônjuges dessas famílias no mercado de trabalho (BARTHOLO, 2009).

Tabela 4.27

Rendimento domiciliar *per capita*, segundo tipos de arranjo doméstico (em %) por regiões do Estado de São Paulo Estado de São Paulo – 2008

Arranjo doméstico	Interior	Região metropolitana da Baixada Santista	Região metropolitana de Campinas	Região metropolitana de São Paulo	Total
Arranjo biparental	265,63	239,14	316,01	249,99	262,93
Arranjo monoparental	223,32	192,54	268,13	223,37	224,74
Casal sem filhos	451,70	473,27	560,43	497,72	468,93
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	242,91	217,59	275,32	214,70	236,95
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	208,48	177,86	225,23	190,82	202,77
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	323,72	292,59	374,33	313,89	322,90
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	328,56	304,52	338,67	290,33	316,07
Unipessoal	552,45	610,29	620,57	582,48	565,42
Total	277,50	255,10	316,36	260,68	273,87

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Em termos da composição doméstica, observa-se na região metropolitana de São Paulo que, em 2008, cerca de 60% dos arranjos domésticos são arranjos com prole isolados. Contudo, nota-se algumas discrepâncias em termos da demanda geral e específica pela unidade habitacional (Tabela 4.28). A participação dos arranjos monoparentais isolados é maior entre os domicílios de demanda específica (com famílias de baixíssima renda) do que entre os domicílios de demanda geral. Já o peso dos arranjos biparentais, bem como de casais sem filhos, é maior nos domicílios de demanda geral em comparação com os domicílios de demanda específica.

Tabela 4.28

**Distribuição dos arranjos domésticos, por forma de demanda de unidade habitacional
Região metropolitana de São Paulo – 2008**

Arranjo doméstico	Geral	Específica	Total
Arranjo biparental	42,3	32,7	40,6
Arranjo monoparental	14,8	26,2	16,7
Casal sem filhos	9,5	7,4	9,1
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	7,5	4,8	7,1
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	7,6	8,2	7,7
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,3	1,5	2,2
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	10,3	10,7	10,4
Unipessoal	5,7	8,3	6,1
Total (nº absoluto)	68.331	14.265	82.596
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Devido à relevância política dada pelo Plano Plurianual 2004-2007 aos programas de habitação popular na região metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 2003), pode-se considerar a composição dos arranjos domésticos nessa região levando em conta dois subperíodos: domicílios ocupados antes de 2004 e a partir desse ano (Tabela 4.29). Há uma maior participação dos arranjos biparentais e, com mais intensidade, dos casais sem filhos que ocuparam os conjuntos habitacionais no período 2004-2008 em comparação com os que ocuparam os conjuntos no período 1985-2003. Mais ainda, aumenta também a massa de rendimento apropriada por ambos os tipos de arranjos, sendo que esse aumento é maior para os casais sem filhos. Enquanto os casais sem filhos se apropriavam de 6,8% da renda total no período 1985-2008, tal indicador se ampliou para 13,6% no período de ocupação mais recente. Já a diminuição do peso dos arranjos monoparentais se deve à redução entre os domicílios de demanda geral, já que não houve mudanças de frequência relativa nos domicílios de baixa renda.

A fim de avaliar o índice real de apropriação de rendimento, desconsiderando o mero efeito quantitativo da maior ou menor presença de um tipo de arranjo, mede-se a razão entre a massa de rendimento apropriado e a participação do arranjo doméstico no total das unidades habitacionais (Tabela 4.29).

De modo geral, os arranjos ampliados possuem um nível de riqueza relativamente maior do que os isolados. Ocorre uma clara expansão da razão A/B dos casais sem filhos, que se tornaram relativamente mais ricos no período 2004-2008 em comparação com o período 1985-2003. Ao mesmo tempo, verifica-se uma queda na razão A/B dos arranjos monoparentais isolados no período mais recente na RMSP, indicando que tais arranjos do período 2004-2008 são relativamente mais pobres que os do período 1985-2003. Vale lembrar que isto ocorre no contexto da expansão das ações do Estado voltadas para as famílias de baixa renda com necessidades habitacionais.

Os casais sem filhos são significativamente mais frequentes em 2004-2008 do que no período anterior, tanto para as UH de demanda geral como para as de demanda específica. Este comportamento parece estar associado com o ciclo de vida familiar. Além disso, os casais sem filhos da RMSP são relativamente mais ricos do que os arranjos biparentais. Como foi discutido, a presença de prole (principalmente crianças) causa um impacto sobre o nível de rendimento *per capita* (COSTA *et al.*, 2005)

Tabela 4.29

**Distribuição dos domicílios por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada
Região metropolitana de São Paulo – Períodos 1985-2003 e 2004-2008**

Arranjo doméstico	Massa de rendimento apropriada por grupo de arranjos domiciliares (%) (A)		Distribuição de unidades habitacionais (%) (B)		Índices relativos (A/B)	
	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008
Arranjo biparental	42,2	46,5	38,2	44,3	1,10	1,05
Arranjo monoparental	13,1	10,5	18,0	15,6	0,72	0,67
Casal sem filhos	6,8	13,6	6,8	11,9	1,00	1,15
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	10,3	7,3	7,9	5,8	1,30	1,26
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	9,0	5,5	9,3	5,7	0,97	0,96
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,3	3,1	2,0	2,4	1,20	1,30
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	12,6	9,3	11,6	8,4	1,09	1,11
Unipessoal	3,7	4,2	6,1	6,0	0,60	0,69
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Edição 2008. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Tabela 4.30

Distribuição dos domicílios, segundo arranjos domésticos, por forma de demanda de unidade habitacional Região metropolitana de Campinas – 2008

Arranjo doméstico	Geral	Específica	Total
Arranjo biparental	43,1	32,4	41,9
Arranjo monoparental	13,1	26,8	14,6
Casal sem filhos	10,1	7,4	9,8
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	10,2	4,5	9,6
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	7,6	8,9	7,7
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,7	1,1	2,5
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	8,6	10,5	8,8
Unipessoal	4,7	8,3	5,1
Total (nº absoluto)	11.132	1.367	12.499
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Assim, quando se observa as frequências dos arranjos domésticos na RMSP, nota-se para o período 2004-2008 uma maior participação de arranjos biparentais e dos casais sem filhos em relação ao período mais antigo. Surpreendentemente, ocorre uma queda do peso dos arranjos monoparentais isolados no total das unidades habitacionais, o que não seria esperado dado o menor índice de riqueza destes arranjos domésticos e a expansão dos programas habitacionais estaduais para uma população em situação de extrema pobreza na década de 2000. Neste caso, é possível que o efeito do avanço da especulação imobiliária tenha sido maior do que o do crescimento da oferta de unidades habitacionais para a população extremamente pobre.

Tabela 4.31

Distribuição dos domicílios, por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada Região metropolitana de Campinas – Períodos 1985-2003 e 2004-2008

Arranjo doméstico	Massa de rendimento apropriada por grupo de arranjos domiciliares (%) (A)		Distribuição de unidades habitacionais (%) (B)		Índices relativos (A/B)	
	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008
Arranjo biparental	46,0	46,1	42,3	42,9	1,09	1,07
Arranjo monoparental	9,9	9,3	14,5	14,8	0,68	0,63
Casal sem filhos	6,0	14,8	7,1	13,1	0,85	1,13
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	15,0	9,6	11,1	7,1	1,35	1,34
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	8,2	5,5	9,0	5,8	0,92	0,94
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	3,1	3,1	2,4	2,6	1,27	1,21
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	9,9	7,5	9,5	7,2	1,04	1,04
Unipessoal	1,9	4,1	4,2	6,4	0,46	0,64
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Tabela 4.32

Distribuição dos domicílios, segundo arranjos domésticos, por forma de demanda de unidade habitacional Região metropolitana da Baixada Santista – 2008

Arranjo doméstico	Geral	Específica	Total
Arranjo biparental	39,9	29,0	38,1
Arranjo monoparental	12,8	32,3	16,0
Casal sem filhos	11,4	5,4	10,4
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	7,5	3,9	6,9
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	7,5	8,7	7,7
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,7	1,7	2,5
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	10,9	9,8	10,7
Unipessoal	7,4	9,2	7,7
Total (nº absoluto)	4.231	838	5.069
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

De modo similar ao observado na RMSP, os arranjos domésticos mais frequentes na região metropolitana da Baixada Santista são os biparentais e os monoparentais isolados. No entanto, é menor a frequência de casais sem filhos em comparação com o observado na RMSP.

No período mais recente, diferentemente da RMSP, houve mudanças nas estruturas familiares das UH de demanda geral, com o avanço da participação dos arranjos biparentais e dos casais sem filhos. Nesta região, houve uma perda de participação para os arranjos biparentais e monoparentais ampliados tanto nas UH de demanda geral como de demanda específica.

No entanto, assim como ocorrera na RMSP, os arranjos monoparentais isolados e ampliados perderam espaço no total das UH e também se apropriaram menos da massa de rendimento no período de ocupação mais recente (Tabela 4.33). Aqui também se pode discutir se o processo de valorização imobiliária na década de 2000 teria favorecido tais mudanças nos arranjos domésticos.

Tabela 4.33

**Distribuição dos domicílios, por tipo de arranjo doméstico, segundo massa de rendimento apropriada
Região metropolitana da Baixada Santista – Períodos 1985-2003 e 2004-2008**

Arranjo doméstico	Massa de rendimento apropriada por grupo de arranjos domiciliares (%) (A)		Distribuição de unidades habitacionais (%) (B)		Índices relativos (A/B)	
	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008	1985-2003	2004-2008
Arranjo biparental	38,0	43,3	35,4	40,9	1,07	1,06
Arranjo monoparental	11,1	9,5	16,5	15,6	0,67	0,61
Casal sem filhos	9,9	13,2	9,7	11,5	1,02	1,15
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	10,5	8,0	7,7	5,9	1,37	1,37
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	8,5	6,6	8,5	7,1	1,00	0,93
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,8	3,1	2,4	2,6	1,14	1,21
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	13,9	10,5	12,2	8,6	1,14	1,22
Unipessoal	5,3	5,3	7,5	7,4	0,70	0,71
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

O quadro observado na região metropolitana de Campinas afasta-se parcialmente do que foi visto nas outras regiões metropolitanas. Quase não se altera a participação dos arranjos biparentais e monoparentais isolados no total de domicílios, assim como a massa de rendimento apropriada por esses arranjos domésticos. Já os casais sem filhos ampliam a sua participação em termos de domicílios e o índice A/B aponta uma melhoria no nível de rendimento desse tipo de arranjo doméstico. Este crescimento na participação dos casais sem filhos é acompanhado pela redução da proporção de arranjos biparentais e monoparentais ampliados. O avanço dos casais sem filhos se dá principalmente para a faixa etária mais jovem das pessoas de referência das unidades habitacionais, o que pode estar associado tanto ao ciclo de vida familiar como à aquisição da moradia por famílias menos pobres.

Pode-se dizer que a maior presença de casais sem filhos e de domicílios unipessoais ocorre a partir do período 2004-2008. Com maior intensidade nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, o crescimento dos casais sem filhos é acompanhado pelo aumento no índice relativo de apropriação de renda, mas isto não ocorre nos domicílios unipessoais. Ao mesmo tempo, há uma redução no índice relativo de apropriação de renda para os arranjos monoparentais no Estado.

A análise do impacto do processo de valorização imobiliária sobre os arranjos domésticos predominantes na população residente na CDHU, em termos de nível de renda domiciliar e de inserção no mercado de trabalho, bem como as variações existentes entre as regiões metropolitanas, exige o conhecimento das formas de aquisição e posse da moradia das unidades habitacionais, o que será discutido no próximo capítulo.

Capítulo 5

DIMENSÃO HABITACIONAL: ARRANJOS DOMÉSTICOS E MUDANÇAS NAS FORMAS DE POSSE E APROPRIAÇÃO DA MORADIA

5.1 Introdução

O crescimento do mercado imobiliário brasileiro na década de 2000 fez com que fossem criadas novas frentes de expansão urbana em áreas até então pouco valorizadas pelo mercado, tais como as áreas de esvaziamento industrial e áreas periféricas das metrópoles (CARDOSO, 2013). Em 2004, mudanças institucionais na regulamentação do mercado imobiliário desencadearam a capitalização das incorporadoras e construtoras, com a consequente aceleração do crescimento do crédito imobiliário (WISSENBACH, 2008). Por conseguinte, houve uma expansão da produção imobiliária residencial nessa década, principalmente para classes com elevado nível de renda (WISSENBACH, 2008).

O forte ritmo de crescimento da economia brasileira reforçou a demanda por moradia em todas as classes sociais nos anos 2000. Wissenbach (2008) mostra que em 2004 teve início um novo período de especulação imobiliária no município de São Paulo. A literatura mostra que este processo foi parcialmente impactado pela crise econômica em 2009, tendo continuado até meados de 2014, quando foi interrompido pela mais recente crise econômica.

As áreas periféricas também foram objeto de um processo de valorização dos imóveis, conforme aponta Baltrusis (2005) e Moya (2010) para a cidade de São Paulo. Segundo Denizo (2007), a especulação imobiliária, existente em graus diversos nos conjuntos habitacionais da CDHU, é uma das consequências de um planejamento habitacional dirigido principalmente ao equacionamento do *deficit* sem uma adequada articulação a um conjunto de políticas sociais e urbanas. Não houve o mesmo volume de investimentos em outros produtos habitacionais, tais como ações de reurbanização e de melhorias habitacionais (ROYER, 2002; DENIZO, 2007).

A ênfase ao problema do *deficit* é recorrente nos relatórios da CDHU. Segundo o Plano Estadual de Habitação de São Paulo – PEH-SP 2011-2023, tanto a necessidade cada vez maior de atendimento ao *deficit* como o aumento de recursos direcionados para a política habitacional a partir de 1990 teriam imposto à CDHU “uma forma de produção condicionada a implementar a maior quantidade de unidades ao menor custo possível, não havendo lugar para uma discussão aprofundada sobre a concepção do projeto” (CDHU, 2012b, p. 118-119).

O mesmo documento reconhece a existência de deterioração precoce dos conjuntos habitacionais, decorrente da produção em massa de unidades habitacionais. Estes problemas são relacionados à padronização das edificações, necessária para poder multiplicar a produção habitacional com o menor custo possível. Em relação à qualidade dos projetos técnicos dos conjuntos, “os desafios começam pelos terrenos que, se no passado se caracterizavam pela falta de infraestrutura urbana e de atendimentos básicos como saneamento, educação, saúde e transporte, hoje passam a incorporar novas questões, como o enfrentamento de áreas com altas declividades e solos contaminados. A essa condição soma-se o alto custo do solo urbano e a escassez de terrenos nas Regiões Metropolitanas do Estado” (idem, p. 119).

Ainda segundo o PEH-SP 2011-2023, um outro problema decorrente da produção em massa de unidades habitacionais é o de que as famílias devem assumir gastos fixos mensais, tais como as contas de concessionárias (água, luz, gás) e de manutenção de áreas do condomínio, o que seria um desafio para a fixação das famílias de baixa renda originárias de áreas de risco (idem).

Um pressuposto dos programas de financiamento habitacional com subsídio social da CDHU é o de que as famílias pobres atendidas teriam uma melhoria no seu nível de renda domiciliar total a partir da ocupação da moradia (DENIZO, 2007). Contudo, tal melhoria não necessariamente ocorre ao longo do tempo. Ainda segundo a mesma autora, a inadimplência do pagamento do financiamento habitacional entre as famílias mais pobres, bem como de itens do orçamento doméstico indispensáveis como as contas de concessionárias, decorreria da persistente inserção precária no mercado de trabalho de seus membros e do baixo nível de renda domiciliar, levando a situações extremas de condições de vida em que vender ou alugar o imóvel torna-se uma última fonte de recursos monetários.

A fim de melhorar a qualidade técnica das edificações e a qualidade de vida dos moradores, o PEH-SP 2011-2023 afirma que, paulatinamente, os projetos têm apresentado melhorias relativas à administração do condomínio e ao desenvolvimento de novas tipologias dos edifícios, como as unidades de um, dois e três dormitórios, *playground* e quadras esportivas. No entanto, estas melhorias “valorizam o empreendimento e o tornam atraente para outras faixas de renda, o que resulta em mais um motivo para impedir a fixação de algumas famílias” (CDHU, 2012b, p. 120).

Nesse sentido, este capítulo apresenta uma discussão sobre as diferentes formas de posse e apropriação dos imóveis, bem como das relações da aquisição da moradia com o nível de rendimento e os momentos do ciclo de vida familiar que vivenciam os membros dos arranjos domésticos no estado de São Paulo.

Ademais, avalia-se como as mudanças na política estadual de habitação nos anos 2000, em que a CDHU ampliou ações de reassentamento de famílias oriundas de áreas de risco, favelas e cortiços, e na legislação referente à alienação de imóveis financiados tornaram mais intenso um processo de especulação imobiliária que teria impactado os diferentes tipos de arranjos domésticos.

5.2 Os arranjos domésticos e as formas de posse e apropriação de moradia na CDHU

A distribuição dos domicílios – ou seja, das unidades habitacionais ativas (UH) – conforme a classificação de posse e apropriação da moradia mostra que, em 2008, 60,9% das unidades habitacionais eram próprias e regularizadas junto à CDHU, 27,9% eram próprias adquiridas de terceiros (contrato de gaveta) e 11,1% são unidades classificadas como não próprias (Tabela 5.1).

Tabela 5.1

Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia (em %)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Forma de apropriação da moradia	2008	2012
Não próprio	11,1	8,8
Próprio - CDHU	60,9	75,2
Próprio - contrato de gaveta	27,9	16,0
Total (nº absoluto)	273.720	31.427
Total %	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Nota-se, em primeiro lugar, um avanço significativo dos domicílios próprios e regularizados pela CDHU em 2012, com menor nível de participação dos imóveis com contrato de gaveta e dos imóveis não próprios (Tabela 5.1). Contudo, este resultado precisa ser relativizado, pois ao se desagregar a análise levando em consideração os anos de mudanças na legislação sobre alienação de imóveis financiados, observa-se um quadro diferente.

Conforme discutido no capítulo 2, no final de 2006 pela primeira vez o Governo do Estado autorizou a venda dos imóveis financiados pela CDHU desde que o mutuário estivesse com o prazo mínimo de dois anos de assinatura do contrato de financiamento do imóvel, de acordo com a lei 12.276/2006. Isto abriu uma brecha para a regularização de imóveis adquiridos via contrato de gaveta a partir de 2007.

Enquanto as unidades habitacionais ativas regularizadas pela CDHU e ocupadas até 2006 representavam cerca de 70% do total de domicílios (Tabela 5.2), a proporção de unidades ocupadas em 2007 e 2008 e avaliadas como domicílios próprios e regularizados era de somente 20%. Mais de 45% das unidades ocupadas em 2007-2008 foram adquiridas via contrato de gaveta. Possivelmente, os compradores destas unidades contariam com a possibilidade futura da apropriação vir a ser regularizada, após os dois anos iniciais de financiamento. Por fim, a posse de um terço dos domicílios ocorreria via aluguel, cessão ou ocupação (não próprios). Nos conjuntos mais recentes também se identifica uma dinâmica muito semelhante. Isto revela a existência de um grau elevado de comercialização de imóveis nos conjuntos habitacionais da CDHU, favorecido pelas mudanças legais a partir de 2007.

Tabela 5.2 - Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia, por período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %)
Estado de São Paulo – 2008/2012

Forma de apropriação da moradia	Pesquisa Habitacional 2008		Pesquisa Habitacional 2012	
	Até 2006	2007-2008	2009-2010	2011-2012
Não Próprio	6,4	33,4	4,1	37,3
Próprio – CDHU	69,1	20,8	82,5	29,6
Próprio - contrato de gaveta	24,4	45,7	13,4	33,1
Total (nº absoluto)	210.483	41.781	24.406	3.944
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

A lei estadual nº 14.672/2011 reconheceu a existência desse processo de valorização imobiliária e alterou no final de 2011 o prazo mínimo de alienação de imóveis financiados de dois para dez anos a partir da assinatura do contrato, a fim de desestimular a prática excessiva dos contratos de gaveta. Contudo o efeito dessa lei parece ter sido limitado. Os resultados indicam que a lei estadual nº 14.672/2011 teria contribuído para o aumento da proporção de imóveis não próprios nos conjuntos habitacionais mais recentes, o que envolve principalmente alugueis. Apesar desta mudança legal, entre 2011 e 2012 um terço dos imóveis foi adquirido via contrato de gaveta.

Qual seria a estratificação econômica em cada forma de posse e apropriação do imóvel? Considera-se, primeiramente, a variação do nível de renda domiciliar *per capita* média para cada forma de apropriação da moradia. Os domicílios próprios e regularizados pela CDHU são aqueles com menor nível de rendimento domiciliar *per capita* médio em todos os períodos de ocupação em análise. Ao se comparar as rendas médias durante a vigência da lei 12.276/2006 (períodos 2007-2008 e 2009-2010), não há diferença significativa entre os valores médios dos domicílios não próprios em relação aos adquiridos via contrato de gaveta. Mas no período 2011-2012 há um aumento do valor médio da renda domiciliar *per capita* das unidades habitacionais não próprias em comparação com o valor médio dos domicílios adquiridos via contrato de gaveta. Isto se deve possivelmente à maior demanda por aluguéis após o aumento do prazo mínimo para alienação de imóveis financiados.

Tabela 5.3
Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia e renda domiciliar *per capita* média, por período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável
Estado de São Paulo – 2008/2012

Forma de apropriação da moradia	Conjuntos Habitacionais mais antigos (1985-2008)			Conjuntos Habitacionais mais recentes (2009-2012)			Variação	
	Período de ocupação da unidade habitacional	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Frequência (número de arranjos)	Período de ocupação da unidade habitacional	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Frequência (número de arranjos)	Nominal	Real
Não próprio	Até 2006	327,83	13.143	Até 2010	486,57	1.003		
	2007-2008	374,47	13.526	2011-2012	523,01	1.471		
	Total	351,49	26.669	Total	508,24	2.474	44,6	12,8
Próprio - CDHU	Até 2006	299,50	139.890	Até 2010	390,48	20.137		
	2007-2008	274,58	8.471	2011-2012	409,12	1.167		
	Total	298,08	148.361	Total	391,50	21.304	31,3	-0,5
Próprio - contrato de gaveta	Até 2006	344,06	49.955	Até 2010	480,00	3.266		
	2007-2008	369,98	18.736	2011-2012	510,44	1.306		
	Total	351,13	68.691	Total	488,69	4.572	39,2	7,4
Total	Até 2006	312,30	202.988	Até 2010	406,41	24.406		
	2007-2008	351,63	40.733	2011-2012	485,15	3.944		
	Total	318,88	243.721	Total	417,36	28.350	30,9	-0,9
Salário Mínimo		415,00			622,00		49,9	18,1

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Nota: Valores deflacionados conforme IPCA de janeiro de 2008.

Nota-se que a maior presença de arranjos de baixa renda que seriam de estratos pobres ou de trabalhadores ocorre entre os domicílios próprios e regularizados pela CDHU (Gráficos 5.1, 5.2 e 5.3). Em 2012, os imóveis na faixa de 3 a 10 salários mínimos perdem participação entre os domicílios próprios e regularizados pela CDHU e entre os adquiridos por contrato de gaveta. Contudo, ainda mantém seu peso nos domicílios não próprios. Isto também se observa ao se considerar os decis de renda domiciliar *per capita* para as unidades habitacionais de acordo com a forma de apropriação (Apêndice).

Em todos os grupos de domicílios ocorreu um aumento no nível de desigualdade distributiva em seu extremo inferior. O primeiro decil passou a ter um valor nulo no levantamento de 2012, justamente devido à expansão do atendimento a famílias em situação de risco. No entanto, a maior amplitude total de variação ocorre para os domicílios não próprios (Apêndice).

A análise do índice de Gini mostra que o indicador mantém-se nos mesmos patamares (Apêndice) em todas as formas de aquisição, exceto para os domicílios não próprios em 2012. Por um lado, o índice de Gini para os domicílios não próprios está indicando uma mudança nos segmentos intermediários desses domicílios. Por outro, a variação maior dos valores extremos dos quantis aponta para uma maior diversidade social.

Em termos da distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação (Tabela 5.4), verifica-se que os arranjos monoparentais isolados tornam-se mais frequentes nos domicílios próprios e regularizados pela CDHU nos conjuntos habitacionais mais recentes.

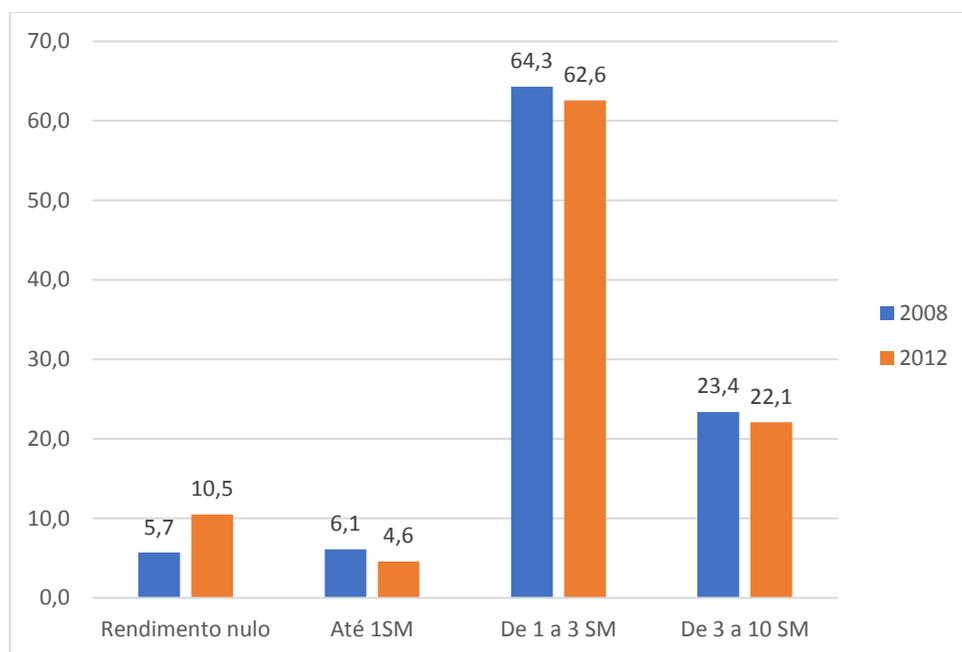
Em relação aos arranjos ampliados, constata-se que eram mais frequentes nos domicílios próprios e regularizados da CDHU em ambos os períodos pesquisados (Tabela 5.4). Tanto estes arranjos como os monoparentais têm uma menor renda domiciliar *per capita* média, como foi discutido no capítulo 4. A sua maior presença nos domicílios próprios e regularizados confirma a importância do parentesco entre os conjuntos habitacionais mais recentes, que possuem um volume maior de famílias com rendimento inferior a um salário mínimo.

Diversamente, os casais sem filhos eram mais frequentes nas unidades domiciliares adquiridas por contrato de gaveta e nas unidades não próprias até 2008 (Tabela 5.4). Isto muda nos conjuntos habitacionais mais recentes, em que o seu peso se torna maior nos domicílios não próprios, sendo que em média o seu nível de rendimento domiciliar *per capita* é mais elevado do que os arranjos com prole.

Gráfico 5.1

Distribuição das unidades habitacionais não próprias por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012

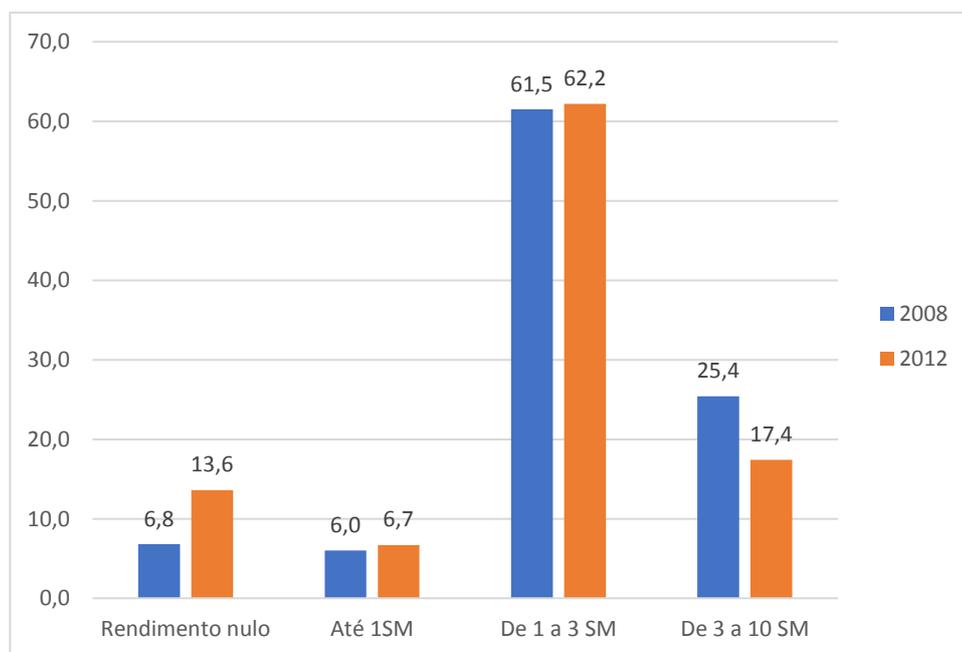


Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Gráfico 5.2

Distribuição das unidades habitacionais próprias e regularizadas CDHU por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012

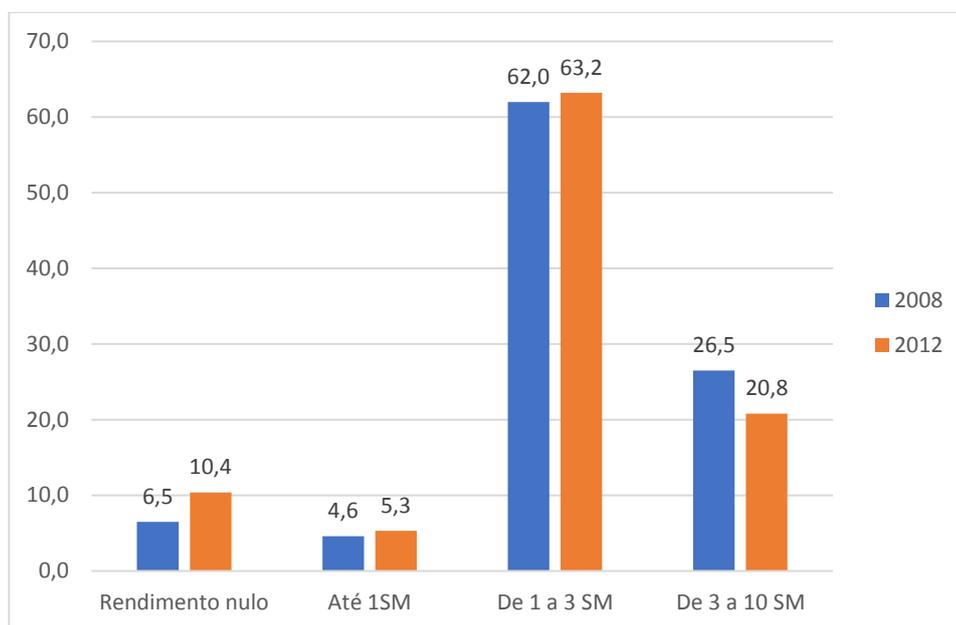


Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Gráfico 5.3

Distribuição das unidades habitacionais adquiridas por contrato de gaveta por faixas de rendimento total mensal segundo períodos de ocupação da unidade habitacional (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

As tabelas 5.5 e 5.6 mostram os resultados da desagregação dos domicílios por ano de ocupação da pessoa responsável pelo domicílio. Os anos de mudança legal (2007 e 2011) nas regras de alienação de imóveis são considerados na definição dos quatro subperíodos de análise.

Nota-se que, com a entrada em vigor da nº 12.276/2006, a participação de casais sem filhos entre os domicílios adquiridos por meio de contratos de gaveta e entre os domicílios não próprios torna-se maior a partir de 2007, sendo que o seu peso praticamente não muda nos domicílios próprios e regularizados pela CDHU.⁸ Como já foi observado no capítulo 4, estes arranjos têm elevada renda domiciliar *per capita* média. As pessoas responsáveis mais jovens (homens ou mulheres) neste tipo de arranjo possuem menor taxa de desemprego e maior nível de escolaridade em comparação com outros tipos de arranjos (Tabela 5.8).

Já os arranjos monoparentais mantêm o mesmo peso entre os domicílios próprios e regularizados junto à CDHU, assim como entre os domicílios com contrato de gaveta, antes e depois da mudança da lei estadual nº 12.276/2006. Contudo, estes arranjos perdem peso entre os não próprios no período 2007-2008 em comparação com os anos anteriores. Estes arranjos pobres com chefe jovem e filhos, com maior taxa de desemprego da pessoa responsável, parecem registrar maior nível de inadimplência nos financiamentos e enfrentar maiores dificuldades para pagar um aluguel.

⁸ Até 2006, existia uma regra que proibia que os imóveis financiados fossem alienados no curso do financiamento (SÃO PAULO, 2003. PROJETO DE LEI Nº 881/2003 Assembléia Legislativa).

Para os arranjos ampliados, descobre-se que os arranjos com chefe, filho e parentes perdem peso entre os domicílios não próprios em 2007-2009 em relação aos anos anteriores, sendo que quase não há variação para os arranjos biparentais com parentes e os arranjos com outros parentes e/ou não parentes em ambos os subperíodos. Contudo, há uma mudança nos subperíodos mais recentes. A proporção de arranjos ampliados diminui nos domicílios não próprios entre 2009-2010 e 2011-2012. Em contrapartida o seu peso aumenta nos domicílios próprios e regularizados na CDHU.

Tabela 5.4

Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012

Arranjo doméstico	2008				2012			
	Não próprio	Próprio - CDHU	Próprio - contrato de gaveta	Total	Não próprio	Próprio - CDHU	Próprio - contrato de gaveta	Total
Arranjo biparental	41,9	41,6	45,0	42,6	42,4	40,1	41,9	40,6
Arranjo monoparental	13,9	14,4	13,6	14,1	12,4	16,1	13,7	15,4
Casal sem filhos	13,7	8,4	13,5	10,4	15,8	10,1	13,9	11,2
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	5,4	9,5	5,9	8,0	4,6	7,5	5,7	6,9
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	5,1	8,0	5,2	6,9	4,8	6,9	5,7	6,6
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,3	2,5	2,2	2,4	2,6	2,9	2,7	2,8
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes (1)	8,2	10,7	7,3	9,5	7,4	10,2	6,4	9,4
Unipessoal	9,4	5,0	7,3	6,1	10,0	6,2	10,0	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	30.472	166.776	76.466	273.714	2.760	23.631	5.036	31.427

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

(1) A classificação dos arranjos domésticos pela Pesquisa Habitacional CDHU não permite identificar com exatidão a existência das “famílias conviventes” tal como no Censo e na PNAD.

Tabela 5.5

Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia e período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %) – Estado de São Paulo – 2008

Arranjo doméstico	Não próprio			Próprio - CDHU			Próprio - contrato de gaveta		
	Período de ocupação			Período de ocupação			Período de ocupação		
	Até 2006	2006-2008	Total	Até 2006	2006-2008	Total	Até 2006	2006-2008	Total
Arranjo biparental	40,3	44,1	42,2	41,9	44,2	42,0	46,3	42,8	45,3
Arranjo monoparental	17,3	10,8	14,0	14,5	14,7	14,5	13,7	13,3	13,6
Casal sem filhos	10,7	16,6	13,7	8,2	10,1	8,3	11,8	18,2	13,5
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	5,8	5,2	5,5	9,5	7,9	9,4	6,4	4,3	5,8
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	6,4	3,7	5,0	8,0	6,2	7,9	5,4	4,3	5,1
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,0	2,5	2,2	2,4	3,1	2,5	2,2	2,1	2,1
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes	8,3	8,0	8,1	10,5	9,7	10,5	7,3	6,7	7,2
Unipessoal	9,4	9,2	9,3	5,0	4,0	4,9	6,9	8,3	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	13.561	13.975	27.536	145.477	8.693	154.170	51.440	19.113	70.553

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Tabela 5.6

Distribuição dos arranjos domésticos por forma de apropriação da moradia e período de ocupação da unidade habitacional pela pessoa responsável (em %) – Estado de São Paulo – 2012

Arranjo doméstico	Não próprio			Próprio - CDHU			Próprio - contrato de gaveta		
	Período de ocupação			Período de ocupação			Período de ocupação		
	2009-2010	2011-2012	Total	2009-2010	2011-2012	Total	2009-2010	2011-2012	Total
Arranjo biparental	44,1	41,4	42,5	41,4	31,5	40,9	43,1	39,1	42,0
Arranjo monoparental	13,0	12,3	12,6	16,5	14,9	16,4	13,8	13,9	13,8
Casal sem filhos	11,6	19,1	16,0	9,8	10,7	9,9	13,1	15,5	13,8
Arranjo biparental com parentes e/ou não parentes	5,6	3,7	4,5	7,3	9,7	7,4	5,7	4,8	5,4
Arranjo monoparental com parentes e/ou não parentes	5,4	4,4	4,8	6,8	8,1	6,9	5,8	5,6	5,7
Casal sem filhos com parentes e/ou não parentes	2,5	2,9	2,7	2,6	6,8	2,8	2,6	2,8	2,7
Outros arranjos com parentes e/ou não parentes	7,5	6,7	7,0	9,6	12,4	9,7	6,2	6,3	6,2
Unipessoal	10,5	9,5	9,9	6,0	5,8	6,0	9,6	12,0	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	1.003	1.471	2.474	20.137	1.167	21.304	3.266	1.306	4.572

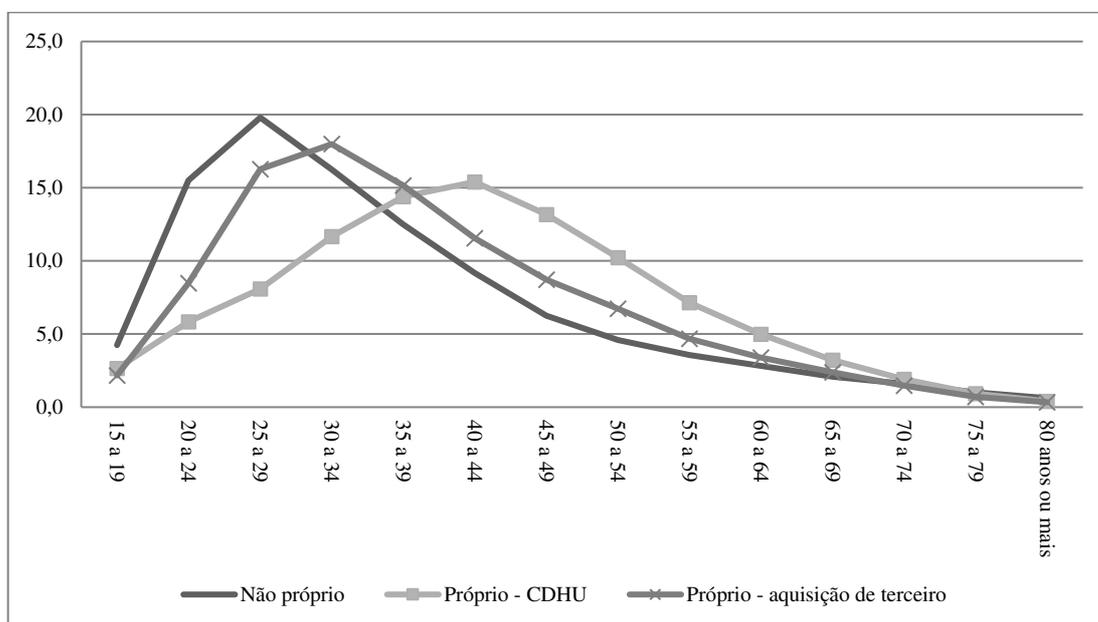
Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Em termos do ciclo de vida das famílias (Tabela 5.7), nota-se que, entre os domicílios não próprios, assim como naqueles adquiridos por meio de contrato de gaveta, há claramente um maior peso das famílias com pessoas de referência mais jovens, que estariam nas fases de início e expansão do ciclo de vida familiar, em comparação com os arranjos familiares em domicílios próprios já regularizados pela CDHU, que estariam predominantemente na fase de consolidação. Este comportamento pode ser observado pelo Gráfico 5.4.

Gráfico 5.4

Distribuição das pessoas de referência dos domicílios por forma de apropriação da moradia segundo faixa etária

Estado de São Paulo - 2008



Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Tabela 5.7

Distribuição dos domicílios segundo faixa etária da pessoa de referência e forma de apropriação da moradia (em %)

Estado de São Paulo – 2008/2012

Faixa etária	2008				2012			
	Não Próprio	Próprio - CDHU	Próprio - contrato de gaveta ou de terceiro	Total	Não Próprio	Próprio - CDHU	Próprio - contrato de gaveta ou de terceiro	Total
15-34 anos	55,8	27,7	42,3	34,9	58,2	36,9	37,8	38,9
35-49 anos	27,9	43,2	36,7	39,7	27,3	38,6	37,0	37,4
50-64 anos	11,0	22,7	15,9	19,5	10,7	18,9	18,3	18,1
65 anos ou mais	5,3	6,5	5,2	6,0	3,9	5,6	7,0	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Dados trabalhados pelo autor.

Considerando a distribuição dos principais arranjos domésticos nos períodos de ocupação 1985-2006 e 2007-2008, constata-se que, no período de ocupação mais antigo, os arranjos mais frequentes são, em primeiro lugar, os biparentais em fase de consolidação e, em segundo lugar, aqueles em fase de expansão com chefia feminina, totalizando um quarto do total de domicílios (Apêndice – Tabela 2). Ambos os tipos de arranjos possuíam pessoa de referência com elevada taxa de desemprego e de inatividade. Já no período de ocupação mais recente (2007-2008), inverte-se a ordem, mas ambos continuam com elevadas taxas de desemprego e de inatividade.

Nota-se que nos conjuntos habitacionais mais recentes, observa-se uma associação entre maior taxa de participação (com menor índice de trabalho doméstico exclusivo), menor nível de desemprego e maior proporção de ensino médio completo para as mulheres mais jovens responsáveis pelo domicílio, nos três principais tipos de arranjos domésticos (Tabela 5.8). Os arranjos de casais sem filhos com chefia feminina mais jovem possuem uma menor frequência de pessoas dedicadas a trabalho doméstico em comparação com os arranjos biparentais (Apêndice – Tabela 7). Por outro lado, o nível de ensino médio completo das mulheres com idade até 34 anos de casais sem filhos é significativamente maior que as dos outros dois tipos de arranjos domésticos, o que constitui um indicador da presença de uma classe média.

Tabela 5.8

Indicadores de mercado de trabalho e escolaridade das mulheres responsáveis pelos domicílios (em %)
Estado de São Paulo - 2012

Arranjo doméstico e faixa etária da pessoa responsável pelo domicílio	Taxa de participação	Taxa de desemprego aberto	Ensino médio completo
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	56,4	15,7	52,8
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	60,6	14,1	31,6
Arranjo biparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	38,2	12,7	15,1
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	85,9	15,2	49,2
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	86,3	10,5	36,8
Arranjo monoparental - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	45,7	11,6	15,2
Casal sem filhos - Responsabilidade Feminina - Até 34 anos	74,3	13,8	76,1
Casal sem filhos - Responsabilidade Feminina - De 35 a 49 anos	66,4	12,3	36,1
Casal sem filhos - Responsabilidade Feminina - 50 ou mais anos	32,5	8,9	12,6

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

De acordo com a Pesquisa Habitacional 2012, no período de vigência da lei 12.276/2006, entre os domicílios do período de ocupação 2009-2010 os arranjos biparentais em fase de expansão e consolidação com chefia feminina têm praticamente o mesmo nível de participação no total de arranjos domésticos (Apêndice – Tabela 6). A entrada em vigor da lei estadual nº 14.672/2011 levou a um novo perfil dos arranjos domésticos, em que a proporção de arranjos nucleares com chefia feminina em fase de expansão (17,1%) passa a ser o dobro da proporção de arranjos em fase de consolidação (8,0%) no total de arranjos domésticos do período de ocupação 2011-2012 (Apêndice – Tabela 8). O terceiro e o quarto grupos familiares mais frequentes são os arranjos biparentais com chefia masculina em fase de expansão e os arranjos monoparentais femininos em fase de consolidação, cada um deles com 5,6% do total de unidades domiciliares.

Isto mostra que, neste período mais recente, a restrição da venda de unidades habitacionais levou a uma maior proporção de domicílios próprios e regularizados na CDHU com arranjos familiares relativamente jovens, com chefia feminina e inserção precária da pessoa de referência no mercado de trabalho.

Tabela 5.9

Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia por regiões do Estado (em %)

Estado de São Paulo – 2008

Período de ocupação	Apropriação	Interior	RMBS	RMC	RMSP	Total
Até 2006	Não próprio	7,6	10,0	5,0	3,9	6,4
	Próprio - CDHU	68,3	71,4	77,2	69,5	69,1
	Próprio - contrato de gaveta	24,0	18,6	17,8	26,6	24,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	135.239	3.944	9.092	62.208	210.483
2007-2008	Não próprio	42,9	38,2	31,1	15,8	33,4
	Próprio - CDHU	18,5	31,6	18,2	24,9	20,8
	Próprio - contrato de gaveta	38,6	30,1	50,6	59,3	45,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	25.386	727	2.058	13.610	41.781
Total	Não próprio	13,5	14,8	9,6	6,1	11,1
	Próprio - CDHU	60,1	64,5	67,3	61,4	60,9
	Próprio - contrato de gaveta	26,3	20,8	23,2	32,5	27,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	173.482	5136	12.500	82.602	273.720

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Tabela 5.10 – Distribuição dos domicílios da CDHU segundo forma de apropriação da moradia por regiões do estado (em %)

Estado de São Paulo – 2012

Período de ocupação	Apropriação	Interior	RMBS	RMC	RMSP	Total
2009-2010	Não próprio	4,9	4,5	2,5	2,4	4,1
	Próprio - CDHU	81,3	88,6	91,9	82,3	82,5
	Próprio - contrato de gaveta ou de terceiro	13,8	6,9	5,7	15,3	13,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	14.814	2.022	814	6.756	24.406
2011-2012	Não próprio	46,2	43,9	25,8	20,2	37,3
	Próprio - CDHU	25,8	29,4	49,2	34,9	29,6
	Próprio - contrato de gaveta ou de terceiro	28,1	26,8	25,0	44,8	33,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	2.324	269	120	1.231	3.944
Total	Não próprio	10,5	9,1	5,5	5,1	8,7
	Próprio - CDHU	73,7	81,6	86,4	75,0	75,1
	Próprio - contrato de gaveta ou de terceiro	15,7	9,3	8,1	19,9	16,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total (nº absoluto)	17.138	2.291	934	7.987	28.350

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

**Tabela 5.11 – Distribuição dos domicílios da CDHU por faixas de rendimento total mensal por regiões
Estado de São Paulo – 2008/2012**

Em %					
Faixas de salário mínimo (SM)	Interior	RMBS	RMC	RMSP	Total
2008					
Rendimento nulo	4,1	5,6	7,5	11,5	6,6
Até 1SM	5,5	10,9	3,5	5,7	5,6
De 1 a 3 SM	64,1	63,6	52,7	59,1	62,0
De 3 a 10 SM	25,9	19,6	35,8	23,4	25,5
Acima de 10 SM	0,3	0,3	0,5	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	164.385	5.069	12.500	82.600	264.554
2012					
Rendimento nulo	13,5	15,6	31,7	8,5	12,8
Até 1SM	5,7	6,4	5,7	7,6	6,3
De 1 a 3 SM	61,5	60,2	47,7	66,5	62,4
De 3 a 10 SM	19,1	17,6	14,9	17,4	18,4
Acima de 10 SM	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absoluto)	19.084	2.425	953	8.965	31.427

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

Ao se considerar as variações regionais das proporções de renda domiciliar total de acordo com a forma de apropriação da moradia, verifica-se que 18,8% do total de unidades domiciliares próprias regularizadas da RMSP possuem rendimento domiciliar total inferior a um salário mínimo, isto é, abaixo do nível mínimo exigido inicialmente para o acesso ao financiamento habitacional. A RMBS também possui um volume elevado de domicílios nessa faixa de renda, um pouco abaixo da RMSP. O que se nota é um maior nível de domicílios mais pobres nestas regiões em comparação com a RMC e o interior do estado (Tabela 5.11).

Observa-se uma maior proporção de domicílios com contrato de gaveta na região metropolitana de São Paulo (RMSP) em comparação com as demais regiões metropolitanas e o interior do Estado, o que confirma um processo mais intenso de especulação imobiliária. O elevado custo de vida na RMSP explica a maior dificuldade das famílias de baixa renda arcarem com as despesas domésticas e o financiamento, o que pode estimular a venda de unidades habitacionais adquiridas de forma legal. A maior proporção de domicílios com contrato de gaveta foi observada na RMSP entre 2007-2008, quando atingiu quase 60% do total de unidades habitacionais ativas (Tabela 5.9).

Além disso, há uma participação relativamente maior dos domicílios não próprios na região metropolitana da Baixada Santista (RMBS) em comparação com as demais regiões metropolitanas. Em particular, a proporção de domicílios não próprios se amplia no período mais recente (Tabelas 5.9 e 5.10). É preciso lembrar que as regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista apresentam os mais elevados contingentes de população de baixa renda no estado de São Paulo, conforme discussão no capítulo 4. Na RMC há uma proporção significativamente maior de domicílios acima de três salários mínimos, em relação às outras regiões.

Estes resultados estariam associados, por um lado, à maior intensificação de ações de remoção de moradores de favelas em áreas de risco nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista na década de 2000 e, por outro lado, as mudanças legais que desencadearam ou, ao menos, reforçaram processos de especulação imobiliária.

Conforme aponta Fundação João Pinheiro (2014), houve um aumento no preço médio dos imóveis e dos aluguéis em bairros mais centrais dos municípios de regiões metropolitanas, devido ao crescimento do mercado imobiliário entre 2004 e 2009. Isto pode ter estimulado a procura pelos apartamentos em conjuntos habitacionais da CDHU por parte de famílias em fase de expansão, com membros interessados em adquirir um novo domicílio em condições mais acessíveis e baratas de financiamento. Ademais, dado que não houve mudança nas regras de demanda geral em um período de valorização real do salário mínimo (DEDECCA, 2014), mais famílias de baixa classe média teriam passado a integrar o público-alvo dos programas habitacionais.

A aquisição de um apartamento da CDHU via contrato de gaveta seria mais barata do que um financiamento regular via crédito habitacional. O financiamento habitacional regular, com subsídio social, possui taxas de juros reais menores do que as praticadas no mercado bancário. Ao mesmo tempo, o crescimento deste mercado imobiliário pode estar ligado à existência de uma elevada inadimplência entre mutuários da CDHU, o que tende a ser mais frequente entre famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e com pessoas desempregadas.

Enquanto as famílias em fase de consolidação e de baixa renda concentram-se em domicílios regularizados da CDHU no período anterior à lei estadual nº 12.276/2006, as famílias em fase de expansão com maior heterogeneidade de estratos econômicos têm um peso maior nas unidades habitacionais adquiridas via contrato de gaveta e nas unidades não próprias a partir de 2007.

Conforme Schor e Paiva (2011), a insuficiência de renda familiar para o pagamento das prestações do financiamento decorre principalmente do desemprego e da informalidade dos vínculos empregatícios de seus membros. Este quadro social produz as situações de inadimplência no parque habitacional da CDHU. Tal situação evidencia que, isoladamente, a provisão de moradia não é condição suficiente para ampliar a renda do trabalho e as condições de bem-estar dos arranjos familiares mais pobres. Confirma-se que a hipótese de que os arranjos mais pobres teriam um aumento gradativo em seu nível de renda após morar na CDHU é equivocada (DENIZO, 2007).

Assim, uma parte das famílias mais pobres pode ter vendido o imóvel (o valor total das parcelas já pagas) para famílias jovens menos pobres no período após a lei que flexibilizou as vendas das unidades habitacionais, com pessoas com maior participação no mercado de trabalho e nível de rendimento, que teriam condições de terminar de pagar o financiamento. Os aluguéis também são mais frequentes nesse período posterior à lei estadual nº 12.276/2006.

Em termos da composição dos arranjos domésticos, nota-se uma maior presença de arranjos ampliados com prole nos domicílios próprios e regularizados junto à CDHU em comparação com os demais. Diferentemente, entre os domicílios com contrato de gaveta e os não próprios, há uma maior presença de casais sem filhos, assim como de arranjos unipessoais, especialmente nos conjuntos habitacionais mais recentes. Estes grupos de domicílios possuem uma proporção menor de arranjos familiares de baixa renda em comparação com os próprios e regularizados na CDHU. Os casais sem filhos podem ser famílias jovens menos pobres ou de classe média baixa, recém-casadas e que ainda não têm prole, em uma fase inicial do ciclo de vida familiar. Isto também pode estar ligado ao adiamento da fecundidade, relacionada tanto à maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a avanços na escolaridade, ocorridos ao menos desde a década de 1970 (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

Os resultados mostram que o atendimento habitacional da CDHU no Estado de São Paulo, observado em dois momentos de sua história, configurou uma população residente cujos arranjos domésticos manifestam determinadas etapas do ciclo de vida familiar, uma diversidade de formas de aquisição da unidade habitacional ativa e uma estratificação socioeconômica que revelam um espaço urbano socialmente heterogêneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas habitacionais podem não apenas moldar territórios, mas delinear estruturas sociais que se tornam mais homogêneas ou heterogêneas ao longo do tempo, contribuindo ou não para a melhora das condições de vida e a efetiva e justa distribuição de renda e riqueza. Em particular, a legislação sobre a habitação de interesse social – que visa atender a população mais pobre com necessidades habitacionais – pode ter efeitos sociodemográficos inesperados em relação aos objetivos iniciais da política habitacional.

A produção habitacional da CDHU desde a sua criação teve por objetivo principal a provisão da casa própria para a população de baixa renda, como forma de equacionar a questão habitacional. Diversos estudos aplicados tanto à CDHU quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida mostraram como os modelos habitacionais direcionados para a produção de unidades habitacionais em larga escala para a redução do *deficit* podem não ser a melhor forma de resolver a questão habitacional.

Este trabalho, voltado para o estudo da relação entre habitação produzida pelas políticas habitacionais e características sociodemográficas da população atendida pela CDHU no Estado de São Paulo, teve como motivação inicial verificar se a população pobre atendida pelos programas habitacionais mantinha certa homogeneidade sociodemográfica ou se se observava algum sinal de heterogeneidade considerando os dados de duas pesquisas quantitativas realizadas em 2008 e 2012. O que se comprova é a existência de um perfil sociodemográfico relativamente heterogêneo entre os arranjos domésticos, mas este fenômeno está pouco associado a uma melhoria nas condições de vida de uma população inicialmente pobre. Ao que tudo indica, a heterogeneidade social observada tem mais a ver com momentos do ciclo de vida familiar dos arranjos domésticos e com uma sucessão de mutuários decorrente de um processo de valorização imobiliária.

As mudanças nas regras de alienação de imóveis financiados discutidas no capítulo 2 reforçaram uma tendência de valorização imobiliária das unidades habitacionais ativas. A legislação – em particular a lei estadual nº 12.276/2006 – contribuiu para a consolidação de um mercado imobiliário na CDHU na segunda metade da década de 2000, no meio de um ciclo de crescimento da economia brasileira, de modo que o movimento especulativo identificado em áreas centrais das metrópoles também se deu nos conjuntos habitacionais.

Este fenômeno das aquisições por contrato de gaveta foi identificado desde o começo dos programas da CDHU, mas foi intensificado a partir da lei estadual nº 12.276/2006, que flexibilizou as condições para alienar imóvel financiado. De modo geral, as alterações das regras de alienação de imóveis no curso do financiamento foram contraditórias, ora estimulando a venda de imóveis financiados, ora inibindo a venda desses imóveis. Em 2011, o governo estadual reconheceu que o problema da valorização imobiliária atingira níveis preocupantes, em particular, como foi visto no capítulo 5, na região metropolitana de São Paulo. A lei estadual nº 14.672/2011 foi uma tentativa pouco eficaz de reverter essa situação. Ainda que possa ter diminuído em parte o volume dos imóveis adquiridos por contrato de gaveta, aumentou o volume de imóveis alugados, cedidos ou ocupados. Existe também o fenômeno de ocupação da CDHU por movimentos de moradia urbana, que não puderam ser investigados de modo aprofundado nesta tese.

Ao mesmo tempo, o critério de seleção de mutuários para obtenção de financiamento desde o final da década de 1980 estabeleceu como famílias aptas a receber imóveis financiados aquelas com renda de um a dez salários mínimos. Ora, este critério por si só já conduzia a certa heterogeneidade social e demográfica, mesmo com a previsão de atendimento prioritário a famílias com renda total de um a três salários mínimos. Ao facilitar a alienação de imóveis em 2006, o Governo do Estado reforçou essa heterogeneidade “de cima para baixo” e não como um processo gradativo de ascensão social dos mais pobres, com políticas sociais articuladas em torno do objetivo do combate à pobreza.

Outro fator a ser destacado foi a manutenção da política de subsídio social, sem mudanças nos critérios de acesso ao financiamento por faixas de salário mínimo nominal, em um contexto de valorização real do salário mínimo nos anos 2000. Isto por si só expandiu a população alvo dos programas habitacionais e pode ter dificultado a maior penetração dos programas habitacionais da CDHU entre as famílias em situação de extrema pobreza.

A análise dos índices de distribuição de renda no capítulo 4 evidencia a diversificação dos estratos econômicos segundo faixa de renda domiciliar da população residente na CDHU. Contudo, não foram identificadas melhorias significativas nos níveis de bem-estar pelo índice de Gini ao se comparar os levantamentos de 2008 e 2012.

No âmbito demográfico, o estudo dos arranjos domésticos revelou características específicas das populações residentes nas unidades habitacionais da CDHU. Na década de 2000, identificou-se uma maior participação dos casais sem filhos e dos domicílios unipessoais no total das unidades habitacionais. Mais ainda, o crescimento da massa apropriada de renda dos

casais sem filhos foi proporcionalmente superior ao crescimento do volume total desses arranjos. Conforme mostra a literatura, os arranjos de casais sem filhos e os unipessoais tendem a possuir maior rendimento *per capita* que os demais arranjos. Ao mesmo tempo, há uma redução tanto no volume de arranjos biparentais e monoparentais ampliados quanto no seu índice relativo de massa de apropriação de renda com o avanço do processo de valorização imobiliária.

A dinâmica do ciclo de vida dos arranjos domésticos aparece na comparação entre os períodos antigos e recentes de ocupação dos domicílios. Tanto nas pesquisas de 2008 quanto de 2012, identificou-se uma maior proporção de arranjos biparentais de chefia feminina em fase de expansão naqueles domicílios ocupados no período mais recente em relação ao período de ocupação mais antigo.

Levando-se em consideração a forma de apropriação da moradia, entre os domicílios próprios já regularizados pela CDHU há maior predominância de arranjos domésticos na fase de consolidação. Enquanto na população que reside em domicílios regularizados pela CDHU há um peso maior para arranjos domésticos em situação de extrema pobreza e pobreza (como os arranjos monoparentais e os arranjos biparentais em fase de expansão), identificou-se uma maior participação de casais sem filhos entre os domicílios adquiridos por meio de contratos de gaveta e entre os domicílios não próprios a partir de 2007.

A análise dos indicadores de inserção no mercado de trabalho de chefes e cônjuges dos arranjos domésticos no capítulo 4 confirma a manutenção de situações precárias de inserção no mercado de trabalho para os domicílios de baixa renda, especialmente para as mulheres chefes e cônjuges. Ainda parece haver nas famílias atendidas pela CDHU uma forte presença do modelo do provedor único e masculino da família, mesmo com a queda nos níveis de fecundidade. A proporção de chefes e cônjuges femininas inativas é bastante elevada. O Estado brasileiro de bem-estar possui uma série de agências e programas governamentais de escola, creche e de regulação da licença maternidade e paternidade que não se concatenam e acabam deixando a responsabilidade pela reprodução cotidiana e geracional quase totalmente a cargo das mulheres, o que parece ser reforçado na CDHU pelo fato de que a titularidade do imóvel financiado seja da mulher, induzindo uma maior responsabilidade feminina pela esfera doméstica. Assim, o sistema brasileiro de *welfare* traz uma série de dificuldades para a articulação entre trabalho e família.

Embora as situações de desemprego e inserção precária no mercado de trabalho não possam ser atribuídas ao fato de se morar em um conjunto habitacional da CDHU, o modelo de financiamento habitacional parece impactar negativamente o bem-estar dos arranjos domésticos das camadas populares. A elevada inadimplência registrada pela CDHU entre os moradores dos conjuntos habitacionais mostra que o modelo de financiamento – mesmo com subsídio social – tende a causar constrangimentos às famílias mais pobres e não propicia avanços mais significativos em termos de distribuição de renda, tendendo a se assemelhar aos níveis de desigualdade de renda e riqueza da população paulista. Muitas destas famílias, sem condições de pagar regularmente as mensalidades, já que seus membros não têm trabalho assalariado ou só vivem de bicos, podem optar por alugar e/ou vender a unidade habitacional, formalmente ou via contrato de gaveta, para famílias menos pobres.

Desse modo, ao invés de uma população predominantemente de baixa renda, o que se vê na CDHU é um perfil sociodemográfico mais diversificado, em um contexto de mudanças na legislação de habitação social e de crescimento da economia brasileira nos anos 2000.

Seria necessário comparar estes resultados com análises quantitativas de outras iniciativas da política habitacional, tais como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Casa Paulista. Mas pode-se afirmar que os programas habitacionais voltados unicamente para a resolução do *deficit* habitacional, nos moldes de financiamento previstos oficialmente pela CDHU, em pouco tempo acabam caindo nas garras dos processos de especulação imobiliária, o que não representa nenhuma garantia de moradia digna às famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, L. E. *et al.* **O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos?** *Economia Aplicada*, v.15, n.4 2011 *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 4, p. 559-593, 2011.
- APARICIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. de. Mercado de trabalho pós-crise: comparação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Fortaleza 2009 e 2010. In: XII Encontro Nacional da ABET, 2011, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB: ABET: 2011. 1 CD-ROM.
- APARICIO, C. A. P. **Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”:** uma análise dos dados da **PNAD e da PCV 2006**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, SP, 2012.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 1227, 2006.
- BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica:** a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- BENDER, D. R. A refinement of the concept of household: families, co-residence and domestic functions. *American Anthropologist*, Washington, v. 69, n. 5, p. 493-504, 1967.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 11-15, 2006.
- BICHIR, R. **Segregação e acesso a políticas públicas no Município de São Paulo**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BILAC, E. D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BILAC, E. D. **Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1999.
- BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003. Mimeografado.
- BILAC, E. D. **Trabalho e família: articulações possíveis**. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.
- BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. Mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M. (Org.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- BÓGUS, L. M. M.; RIBEIRO, L. C. **Teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina**. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 16, p. 9-16, 2014.
- BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil**. *Análise Social*, vol. XXIX (127), p. 711-732, 1994.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega. pp. 117-154.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. 1ª Ed. Porto: Campo das Letras – Editores S.A, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm

Acesso em: 30 de jul. 2015.

BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. Cad. Pesqui., 2013, vol.43, n.149, pp.422-451, 2013.

CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A. *et al.* O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 199-223, 2006.

CAMARGO, C. P. F. de *et al.* **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CANCIAN, M.; REED, D. **Family structure, childbearing, and parental employment: implications for the level and trend in poverty**. In: Focus, vol. 26, n. 2, Fall 2009.

CARDOSO, A. (org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CDHU. **Nota Técnica da Pesquisa CDHU - Inventário dos Ocupantes e dos Instrumentos de Ocupação das Unidades Habitacionais e Inventário Físico do Empreendimento e do Entorno do Conjuntos Habitacionais**. CDHU, São Paulo, 2012.

CDHU. **Normas de campo**. Pesquisa CDHU. CDHU, São Paulo, 2012a.

CDHU. **Plano Estadual de Habitação do Estado de São Paulo 2011-2023**. CDHU, São Paulo, 2012b.

CDHU. **Relatório de Sustentabilidade 2013**. CDHU, São Paulo, 2013.

CDHU. **Portal do interessado em Atendimento Habitacional**. CDHU, São Paulo, 2017.

Disponível em: http://www.cdhu.sp.gov.br/interessado-em-imovel/adquirir_imovel_CDHU.asp

Acesso em: 10 de fev. 2017.

CEPAL. **Entender la pobreza desde la perspectiva de género**. Serie Mujer y Desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, n. 52, 2004.

CORREA, M. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**. A Família em Questão. Cadernos de Pesquisa nº 37. Fundação Carlos Chagas, 1981.

COSTA, J. S. *et al.* **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 1137, 2005.

- CUNHA, J.M.P. da. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Serie Población y Desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, n. 30, 2002.
- DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade e seus desafios. In: CALIXTRE, A. B. (org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, p. 469-512, 2014.
- DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. F.; ISHII, F. H. Ocupação e tempo de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2008. 1 CD-ROM.
- DENIZO, J. S. Os produtos da Política Estadual de Habitação na Região Metropolitana de São Paulo: elementos para uma análise da política metropolitana de habitação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Tese de Doutorado, 2007.
- DURHAM, E. R. "A sociedade vista da periferia". ANPOCS, 1986.
- ELDER, G. H. Families and lives: some developments in life-course studies. *Journal of Family History* vol. 12 no. 1, 179-199 March 1987.
- ELDER, G. H. The Life Course Paradigm: Social Change and Individual Development. Pp. 101-139 in *Examining Lives in Context: Perspectives on the Ecology of Human Development*, edited by Phyllis Moen, Glen H. Elder, Jr., and Kurt Lüscher. (APA Science Volumes.) Washington: APA Press, 1995.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. In: **Estudos CEBRAP**, S. Paulo, CEBRAP. 1991.
- FIX, M.; ARANTES, P. F. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha casa, Minha vida. São Paulo, 2009.
- Disponível em: < <http://www.unmp.org.br/>>, Acesso em: setembro de 2013.
- FRANÇA, E. **Favelas em São Paulo (1980-2008) das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização: a experiência do programa Guarapiranga**. São Paulo, Universidade Mackenzie, 2009.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares**. Belo Horizonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida de 1990**. Notas Metodológicas. São Paulo, 1992.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Necessidades habitacionais no Estado de São Paulo: subsídios para o Plano Estadual de Habitação 2010-2023**. São Paulo: FUNDAÇÃO SEADE, 2010.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Mudanças nos componentes da dinâmica demográfica paulista**. SP Demográfico, São Paulo, ano 12, n. 3, 2012.
- FURTADO, T. Como é morar em conjuntos CDHU? Pesquisa qualitativa. Consórcio Perfil, São Paulo, 2012.
- GASPAR, R. C.; BESSA, V. C.; APARICIO, C. A. P. A metrópole de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M. (Org.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

- GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil? In: CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 211-250, 2004.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRSCHMAN, A. The political economy of Latin American development: seven exercises in retrospection. San Diego: Kellogg Institute, 1986.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. In: Economia e Sociedade, Campinas, (11): 199-221, dez. 1998.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises: tendências demográficas**. Comunicados do IPEA, n. 64. Brasília, 2010.
- IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009**. Comunicados do IPEA, n. 63. Brasília, 2010a.
- IPEA. **PNAD 2012. Primeiras análises: mercado de trabalho**. Comunicados do IPEA, n. 160. Brasília, 2013.
- IPEA. **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. Comunicados do IPEA, n. 75. Brasília, 2011.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.
- KOWARICK, L.; ANT, C. **Violência urbana: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LAGO, L. C. e RIBEIRO, L. C. Q. **A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades**. In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. A crise da moradia nas grandes cidades. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- LAVINAS, L. Pobreza urbana no Brasil: trade-off entre investimentos sociais e transferências de renda. In: **Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop, 2008.
- LAVINAS, L; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. In: **DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.
- MACEDO, C. C. A Reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário. IBGE, 1978.
- MAIA, A. G. **Espacialização de classes sociais no Brasil: uma nova dimensão para a análise da estrutura social**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Tese de Doutorado, 2006.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- MARICATO, E. (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e a Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: editora Alfa-Ômega, 1982.

- MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 22, p. 47-71, 2000.
- MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.
- MOYA, E. **Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de Ciência Política, Dissertação de Mestrado, 2003.
- MOYA, E. **Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições numa favela paulistana**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de Ciência Política, Tese de Doutorado, 2010.
- MUSSET, A. **Ciudad, sociedad, justicia: un enfoque espacial y cultural**. Mar de Plata: EUDEM, 2010.
- NAHAS, S. Cidades e políticas de habitação. In: **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.
- NAKANO, A. K. Planejamento e necessidade habitacional. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos...**, 2010.
- NAKANO, A. K. A crise da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M. (Org.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 4(2): 25-28, abril-junho, 1990.
- PASTERNAK, S.; BARBON, A; D'OTTAVIANO, C. São Paulo 2000-2010: Habitação e mercado imobiliário. In: BÓGUS, L. M. M. (Org.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- PAULO, M. A. *et al.* A relação entre renda e composição familiar dos idosos no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S25-43, 2013.
- PERLMAN, J. **O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PIMENTA, L. F. **A institucionalização da precariedade: estado e habitação popular no aglomerado urbano de Florianópolis**. In: Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. IX, núm. 194 (49). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005.
- PRETECEILLE, E.; VALADARES, L. **A desigualdade entre os pobres – favela, favelas**. In: Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- QUADROS, W. **A evolução da estrutura social brasileira**. Notas metodológicas. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 147, novembro de 2008.
- REFAVELA. Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 jul. 2015. Opinião, p. A2.

- ROCHA, S. **Transferência de renda no Brasil – O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- RODRIGUEZ, J. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. In: Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- ROSSI, M. T. B. Avaliação dos programas realizados pelo governo do Estado de São Paulo no período 1990 a 2008. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Tese de Doutorado, 2012.
- RUGGLES, S. The Decline of Intergenerational Coresidence in the United States, 1850 to 2000. *American sociological review*, 72(6), p. 964-989, 2007.
- ROYER, L. Política Habitacional no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo: 2002.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 6.556, de 30/11/1989. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 7.646, de 26/12/1991. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1991.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 11.605, de 24/12/2003. Plano Plurianual 2004-2007. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.276, de 21/02/2006. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2006.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.801, de 15/01/2008. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 13.123, de 08/07/2008. Plano Plurianual 2008-2011. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 14.672, de 26/12/2011. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2011.
- SCHOR, S. M.; PAIVA, H. B. Novos procedimentos para estimar a capacidade de pagamento das famílias em programas de habitação de interesse social. In: Anais da 11ª Conferência Internacional da LARES - Latin American Real Estate Society ..., 2011.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TOMÁS, M. C. **O ingresso dos jovens no mercado de trabalho: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas: Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.**
- TOMÁS, M. C. Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 171-198, 2013.
- TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In: **Estudos Avançados**, 17 (47), São Paulo, 2003.
- TORRES, H.; DIAS, E. A política habitacional e a metrópole. In: **Primeira Análise**. São Paulo: Fundação Seade, 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WAJNMAN, S. **Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros**. Tese Professor Titular, UFMG/Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

WISSENBACH, T. C. **A cidade e o mercado imobiliário: uma análise da incorporação residencial paulistana entre 1992 e 2007**. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXOS

Anexo 1**Inventário físico do empreendimento – Conjunto Habitacional****Anexo 2****Inventário dos ocupantes e dos instrumentos de ocupação das
Unidades Habitacionais – Pesquisa Censitária e Pesquisa****Amostral**



CONSÓRCIO PERFIL

INVENTÁRIO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO – CONJUNTO HABITACIONAL



CDHU

1.Questionário 2.Data 3.Hora 4.Pesquisador

Nome

A) Caracterização do Conjunto Habitacional

5.Conjunto 6.Cidade 7.Bairro 8.Endereço 9.Atualizado 10.Nº de Blocos 11.Nº de Unidades 12.Idade Conjunto

B) Avaliação do Conjunto Habitacional

13.Indique o estado de conservação aparente do conjunto (*Observação: RU por item*):

CATEGORIAS	Pisos	Paredes Externas	Esquadrías	Calçadas	Play Ground	Campo/ Quadras	Vidros/ Vidraças
Bom / em boas condições	<input type="text" value="4"/>						
Regular / precisando de reformas ou reparos	<input type="text" value="3"/>						
Ruim / em precárias condições	<input type="text" value="2"/>						
Não há	<input type="text" value="1"/>						

14.Há blocos adaptados p/PCD e idosos? (RU) Sim,todos Sim, a maioria Sim, a minoria Não15.Há rampas p/cadeiras de roda em calçadas? (RU) Sim, o suficiente Sim, mas insuficiente Não

16.Avalie os itens de segurança do CONJUNTO (RU por item):

Itens	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não há
Iluminação	<input type="text" value="6"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="1"/>
Guarda/vigia/porteiro	<input type="text" value="6"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="1"/>
Grade/muro/alambrados	<input type="text" value="6"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="1"/>
Portão/guarita	<input type="text" value="6"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="1"/>
Cerca elétrica	<input type="text" value="6"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="1"/>

17.Indique a existência dos itens abaixo na área interna do CONJUNTO (RU por item):

Itens	Há	Não há
Água encanada	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>
Telefone público	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>
Lixeiras	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>
Coleta de lixo	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>
Esgoto sanitário	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>
Pavimentação (calçadas, alamedas, etc.)	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>

18. Indique o valor de venda ou aluguel recente de unidades (uma unidade por linha):

	Unidade/Bloco	Valor (R\$)	Transação: 1-Venda 2-Aluguel	Situação: 1-Negócio Fechado 2-Anunciando	Informação fornecida p/: 1-Porteiro 2-Síndico 3-Morador 4-Imobiliária
1		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4
2		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4
3		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4
4		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4
5		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4
6		□□□□□□□□□□	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4

C) Avaliação do Entorno (2 Km)

19. O conjunto está integrado ao bairro? (RU)

- 1 Parcialmente 2 Totalmente 3 Não, pois o conjunto é isolado do resto do bairro

20. Indique o uso predominante do solo (entorno - RU):

- 1 Residencial 2 Comercial 3 Misto 4 Serviços 5 Rural

21. Indique a existência no conjunto ou entorno dos seguintes serviços públicos e privados (observação - RU por item):

Itens	Há	Não há
Creche	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Escola - Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Escola - Ensino Médio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Hospital / Maternidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Posto de Saúde	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Posto Policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Campo de Futebol	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Quadra de Esporte	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Parques / Praças	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Feiras Livres	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Comércio Geral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Mercado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Cultos (igreja, templos etc.)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Centro Comunitário	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

Itens	Há	Não há
Transporte Público	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Rede de Água	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Rede de Esgoto	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Energia Elétrica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Iluminação Pública	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Telefone Público	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Serviço de Carteiro	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Coleta de Lixo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Limpeza e Varrição das Ruas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Bancos / Caixas Eletrônicos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Telecentro	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
Biblioteca	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
CEU	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

22. Faça suas observações sobre o Conjunto no espaço reservado em anexo.

23. Verifique os Logradouros e Blocos do Conjunto e atualize caso haja divergência no espaço reservado em anexo.

24. Faça o Registro Fotográfico.

D) Controle

Declaro que as informações contidas neste formulário são verdadeiras e foram obtidas corretamente, em conformidade com as instruções das normas de campo e do treinamento realizado pela equipe do Consórcio Perfil.

25. Horário Final □□□□:□□□□ R.G. _____ Assinatura _____

26. Crítica Volts _____

Data □□□□ □□□□ Visto _____

27. Verificação □□□□□□□□ 1 In loco 2 P/telefone 3 Assistida Nome e Visto _____

39. Em sua opinião, porque as pessoas atrasam a prestação da CDHU? (RM)

- 1 Renda familiar insuficiente/ desemprego 4 Não recebeu cobrança/boleto
 2 Prioriza outras contas mais importantes 5 Não está satisfeito c/o imóvel/conjunto/local
 3 Não tem punição da CDHU 6 Outros 99 Não sabe

40. Qual o valor da última conta de luz?

R\$

PESQUISA AMOSTRAL

41. Qual o valor mensal do condomínio? (Anotar 0, se não houver)

R\$ 99 Não sabe

F) Avaliação do Imóvel

42. Nos últimos 2 anos, houve reforma nesta moradia na parte...

43. (Se reformado) Porque precisou reformar? (Ler Alternativas. RU)

Elétrica:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel
Pintura:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel
Encanamentos:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel
Rev. Paredes e Azulejos:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel
Portas e Janelas:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel
Pisos:	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Por problemas de construção	<input type="checkbox"/> 2 Para valorizar/embelezar o imóvel

44. Quantos dormitórios possui o imóvel no total?

45. Com relação ao seu imóvel, você diria que está: (RU)

- 5 Muito satisfeito 4 Satisfeito 3 Nem satisfeito, nem insatisfeito 2 Insatisfeito 1 Totalmente insatisfeito

46. Com relação ao seu conjunto, você diria que está: (RU)

- 5 Muito satisfeito 4 Satisfeito 3 Nem satisfeito, nem insatisfeito 2 Insatisfeito 1 Totalmente insatisfeito

47. Com relação à vizinhança/entorno do seu conjunto, você diria que está: (RU)

- 5 Muito satisfeito 4 Satisfeito 3 Nem satisfeito, nem insatisfeito 2 Insatisfeito 1 Totalmente insatisfeito

G) Avaliação das Atividades Comunitárias

48. Você ou alguém da família faz parte/é integrante da administração do conjunto habitacional?

- 1 Sim 2 Não (pule p/50)

49. (Se sim) Onde você ou alguém da família atua?

- 1 Na administração do bloco 2 Na administração do conjunto 3 Em outras atividades

50. Nas proximidades da sua moradia existe alguma destas formas de organização comunitária? (Ler Alternativas)

51. (Se existe) Você ou alguém da sua casa participa?

Associação de moradores, formação de grupos de moradores ou similar	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não
Grupos de reivindicações (movimento de saúde, creche, pavimentação, etc.)	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não
Cooperativa de consumo e produção	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não
Organização de juventude	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não
Organização esportiva	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não
Organização religiosa	<input type="checkbox"/> 1 Não existe	<input type="checkbox"/> 2 Não sabe	<input type="checkbox"/> 3 Existe →	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não

H) Informações Familiares

52. Alguém na sua família é portador de doença crônica, que necessite de um quarto exclusivo? 1 Sim 2 Não

APÊNDICE

Este apêndice apresenta detalhadamente algumas tabulações das Pesquisas Habitacionais 2008 e 2012. As Tabelas 1 a 8 apresentam os arranjos domésticos de acordo com os quatro subperíodos de ocupação do domicílio por parte da pessoa de referência, conforme a discussão realizada no capítulo 5:

Tabelas 1 e 2: 1985-2006

Tabelas 3 e 4: 2007-2008

Tabelas 5 e 6: 2009-2010

Tabelas 7 e 8: 2011-2012

Essas tabelas descrevem os dados de condição ocupacional das pessoas de referência e os indicadores de mercado de trabalho de todos os arranjos domésticos discutidos nesta tese.

Para cada arranjo doméstico, considera-se a responsabilidade feminina ou masculina e a faixa etária da pessoa de referência. Ademais, as tabelas indicam a participação relativa do arranjo doméstico no total de domicílios. A periodicidade leva em consideração o ano declarado de ocupação do imóvel por parte da pessoa de referência.

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos decis de renda domiciliar per capita das unidades habitacionais da CDHU, desagregando-se as formas de apropriação da unidade habitacional em 2008 e 2012. Os dados de rendimento da Pesquisa Habitacional de 2012 foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IBGE) para reais de janeiro de 2008, a fim de permitir a comparabilidade dos decis de ambos os períodos.

A Tabela 10 apresenta os resultados dos índices de Gini para 2008 e 2012, com desagregação para as formas de apropriação analisadas.

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	31.089	43,3	6,1	6,7	1,6	0,1	41,5	0,7	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	21.647	41,6	4,6	8,0	0,3	0,2	44,8	0,5	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	16.495	80,7	4,9	8,3	3,8	0,0	0,4	1,8	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	14.553	63,6	10,2	10,3	5,9	0,0	8,6	1,4	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	8.578	29,4	6,2	4,5	44,5	0,0	13,7	1,7	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	7.126	22,4	5,2	4,1	17,4	0,0	49,8	1,2	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	7.022	63,7	4,2	20,4	0,9	8,3	0,3	2,3	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	6.954	47,7	6,3	8,0	34,7	0,0	0,5	2,8	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	6.886	45,2	3,1	20,1	0,4	15,7	12,1	3,4	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	6.807	85,4	4,3	7,9	0,8	0,0	0,6	1,0	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	5.848	21,5	4,8	3,8	51,3	0,0	16,9	1,7	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	5.467	20,1	4,1	2,7	34,8	0,0	36,8	1,5	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	5.304	24,6	5,4	2,8	61,2	0,0	3,7	2,2	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5.116	37,9	6,1	7,9	2,7	0,0	44,7	0,8	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	5.028	64,7	9,6	13,9	2,3	0,1	8,2	1,1	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	4.175	56,9	8,3	11,9	6,9	0,0	14,5	1,4	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	4.041	31,9	4,8	4,9	54,5	0,0	0,6	3,2	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	3.741	43,0	6,0	24,6	0,9	2,5	21,6	1,4	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	3.652	34,8	4,5	11,7	0,5	0,6	47,2	0,6	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	3.402	50,0	5,9	7,2	3,4	0,1	32,5	0,9	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3.274	17,7	4,5	2,9	20,8	0,0	52,7	1,4	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	2.617	59,5	2,9	9,0	0,5	1,0	26,5	0,5	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2.144	21,1	4,4	3,3	58,6	0,0	10,6	1,9	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2.129	42,0	5,6	7,5	41,9	0,0	0,3	2,8	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	2.075	79,8	5,1	7,8	5,1	0,0	0,5	1,7	100,0
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	1.918	33,9	4,9	4,0	54,4	0,0	0,2	2,6	100,0
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	1.916	69,2	8,7	6,9	9,5	0,0	3,0	2,7	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	1.892	88,5	2,9	6,7	0,7	0,1	0,3	0,8	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.884	79,2	5,7	8,7	4,0	0,0	0,5	1,9	100,0
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	1.567	74,8	7,3	7,3	7,6	0,0	0,2	2,8	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1.489	58,2	7,5	11,8	6,0	0,1	15,2	1,3	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.461	63,2	8,1	16,8	7,2	0,2	0,3	4,2	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	1.234	80,0	5,0	13,3	0,2	0,2	0,2	1,1	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1.186	36,6	6,6	6,3	46,7	0,0	0,8	3,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1.082	16,9	5,5	3,0	32,7	0,0	40,1	1,8	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	970	76,8	6,3	7,2	6,9	0,0	0,5	2,3	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	965	45,5	3,6	13,3	0,2	3,0	32,7	1,7	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	835	81,3	3,0	12,7	0,8	1,1	0,1	1,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	731	32,6	4,0	5,9	54,2	0,0	0,3	3,1	100,0
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	668	85,3	3,9	7,6	1,5	0,0	0,0	1,6	100,0
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	622	77,2	4,3	9,5	2,3	1,6	3,4	1,8	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	603	33,2	8,0	13,9	39,0	0,0	0,7	5,3	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	574	24,9	4,9	8,0	58,0	0,0	0,9	3,3	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	558	40,1	4,8	10,0	5,2	0,2	38,0	1,6	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	417	76,7	5,5	8,9	6,5	0,0	0,2	2,2	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	313	70,9	8,3	10,2	6,4	0,0	1,6	2,6	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	265	67,9	3,8	17,0	0,4	5,7	2,3	3,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	140	72,1	7,1	12,9	2,1	0,0	2,9	2,9	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	139	59,7	5,8	25,2	0,0	6,5	0,0	2,9	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	133	40,6	3,8	25,6	1,5	13,5	12,8	2,3	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	102	37,3	5,9	9,8	2,0	0,0	44,1	1,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	101	46,5	1,0	15,8	1,0	0,0	35,6	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	81	51,9	2,5	13,6	8,6	0,0	21,0	2,5	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	75	77,3	5,3	10,7	5,3	0,0	0,0	1,3	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	74	71,6	8,1	9,5	9,5	0,0	1,4	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	69	89,9	1,4	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	64	40,6	7,8	20,3	1,6	4,7	25,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	60	85,0	8,3	5,0	0,0	0,0	1,7	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	57	68,4	10,5	10,5	3,5	0,0	7,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	54	55,6	11,1	11,1	7,4	0,0	14,8	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	53	45,3	5,7	7,5	41,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	52	19,2	0,0	5,8	51,9	0,0	19,2	3,8	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	51	62,7	5,9	11,8	3,9	5,9	7,8	2,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	48	79,2	8,3	10,4	0,0	2,1	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Até 34 anos	45	17,8	4,4	17,8	0,0	2,2	55,6	2,2	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	45	20,0	15,6	8,9	51,1	0,0	2,2	2,2	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	45	35,6	4,4	6,7	33,3	0,0	20,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	44	84,1	0,0	9,1	2,3	0,0	2,3	2,3	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	43	41,9	11,6	9,3	34,9	0,0	0,0	2,3	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	41	61,0	12,2	9,8	4,9	0,0	9,8	2,4	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - De 35 a 49 anos	32	28,1	18,8	15,6	0,0	0,0	37,5	0,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	25	40,0	8,0	16,0	0,0	8,0	28,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	25	16,0	4,0	12,0	64,0	0,0	0,0	4,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	25	8,0	4,0	12,0	64,0	0,0	12,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	23	82,6	4,3	8,7	0,0	0,0	0,0	4,3	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	23	56,5	8,7	0,0	4,3	0,0	30,4	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - 50 ou mais anos	23	30,4	0,0	4,3	21,7	0,0	43,5	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	22	68,2	4,5	13,6	9,1	0,0	0,0	4,5	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	22	22,7	9,1	4,5	27,3	0,0	36,4	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	21	76,2	4,8	14,3	4,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	21	38,1	4,8	4,8	4,8	0,0	47,6	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	20	45,0	0,0	15,0	5,0	0,0	30,0	5,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	17	58,8	11,8	0,0	29,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	13	92,3	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	13	23,1	15,4	15,4	30,8	0,0	7,7	7,7	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	11	63,6	18,2	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	44,4	0,0	11,1	0,0	11,1	33,3	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	22,2	11,1	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	7	71,4	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	6	0,0	0,0	16,7	33,3	0,0	50,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	40,0	0,0	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 1**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	60,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	20,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	40,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	20,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	210.420	49,1	5,7	8,7	13,1	1,0	20,9	1,5	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	31.089	17.453	13.636	88,0	12,0	56,1	43,9	14,8
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	21.647	11.730	9.917	85,3	14,7	54,2	45,8	10,3
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	16.495	15.495	1.000	91,2	8,8	93,9	6,1	7,8
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	14.553	12.244	2.309	87,7	12,3	84,1	15,9	6,9
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	8.578	3.440	5.138	88,8	11,2	40,1	59,9	4,1
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	7.126	2.259	4.867	87,1	12,9	31,7	68,3	3,4
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	7.022	6.196	826	76,9	23,1	88,2	11,8	3,3
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	6.954	4.311	2.643	87,1	12,9	62,0	38,0	3,3
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	6.886	4.713	2.173	70,6	29,4	68,4	31,6	3,3
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	6.807	6.645	162	91,9	8,1	97,6	2,4	3,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	5.848	1.757	4.091	87,4	12,6	30,0	70,0	2,8
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	5.467	1.468	3.999	89,9	10,1	26,9	73,1	2,6

(continua)

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	5.304	1.743	3.561	91,5	8,5	32,9	67,1	2,5
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5.116	2.652	2.464	84,8	15,2	51,8	48,2	2,4
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	5.028	4.438	590	84,2	15,8	88,3	11,7	2,4
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	4.175	3.221	954	84,6	15,4	77,1	22,9	2,0
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	4.041	1.685	2.356	88,2	11,8	41,7	58,3	1,9
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	3.741	2.753	988	66,6	33,4	73,6	26,4	1,8
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	3.652	1.864	1.788	77,0	23,0	51,0	49,0	1,7
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	3.402	2.146	1.256	88,6	11,4	63,1	36,9	1,6
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3.274	822	2.452	88,3	11,7	25,1	74,9	1,6
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	2.617	1.871	746	87,4	12,6	71,5	28,5	1,2
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2.144	618	1.526	88,5	11,5	28,8	71,2	1,0

(continua)

Tabela 2

**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2.129	1.173	956	86,4	13,6	55,1	44,9	1,0
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	2.075	1.923	152	91,6	8,4	92,7	7,3	1,0
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	1.918	822	1.096	90,6	9,4	42,9	57,1	0,9
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	1.916	1.625	291	91,8	8,2	84,8	15,2	0,9
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	1.892	1.856	36	93,2	6,8	98,1	1,9	0,9
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.884	1.763	121	90,8	9,2	93,6	6,4	0,9
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	1.567	1.401	166	91,9	8,1	89,4	10,6	0,7
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1.489	1.152	337	84,8	15,2	77,4	22,6	0,7
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.461	1.287	174	81,0	19,0	88,1	11,9	0,7
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	1.234	1.213	21	86,5	13,5	98,3	1,7	0,6
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1.186	587	599	87,2	12,8	49,5	50,5	0,6

(continua)

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1.082	274	808	88,3	11,7	25,3	74,7	0,5
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	970	876	94	92,0	8,0	90,3	9,7	0,5
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	965	602	363	78,7	21,3	62,4	37,6	0,5
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	835	810	25	86,9	13,1	97,0	3,0	0,4
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	731	310	421	86,1	13,9	42,4	57,6	0,3
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	668	647	21	92,1	7,9	96,9	3,1	0,3
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	622	566	56	89,6	10,4	91,0	9,0	0,3
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	603	332	271	74,7	25,3	55,1	44,9	0,3
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	574	217	357	78,8	21,2	37,8	62,2	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	558	307	251	81,8	18,2	55,0	45,0	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	417	380	37	90,3	9,7	91,1	8,9	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	313	280	33	88,6	11,4	89,5	10,5	0,1
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	265	235	30	80,9	19,1	88,7	11,3	0,1

(continua)

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	140	129	11	86,0	14,0	92,1	7,9	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	139	126	13	72,2	27,8	90,6	9,4	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	133	93	40	63,4	36,6	69,9	30,1	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	102	54	48	81,5	18,5	52,9	47,1	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	101	64	37	75,0	25,0	63,4	36,6	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	81	55	26	80,0	20,0	67,9	32,1	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	75	70	5	88,6	11,4	93,3	6,7	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	74	66	8	89,4	10,6	89,2	10,8	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	69	69	0	91,3	8,7	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	64	44	20	70,5	29,5	68,8	31,3	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	60	59	1	94,9	5,1	98,3	1,7	0,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	57	51	6	88,2	11,8	89,5	10,5	0,0

(continua)

Tabela 2

Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios

CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	54	55,6	11,1	11,1	7,4	0,0	14,8	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	53	45,3	5,7	7,5	41,5	0,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	52	19,2	0,0	5,8	51,9	0,0	19,2	3,8
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	51	62,7	5,9	11,8	3,9	5,9	7,8	2,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	48	79,2	8,3	10,4	0,0	2,1	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Até 34 anos	45	17,8	4,4	17,8	0,0	2,2	55,6	2,2
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	45	20,0	15,6	8,9	51,1	0,0	2,2	2,2
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	45	35,6	4,4	6,7	33,3	0,0	20,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	44	84,1	0,0	9,1	2,3	0,0	2,3	2,3
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	43	41,9	11,6	9,3	34,9	0,0	0,0	2,3
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	41	61,0	12,2	9,8	4,9	0,0	9,8	2,4
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - De 35 a 49 anos	32	28,1	18,8	15,6	0,0	0,0	37,5	0,0

(continua)

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	25	40,0	8,0	16,0	0,0	8,0	28,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	25	16,0	4,0	12,0	64,0	0,0	0,0	4,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	25	8,0	4,0	12,0	64,0	0,0	12,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	23	82,6	4,3	8,7	0,0	0,0	0,0	4,3
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	23	56,5	8,7	0,0	4,3	0,0	30,4	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - 50 ou mais anos	23	30,4	0,0	4,3	21,7	0,0	43,5	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	22	68,2	4,5	13,6	9,1	0,0	0,0	4,5
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	22	22,7	9,1	4,5	27,3	0,0	36,4	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	21	76,2	4,8	14,3	4,8	0,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	21	38,1	4,8	4,8	4,8	0,0	47,6	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	20	45,0	0,0	15,0	5,0	0,0	30,0	5,0

(continua)

Tabela 2**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios
CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	17	12	5	100,0	0,0	70,6	29,4	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	13	13	0	92,3	7,7	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	13	7	6	71,4	28,6	53,8	46,2	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	11	11	0	81,8	18,2	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	5	4	80,0	20,0	55,6	44,4	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	3	6	100,0	0,0	33,3	66,7	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	7	7	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	6	1	5	0,0	100,0	16,7	83,3	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	3	2	66,7	33,3	60,0	40,0	0,0

(continua)

Tabela 2

Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária. Participação do arranjo doméstico no total de domicílios CDHU – 2008 (domicílios ocupados entre 1985 e 2006)

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário a pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	4	1	75,0	25,0	80,0	20,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	2	3	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	5	1	4	100,0	0,0	20,0	80,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	4	0	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	3	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Total	210.420	133.671	76.749	86,4	13,6	63,5	36,5	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	8.304	36,9	4,6	9,2	0,3	0,3	48,3	0,5	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3.540	42,7	6,8	8,1	1,7	0,1	39,8	0,9	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	3.058	84,3	4,4	8,8	0,8	0,0	0,6	1,0	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	2.416	53,8	3,0	11,2	0,3	1,5	29,8	0,4	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2.183	65,9	9,5	10,0	5,4	0,1	7,9	1,2	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2.149	79,8	5,6	8,5	4,1	0,0	0,5	1,5	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	1.871	68,1	8,9	11,8	2,1	0,2	7,9	0,9	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	1.769	89,3	3,0	6,1	0,3	0,0	0,7	0,6	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	1.089	68,3	5,2	16,3	0,4	6,9	0,2	2,8	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	1.000	51,4	2,5	19,5	0,4	12,8	10,3	3,1	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	897	29,3	5,9	5,6	44,7	0,0	12,9	1,6	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	779	33,6	4,9	10,8	0,1	0,8	49,2	0,6	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	760	22,9	4,9	2,8	64,1	0,0	3,6	1,8	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	666	52,9	5,6	7,1	3,2	0,0	30,2	1,2	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	648	18,4	4,2	3,4	36,1	0,0	36,9	1,1	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	635	27,6	5,2	4,6	59,2	0,0	0,3	3,1	100,0
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	585	84,6	6,3	5,0	2,9	0,0	0,0	1,2	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	585	18,8	5,5	4,4	21,7	0,0	48,9	0,7	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	583	47,2	6,7	7,5	33,4	0,0	0,5	4,6	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	565	51,7	8,7	18,2	0,7	1,4	17,5	1,8	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	563	17,4	5,9	4,4	47,8	0,0	22,4	2,1	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	544	79,8	7,5	7,5	3,9	0,0	0,6	0,7	100,0
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	530	89,2	4,0	5,3	0,4	0,4	0,0	0,8	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	529	40,1	6,2	3,4	48,2	0,0	0,4	1,7	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	519	53,0	7,9	15,0	8,1	0,0	14,1	1,9	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	502	37,5	6,0	10,4	3,6	0,0	41,6	1,0	100,0
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	422	74,4	4,3	7,3	9,5	0,0	2,1	2,4	100,0
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	392	81,4	4,8	6,6	0,8	1,3	4,3	0,8	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	298	41,9	4,0	13,8	0,3	3,4	35,2	1,3	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	291	21,0	5,2	3,1	56,0	0,0	11,7	3,1	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	279	76,3	6,1	15,4	0,7	0,0	0,7	0,7	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	254	81,1	7,5	8,3	0,8	0,8	0,0	1,6	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	228	58,8	8,8	10,5	9,2	0,0	10,1	2,6	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	224	14,7	6,3	4,0	23,7	0,0	50,9	0,4	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	206	66,0	6,8	17,0	6,8	0,0	1,0	2,4	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	185	78,4	9,2	5,4	4,9	0,0	1,1	1,1	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	163	71,2	7,4	12,9	5,5	0,0	0,6	2,5	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	149	38,3	2,7	6,0	47,7	0,0	0,0	5,4	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	133	91,7	2,3	3,8	0,8	0,0	0,0	1,5	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	129	36,4	9,3	10,1	40,3	0,0	0,0	3,9	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	111	15,3	6,3	1,8	35,1	0,0	41,4	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	90	33,3	6,7	6,7	50,0	0,0	1,1	2,2	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	88	37,5	8,0	5,7	2,3	0,0	46,6	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	74	78,4	6,8	8,1	5,4	0,0	0,0	1,4	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	70	40,0	2,9	4,3	48,6	0,0	0,0	4,3	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	67	29,9	7,5	10,4	49,3	0,0	0,0	3,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	50	80,0	8,0	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	48	62,5	4,2	10,4	8,3	0,0	4,2	10,4	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	45	64,4	11,1	22,2	2,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	44	70,5	6,8	13,6	0,0	4,5	2,3	2,3	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	41	58,5	9,8	19,5	0,0	4,9	4,9	2,4	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	41	36,6	4,9	14,6	0,0	0,0	43,9	0,0	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	40	82,5	5,0	10,0	0,0	0,0	2,5	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	37	89,2	5,4	2,7	0,0	0,0	2,7	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	33	78,8	12,1	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	33	60,6	3,0	12,1	0,0	12,1	9,1	3,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	30	50,0	13,3	20,0	3,3	0,0	13,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	24	37,5	8,3	12,5	0,0	4,2	37,5	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	19	68,4	10,5	15,8	5,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	17	52,9	17,6	23,5	0,0	0,0	0,0	5,9	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	16	87,5	6,3	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	16	62,5	0,0	12,5	0,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	15	53,3	0,0	33,3	0,0	0,0	13,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	15	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	14	64,3	21,4	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	14	21,4	7,1	0,0	57,1	0,0	7,1	7,1	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Até 34 anos	10	10,0	10,0	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	55,6	11,1	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	44,4	11,1	11,1	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	55,6	22,2	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	7	42,9	0,0	0,0	57,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	6	83,3	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	6	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	6	83,3	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	6	33,3	16,7	16,7	16,7	0,0	16,7	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	6	16,7	16,7	0,0	33,3	0,0	33,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - De 35 a 49 anos	5	40,0	0,0	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	4	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	33,3	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 3**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	41.860	53,9	5,5	9,1	8,3	0,8	21,2	1,2	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	8.304	4.205	4.099	81,9	18,1	50,6	49,4	19,8
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3.540	2.038	1.502	86,0	14,0	57,6	42,4	8,5
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	3.058	2.981	77	91,0	9,0	97,5	2,5	7,3
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	2.416	1.642	774	83,6	16,4	68,0	32,0	5,8
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2.183	1.864	319	88,3	11,7	85,4	14,6	5,2
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2.149	2.018	131	90,9	9,1	93,9	6,1	5,1
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	1.871	1.663	208	86,7	13,3	88,9	11,1	4,5
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	1.769	1.740	29	93,8	6,2	98,4	1,6	4,2
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	1.089	978	111	81,9	18,1	89,8	10,2	2,6
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	1.000	734	266	73,4	26,6	73,4	26,6	2,4
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	897	366	531	86,3	13,7	40,8	59,2	2,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	779	384	395	78,1	21,9	49,3	50,7	1,9

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	760	232	528	90,9	9,1	30,5	69,5	1,8
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	666	436	230	89,2	10,8	65,5	34,5	1,6
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	648	168	480	86,9	13,1	25,9	74,1	1,5
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	635	237	398	87,8	12,2	37,3	62,7	1,5
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	585	561	24	94,8	5,2	95,9	4,1	1,4
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	585	168	417	84,5	15,5	28,7	71,3	1,4
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	583	358	225	87,7	12,3	61,4	38,6	1,4
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	565	444	121	76,8	23,2	78,6	21,4	1,3
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	563	156	407	84,0	16,0	27,7	72,3	1,3
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	544	516	28	92,1	7,9	94,9	5,1	1,3
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	530	522	8	94,6	5,4	98,5	1,5	1,3
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	529	263	266	93,2	6,8	49,7	50,3	1,3

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	519	394	125	80,2	19,8	75,9	24,1	1,2
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	502	270	232	80,7	19,3	53,8	46,2	1,2
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	422	363	59	91,5	8,5	86,0	14,0	1,0
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	392	364	28	92,9	7,1	92,9	7,1	0,9
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	298	178	120	77,0	23,0	59,7	40,3	0,7
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	291	85	206	89,4	10,6	29,2	70,8	0,7
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	279	273	6	84,2	15,8	97,8	2,2	0,7
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	254	246	8	91,5	8,5	96,9	3,1	0,6
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	228	178	50	86,5	13,5	78,1	21,9	0,5
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	224	56	168	83,9	16,1	25,0	75,0	0,5
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	206	185	21	81,1	18,9	89,8	10,2	0,5

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	185	172	13	94,2	5,8	93,0	7,0	0,4
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	163	149	14	85,9	14,1	91,4	8,6	0,4
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	149	70	79	87,1	12,9	47,0	53,0	0,4
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	133	130	3	96,2	3,8	97,7	2,3	0,3
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	129	72	57	81,9	18,1	55,8	44,2	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	111	26	85	92,3	7,7	23,4	76,6	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	90	42	48	85,7	14,3	46,7	53,3	0,2
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	88	45	43	88,9	11,1	51,1	48,9	0,2
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	74	69	5	91,3	8,7	93,2	6,8	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	70	33	37	90,9	9,1	47,1	52,9	0,2

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	67	32	35	78,1	21,9	47,8	52,2	0,2
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	50	50	0	88,0	12,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	48	37	11	86,5	13,5	77,1	22,9	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	45	44	1	77,3	22,7	97,8	2,2	0,1
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	44	40	4	85,0	15,0	90,9	9,1	0,1
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	41	36	5	77,8	22,2	87,8	12,2	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	41	23	18	73,9	26,1	56,1	43,9	0,1
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	40	39	1	89,7	10,3	97,5	2,5	0,1
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	37	36	1	97,2	2,8	97,3	2,7	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	33	33	0	90,9	9,1	100,0	0,0	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	33	25	8	84,0	16,0	75,8	24,2	0,1

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	30	25	5	76,0	24,0	83,3	16,7	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	24	14	10	78,6	21,4	58,3	41,7	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	19	18	1	83,3	16,7	94,7	5,3	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	17	16	1	75,0	25,0	94,1	5,9	0,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	16	16	0	93,8	6,3	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	16	12	4	83,3	16,7	75,0	25,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	15	13	2	61,5	38,5	86,7	13,3	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	15	6	9	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	14	12	2	100,0	0,0	85,7	14,3	0,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	14	4	10	100,0	0,0	28,6	71,4	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Até 34 anos	10	2	8	100,0	0,0	20,0	80,0	0,0

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	9	0	66,7	33,3	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	6	3	83,3	16,7	66,7	33,3	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	7	2	100,0	0,0	77,8	22,2	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	7	3	4	100,0	0,0	42,9	57,1	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	6	6	0	83,3	16,7	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	6	6	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	6	5	1	100,0	0,0	83,3	16,7	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	6	4	2	75,0	25,0	66,7	33,3	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	6	2	4	100,0	0,0	33,3	66,7	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - De 35 a 49 anos	5	3	2	66,7	33,3	60,0	40,0	0,0

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	4	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	4	0	4	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	2	1	100,0	0,0	66,7	33,3	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3	3	0	66,7	33,3	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	3	0	66,7	33,3	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	1	2	100,0	0,0	33,3	66,7	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0

(continua)

Tabela 4**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2008 (Domicílios ocupados em 2007 e 2008)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Total	41.860	28.699	13.161	86,8	13,2	68,6	31,4	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

NA: não se aplica.

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3.146	45,8	5,7	8,4	1,4	0,1	37,7	0,9	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	3.107	43,6	3,4	9,4	0,5	0,4	42,6	0,1	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1.752	71,5	5,7	9,1	5,0	0,0	7,9	0,9	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.629	84,2	3,1	7,3	3,9	0,0	0,3	1,3	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	994	86,6	2,0	9,5	0,6	0,2	0,3	0,8	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	992	37,5	3,5	5,5	38,6	0,0	13,3	1,5	100,0
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	908	68,4	4,5	13,2	2,0	0,0	11,3	0,6	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	788	62,9	3,0	20,7	1,8	10,2	0,3	1,1	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	714	29,7	5,3	4,3	18,2	0,1	41,3	1,0	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	694	50,0	2,6	18,3	0,4	17,7	8,9	2,0	100,0
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	668	28,1	2,8	3,0	58,5	0,0	5,8	1,6	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	624	27,2	3,5	2,6	32,2	0,0	33,2	1,3	100,0
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	585	52,0	2,7	7,2	34,2	0,0	0,5	3,4	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	571	22,6	4,0	5,1	49,4	0,0	17,9	1,1	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	459	52,7	3,5	8,1	4,8	0,0	29,4	1,5	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	453	40,6	3,8	10,8	2,4	0,0	41,9	0,4	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	442	62,2	5,7	10,9	6,6	0,5	12,7	1,6	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	432	39,4	2,5	6,3	48,6	0,0	0,5	2,8	100,0
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	430	65,1	2,1	9,1	0,0	0,5	23,0	0,2	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	416	39,7	3,8	12,7	0,0	0,0	43,0	0,7	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	408	48,8	5,1	22,5	0,7	4,4	18,1	0,2	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	288	90,3	1,7	6,3	0,3	0,3	0,3	0,7	100,0
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	286	80,8	2,8	7,0	8,7	0,0	0,0	0,7	100,0
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	260	74,6	4,6	9,2	4,2	0,0	6,5	0,8	100,0
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	256	21,9	2,7	4,3	53,1	0,0	16,0	2,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	253	23,3	5,5	2,0	16,2	0,0	50,6	2,4	100,0
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	243	39,9	3,7	4,5	49,8	0,0	0,4	1,6	100,0
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	194	84,5	4,1	5,2	4,6	0,0	0,0	1,5	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	179	81,6	5,0	8,4	3,9	0,0	0,6	0,6	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	174	83,3	4,0	10,3	0,6	0,6	0,6	0,6	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	161	45,3	3,7	11,2	36,6	0,0	0,0	3,1	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	151	68,2	2,6	9,3	5,3	0,0	11,3	3,3	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	136	51,5	2,2	16,9	0,0	2,9	25,7	0,7	100,0
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	135	65,2	6,7	17,8	9,6	0,0	0,0	0,7	100,0
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	124	80,6	4,0	5,6	1,6	0,0	5,6	2,4	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	112	85,7	2,7	9,8	1,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	111	82,0	2,7	10,8	0,9	1,8	0,0	1,8	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	110	17,3	4,5	5,5	30,9	0,0	39,1	2,7	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	106	27,4	6,6	3,8	60,4	0,0	0,9	0,9	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	101	83,2	4,0	8,9	3,0	0,0	0,0	1,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	90	40,0	3,3	7,8	46,7	0,0	0,0	2,2	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	62	77,4	4,8	12,9	4,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	62	33,9	8,1	14,5	6,5	0,0	35,5	1,6	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	61	42,6	9,8	14,8	31,1	0,0	0,0	1,6	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	59	35,6	3,4	3,4	52,5	0,0	3,4	1,7	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	39	66,7	0,0	20,5	0,0	10,3	0,0	2,6	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	33	66,7	6,1	12,1	9,1	0,0	3,0	3,0	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	31	77,4	3,2	12,9	0,0	0,0	6,5	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	21	61,9	0,0	33,3	0,0	4,8	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	21	90,5	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	20	30,0	15,0	10,0	5,0	25,0	10,0	5,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	16	87,5	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	15	66,7	0,0	13,3	6,7	0,0	13,3	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	14	64,3	7,1	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	14	85,7	7,1	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	14	42,9	7,1	0,0	42,9	0,0	7,1	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	13	38,5	7,7	23,1	0,0	0,0	23,1	7,7	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	13	69,2	7,7	23,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	12	91,7	0,0	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	11	63,6	9,1	18,2	0,0	0,0	9,1	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	10	30,0	10,0	0,0	0,0	10,0	50,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	9	55,6	11,1	22,2	0,0	0,0	11,1	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	44,4	11,1	0,0	44,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	8	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	8	37,5	12,5	25,0	0,0	0,0	12,5	12,5	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	7	85,7	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	6	33,3	0,0	16,7	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	5	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	40,0	20,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	4	0,0	25,0	0,0	25,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	66,7	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	33,3	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 5**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 5
Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)

Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	24.333	54,0	4,0	9,1	11,4	1,1	19,3	1,1	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	3.146	3.146	1.882	1.264	86,0	14,0	59,8	40,2	12,9
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	3.107	3.107	1.754	1.353	83,4	16,6	56,5	43,5	12,8
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1.752	1.752	1.511	241	89,4	10,6	86,2	13,8	7,2
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	1.629	1.629	1.540	89	92,3	7,7	94,5	5,5	6,7
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	994	994	975	19	90,4	9,6	98,1	1,9	4,1
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	992	992	462	530	88,1	11,9	46,6	53,4	4,1
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	908	908	782	126	84,7	15,3	86,1	13,9	3,7
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	788	788	683	105	76,1	23,9	86,7	13,3	3,2
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	714	714	281	433	89,0	11,0	39,4	60,6	2,9
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	694	694	492	202	74,2	25,8	70,9	29,1	2,9
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	668	668	227	441	91,2	8,8	34,0	66,0	2,7
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	624	624	208	416	92,3	7,7	33,3	66,7	2,6

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	585	585	362	223	88,4	11,6	61,9	38,1	2,4
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	571	571	181	390	84,0	16,0	31,7	68,3	2,3
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	459	459	295	164	87,5	12,5	64,3	35,7	1,9
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	453	453	250	203	80,4	19,6	55,2	44,8	1,9
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	442	442	348	94	86,2	13,8	78,7	21,3	1,8
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	432	432	208	224	87,0	13,0	48,1	51,9	1,8
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	430	430	328	102	88,1	11,9	76,3	23,7	1,8
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	416	416	234	182	77,4	22,6	56,3	43,8	1,7
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	408	408	312	96	70,5	29,5	76,5	23,5	1,7
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	288	288	283	5	93,6	6,4	98,3	1,7	1,2
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	286	286	259	27	92,3	7,7	90,6	9,4	1,2

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	260	260	230	30	89,6	10,4	88,5	11,5	1,1
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	256	256	74	182	85,1	14,9	28,9	71,1	1,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	253	253	78	175	93,6	6,4	30,8	69,2	1,0
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	243	243	117	126	90,6	9,4	48,1	51,9	1,0
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	194	194	182	12	94,5	5,5	93,8	6,2	0,8
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	179	179	170	9	91,2	8,8	95,0	5,0	0,7
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	174	174	170	4	89,4	10,6	97,7	2,3	0,7
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	161	161	97	64	81,4	18,6	60,2	39,8	0,7
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	151	151	121	30	88,4	11,6	80,1	19,9	0,6
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	136	136	96	40	76,0	24,0	70,6	29,4	0,6
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	135	135	121	14	80,2	19,8	89,6	10,4	0,6

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	124	124	112	12	93,8	6,3	90,3	9,7	0,5
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	112	112	110	2	90,0	10,0	98,2	1,8	0,5
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	111	111	106	5	88,7	11,3	95,5	4,5	0,5
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	110	110	30	80	80,0	20,0	27,3	72,7	0,5
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	106	106	40	66	90,0	10,0	37,7	62,3	0,4
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	101	101	97	4	90,7	9,3	96,0	4,0	0,4
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	90	90	46	44	84,8	15,2	51,1	48,9	0,4
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	62	62	59	3	86,4	13,6	95,2	4,8	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	62	62	35	27	74,3	25,7	56,5	43,5	0,3
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	61	61	41	20	78,0	22,0	67,2	32,8	0,3

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	59	59	25	34	92,0	8,0	42,4	57,6	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	39	39	34	5	76,5	23,5	87,2	12,8	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	33	33	28	5	85,7	14,3	84,8	15,2	0,1
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	31	31	29	2	86,2	13,8	93,5	6,5	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	21	21	20	1	65,0	35,0	95,2	4,8	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	21	21	21	0	95,2	4,8	100,0	0,0	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	20	20	11	9	81,8	18,2	55,0	45,0	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	16	16	16	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	15	15	12	3	83,3	16,7	80,0	20,0	0,1
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	14	14	14	0	71,4	28,6	100,0	0,0	0,1

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	14	14	13	1	100,0	0,0	92,9	7,1	0,1
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	14	14	7	7	100,0	0,0	50,0	50,0	0,1
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	13	13	9	4	66,7	33,3	69,2	30,8	0,1
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	13	13	13	0	76,9	23,1	100,0	0,0	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	12	12	12	0	91,7	8,3	100,0	0,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	11	11	10	1	80,0	20,0	90,9	9,1	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	10	10	4	6	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	9	9	8	1	75,0	25,0	88,9	11,1	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	9	5	4	100,0	0,0	55,6	44,4	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	8	8	6	2	100,0	0,0	75,0	25,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	8	8	6	2	66,7	33,3	75,0	25,0	0,0

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	7	7	7	0	85,7	14,3	100,0	0,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	6	6	3	3	66,7	33,3	50,0	50,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	5	5	2	3	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	5	2	3	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	5	2	3	100,0	0,0	40,0	60,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	4	4	4	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	4	4	1	3	100,0	0,0	25,0	75,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	3	3	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	3	1	2	100,0	0,0	33,3	66,7	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	3	3	2	1	100,0	0,0	66,7	33,3	0,0

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	3	0	3	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	3	3	0	3	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	2	0	2	NA	NA	0,0	100,0	0,0

(continua)

Tabela 6**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2009 e 2010)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	2	0	2	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	1	1	0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	1	1	0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, cônjuge, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Total	24.333	24.333	16.334	7.999	86,4	13,6	67,1	32,9	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 7

**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo r esponsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempre- gados	Aposenta- dos e Pen- sionistas	Estudantes	Somente tra- balho domés- tico	Nem estuda nem trabalha	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e ou- tro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	32	84,4	6,3	6,3	0,0	0,0	3,1	0,0	100,0
Responsável e outro parente(s) - Mas- culino - De 35 a 49 anos	20	70,0	0,0	20,0	5,0	0,0	0,0	5,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e ou- tro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	20	30,0	0,0	0,0	30,0	0,0	40,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e ou- tro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	18	94,4	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	17	47,1	0,0	5,9	47,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e outro parente(s) - Femi- nino - De 35 a 49 anos	16	68,8	12,5	12,5	0,0	0,0	6,3	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) paren- te(s) - Feminino - 50 ou mais anos	16	18,8	6,3	6,3	31,3	0,0	31,3	6,3	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	15	80,0	0,0	13,3	0,0	0,0	0,0	6,7	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) paren- te(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	15	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculi- no - Até 34 anos	13	84,6	0,0	7,7	0,0	7,7	0,0	0,0	100,0
Responsável e outro parente(s) - Mas- culino - 50 ou mais anos	13	30,8	7,7	0,0	61,5	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 7

Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempregados	Aposentados e Pensionistas	Estudantes	Somente trabalho doméstico	Nem estuda nem trabalha	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	13	15,4	0,0	7,7	69,2	0,0	0,0	7,7	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	11	54,5	0,0	18,2	9,1	18,2	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	11	45,5	0,0	9,1	0,0	0,0	45,5	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	11	27,3	9,1	18,2	45,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	33,3	0,0	11,1	0,0	0,0	55,6	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	44,4	0,0	0,0	44,4	0,0	0,0	11,1	100,0
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	8	75,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	7	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	6	50,0	33,3	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	6	50,0	16,7	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	5	60,0	0,0	20,0	0,0	0,0	20,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	5	20,0	20,0	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	80,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	4	75,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 7**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo r esponsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempre- gados	Aposenta- dos e Pen- sionistas	Estudantes	Somente tra- balho domés- tico	Nem estuda nem trabalha	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

(continua)

Tabela 7

**Condição ocupacional da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária
CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo r esponsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	Ocupados	Trabalho precário	Desempre- gados	Aposenta- dos e Pen- sionistas	Estudantes	Somente tra- balho domés- tico	Nem estuda nem trabalha	Total da Popu- lação em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio) (%)
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) paren- te(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agre- gado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s), outro(s) paren- te(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	3.934	57,0	3,6	8,7	8,8	1,2	19,4	1,1	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	672	672	363	309	87,3	12,7	54,0	46,0	17,1
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	314	314	193	121	83,9	16,1	61,5	38,5	8,0
Responsável e filho(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	222	222	188	34	89,9	10,1	84,7	15,3	5,6
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	219	219	218	1	95,4	4,6	99,5	0,5	5,6
Responsável e cônjuge - Feminino - Até 34 anos	207	207	147	60	83,7	16,3	71,0	29,0	5,3
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	175	175	160	15	94,4	5,6	91,4	8,6	4,4
Responsável e filho(s) - Feminino - Até 34 anos	173	173	145	28	84,8	15,2	83,8	16,2	4,4
Responsável e cônjuge - Masculino - Até 34 anos	149	149	147	2	95,9	4,1	98,7	1,3	3,8
Unipessoal - Feminino - 50 ou mais anos	100	100	31	69	96,8	3,2	31,0	69,0	2,5
Responsável e outro parente(s) - Feminino - Até 34 anos	99	99	71	28	69,0	31,0	71,7	28,3	2,5
Responsável e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	98	98	45	53	91,1	8,9	45,9	54,1	2,5
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	92	92	43	49	81,4	18,6	46,7	53,3	2,3

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e outro parente(s) - Masculino - Até 34 anos	91	91	81	10	69,1	30,9	89,0	11,0	2,3
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	85	85	65	20	67,7	32,3	76,5	23,5	2,2
Responsável e cônjuge - Feminino - De 35 a 49 anos	72	72	51	21	82,4	17,6	70,8	29,2	1,8
Responsável e cônjuge - Feminino - 50 ou mais anos	64	64	19	45	78,9	21,1	29,7	70,3	1,6
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	63	63	44	19	95,5	4,5	69,8	30,2	1,6
Responsável e cônjuge - Masculino - De 35 a 49 anos	60	60	58	2	93,1	6,9	96,7	3,3	1,5
Unipessoal - Masculino - De 35 a 49 anos	56	56	55	1	94,5	5,5	98,2	1,8	1,4
Unipessoal - Masculino - 50 ou mais anos	56	56	24	32	91,7	8,3	42,9	57,1	1,4
Responsável e cônjuge - Masculino - 50 ou mais anos	56	56	22	34	95,5	4,5	39,3	60,7	1,4
Unipessoal - Masculino - Até 34 anos	55	55	53	2	92,5	7,5	96,4	3,6	1,4
Responsável, cônjuge e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	55	55	39	16	89,7	10,3	70,9	29,1	1,4
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	55	55	25	30	96,0	4,0	45,5	54,5	1,4

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Unipessoal - Feminino - De 35 a 49 anos	52	52	47	5	85,1	14,9	90,4	9,6	1,3
Responsável, cônjuge e filho(s) - Feminino - 50 ou mais anos	51	51	22	29	77,3	22,7	43,1	56,9	1,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	46	46	44	2	79,5	20,5	95,7	4,3	1,2
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - Até 34 anos	45	45	29	16	69,0	31,0	64,4	35,6	1,1
Unipessoal - Feminino - Até 34 anos	44	44	38	6	94,7	5,3	86,4	13,6	1,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	37	37	13	24	61,5	38,5	35,1	64,9	0,9
Responsável e outro parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	33	33	8	25	100,0	0,0	24,2	75,8	0,8
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	32	32	31	1	93,5	6,5	96,9	3,1	0,8
Responsável e outro parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	20	20	18	2	77,8	22,2	90,0	10,0	0,5
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	20	20	6	14	100,0	0,0	30,0	70,0	0,5
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	18	18	18	0	94,4	5,6	100,0	0,0	0,5

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e filho(s) - Masculino - 50 ou mais anos	17	17	9	8	88,9	11,1	52,9	47,1	0,4
Responsável e outro parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	16	16	15	1	86,7	13,3	93,8	6,3	0,4
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - 50 ou mais anos	16	16	5	11	80,0	20,0	31,3	68,8	0,4
Responsável e filho(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	15	15	14	1	85,7	14,3	93,3	6,7	0,4
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	15	15	15	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,4
Responsável e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	13	13	12	1	91,7	8,3	92,3	7,7	0,3
Responsável e outro parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	13	13	5	8	100,0	0,0	38,5	61,5	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	13	13	3	10	66,7	33,3	23,1	76,9	0,3
Responsável e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	11	11	8	3	75,0	25,0	72,7	27,3	0,3
Responsável, cônjuge e outro(s) parente(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	11	11	6	5	83,3	16,7	54,5	45,5	0,3
Responsável, cônjuge, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	11	11	6	5	66,7	33,3	54,5	45,5	0,3

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	9	9	4	5	75,0	25,0	44,4	55,6	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - 50 ou mais anos	9	9	4	5	100,0	0,0	44,4	55,6	0,2
Responsável e filho(s) - Masculino - Até 34 anos	8	8	6	2	100,0	0,0	75,0	25,0	0,2
Responsável e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	7	7	7	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,2
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	6	6	6	0	83,3	16,7	100,0	0,0	0,2
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	6	6	4	2	100,0	0,0	66,7	33,3	0,2
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	5	5	4	1	75,0	25,0	80,0	20,0	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	5	5	3	2	66,7	33,3	60,0	40,0	0,1
Responsável e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	5	5	5	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, filho(s) e outro(s) parente(s) - Masculino - Até 34 anos	4	4	4	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	4	4	4	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	3	3	1	2	100,0	0,0	33,3	66,7	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	3	3	3	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,1
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	2	2	0	2	NA	NA	0,0	100,0	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - De 35 a 49 anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,1
Responsável, cônjuge e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	2	2	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,1
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	2	2	1	1	100,0	0,0	50,0	50,0	0,1

(continua)

Tabela 8**Indicadores de mercado de trabalho da pessoa de referência do arranjo doméstico por responsabilidade e faixa etária.****Participação do arranjo doméstico no total de domicílios****CDHU – 2012 (Domicílios ocupados em 2011 e 2012)**

Arranjo doméstico segundo responsabilidade e grupo etário da pessoa de referência	Total da População em Idade Ativa (pessoas de referência do domicílio)	População em Idade Ativa - PIA	População Economicamente Ativa - PEA	Inativos	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego aberto	Taxa de participação	Taxa de inatividade	Participação do arranjo no total de arranjos domésticos (%)
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - Até 34 anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - Até 34 anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	1	1	0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, cônjuge, filho(s) e agregado(s) - Feminino - De 35 a 49 anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, filho(s), outro(s) parente(s) e agregado(s) - Masculino - 50 ou mais anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Responsável, outro(s) parente(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	1	0	1	NA	NA	0,0	100,0	0,0
Responsável, filho(s) e agregado(s) - Feminino - 50 ou mais anos	1	1	1	0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Total	3.934	3.934	2.729	1.205	87,4	12,6	69,4	30,6	100,0

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU 2008 e 2012; Consórcio Perfil.Elaboração própria.

NA: não se aplica.

Tabela 9 - Decis de renda domiciliar *per capita* das unidades habitacionais da CDHU por forma de apropriação
CDHU – 2008 e 2012

Decis	Domicílios não próprios		Domicílios próprios regularizados CDHU		Domicílios próprios por contrato de gaveta		Total	
	2008	2012	2008	2012	2008	2012	2008	2012
10	85,71	0,00	75,00	0,00	95,00	0,00	80,00	0,00
20	145,00	161,51	133,33	121,13	150,00	161,51	138,33	125,57
30	200,00	222,07	170,00	167,43	200,00	222,07	183,00	181,70
40	230,00	269,18	207,50	222,07	250,00	269,93	218,58	242,26
50	278,75	329,54	250,00	266,49	300,00	333,07	266,67	282,64
60	340,00	403,77	300,00	323,02	350,00	403,77	320,00	343,20
70	415,00	500,67	366,67	403,77	415,00	490,45	400,00	417,23
80	500,00	605,65	425,00	500,67	500,00	574,16	454,00	504,71
90	676,67	807,54	550,00	629,02	665,00	753,70	600,00	659,49

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados para reais de janeiro de 2008 conforme variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IBGE).

Tabela 10
Índice de Gini
CDHU 2008/2012

Índice de Gini	Tipo de aquisição		
	2008	2012	Variação
Não próprio	0,405	0,369	-0,036
Próprio	0,421	0,398	-0,023
Contrato de gaveta	0,391	0,370	-0,021
Total	0,411	0,391	-0,020

Fonte: Pesquisa Habitacional CDHU; Consórcio Perfil. Elaboração: própria.

Nota: Índice adimensional que oscila entre o mínimo de 0, na situação de perfeita igualdade, ao máximo de $(1-1/n)$, na situação de perfeita desigualdade (HOFFMANN, 1998a).